

FUNDO PETROLÍFERO DE TIMOR-LESTE

Relatório Anual 2023



Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE





REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



FUNDO PETROLÍFERO DE TIMOR-LESTE

RELATÓRIO ANUAL 2023

Julho de 2024

LISTA DE TABELAS E FIGURAS	I
LISTA DE ACRÔNIMOS	III
A MENSAGEM DA MINISTRA DAS FINANÇAS	IV
UM RESUMO SOBRE O FUNDO PETROLÍFERO	V
DESTAQUES DE INVESTIMENTO DO FUNDO PETROLÍFERO	VI
ALOCAÇÕES DE ATIVOS DO FUNDO PETROLÍFERO	VII
A. SOBRE O FUNDO PETROLÍFERO	1
O Enquadramento do Fundo Petrolífero	1
As Instituições e o Enquadramento de Governação do Fundo Petrolífero	2
Regime Fiscal do Petróleo em Timor-Leste	6
Investimento em Operações Petrolíferas	8
B. SALDO E FLUXOS	10
Receitas petrolíferas	10
Levantamentos	11
Rendimentos e despesas de investimento	12
Fluxos desde a criação do Fundo	13
C. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO	13
Investimentos no mercado financeiro e investimento em operações petrolíferas	13
Segmentação à carteira de Liquidez e carteira de Crescimento	14
D. DESEMPENHO DO INVESTIMENTO EM 2023	21
Desenvolvimentos nos mercados financeiros em 2023	21
Desenvolvimentos no Instrumento de Dívida Privada	25
Desempenho dos investimentos em relação ao índice de referência	27
E. O ACONSELHAMENTO DO CAI E O FUTURO DO FUNDO	30
Trabalho do CAI em 2023	30
O Futuro do Fundo	31
ANEXOS	32
Anexo I: Declaração da Diretora-Geral do Tesouro	33
Anexo II: Demonstrações Financeiras Auditadas	38
Anexo III: Declaração sobre as Políticas Contabilísticas do Fundo Petrolífero para o Ano Fiscal de 2023 ...	91
Anexo IV: Comparação dos Rendimentos Derivados do Investimento dos Ativos do Fundo Petrolífero com os Rendimentos dos Três Anos Fiscais Anteriores	93
Anexo V: Comparação do Retorno Nominal do Investimento dos Ativos do Fundo Petrolífero com os Retornos Reais Após Ajuste para a Inflação	94
Anexo VI: Comparação do Retorno Nominal do Investimento dos Ativos do Fundo Petrolífero com o Desempenho do Índice de Referência	95
Anexo VII: Comparação do Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Fiscal de 2023 com a Soma das Transferências do Fundo Petrolífero para o Mesmo Ano	96
Anexo VIII: Declaração do Tesouro sobre Empréstimos Contraídos	97
Anexo IX: Lista de Pessoas que Exercem Cargos Relevantes para as Operações e Desempenho do Fundo Petrolífero	99
Anexo X: Declaração sobre o Total dos Levantamentos em Comparação com o Montante de Dotação Aprovado	102
Anexo XI: Relatório do Artigo 35 sobre as Receitas do Fundo Petrolífero de Ernst & Young	103
Anexo XII: Pareceres Prestados pelo Comité de Assessoria para o Investimento	110
Anexo XIII: Implementação dos Princípios de Santiago pelo FPTL	111

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Lista de Figuras:

Figura 1 – Fundo Petrolífero e Orçamento Geral do Estado	2
Figura 2 – Estrutura de Governação do Fundo Petrolífero.....	3
Figura 3 – Mapa do Acordo de Fronteiras Marítimas de Timor-Leste	6
Figura 4 – Componentes das receitas petrolíferas da antiga ACDP desde 2005	8
Figura 5 – Investimento do Fundo Petrolífero na Timor Gap E.P.	9
Figura 6 – Movimento dos ativos líquidos durante 2023	10
Figura 7 – Produção e Preços do Petróleo na ACDP	11
Figura 8 – Receitas anuais do petróleo.....	11
Figura 9 – Transferências para o Orçamento Geral do Estado.....	12
Figura 10 – Fluxos acumulados para o Fundo	13
Figura 11 – Alocações de ativos desde 2005	14
Figura 12 – Segmentação do Fundo Petrolífero em duas carteiras	15
Figura 13 – Previsões do Fundo Petrolífero no OGE para 2024 – trajetória atual das despesas.....	16
Figura 14 – Panorama geral dos investimentos do Fundo Petrolífero.....	16
Figura 15 – Rendimento nominal dos títulos em comparação com o rendimento do TIPS	20
Figura 16 – Retornos anuais de investimento do Fundo Petrolífero	21
Figura 17 – Retornos anuais de títulos e ações	21
Figura 18 – As taxas de inflação	22
Figura 19 – As taxas de políticas monetárias dos bancos centrais	22
Figura 20 – Índice do rendimento dos títulos.....	23
Figura 21 – Títulos do Tesouro dos EUA de 10 anos – de 3 meses.....	23
Figura 22 – Total de retorno de ações em dólares americanos.....	23
Figura 23 – Ações do Magnificent 7 vs S&P 500 excluindo Magnificent 7	24
Figura 24 – Dólar americano em relação a outras moedas.....	24
Figura 25 – Retorno Mensal do Fundo Petrolífero.....	95

Lista de Tabelas:

Tabela 1 – Membros do Comité de Assessoria para o Investimento.....	3
Tabela 2 – Membros do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	4
Tabela 3 – Relatórios do Fundo Petrolífero	5
Tabela 4 – Propriedade do campo Greater Sunrise	7
Tabela 5 – Despesas de gestão	12
Tabela 6 – Características dos fatores de ações	17
Tabela 7 – Mandatos dos Investimentos no Mercado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro de 2023	17
Tabela 8 – Alocação do Fundo Petrolífero por países.....	18
Tabela 9 – Política dos bancos centrais e inflação	22
Tabela 10 – Valor justo dos empréstimos à Timor Gap E.P.	26
Tabela 11 – Contabilização dos empréstimos a Timor Gap.....	26
Tabela 12 – Valor justo do ativo do Fundo Petrolífero vs. passivo da Timor Gap	27
Tabela 13 – Desempenho dos Investimentos do Fundo Petrolífero em 2023	28
Tabela 14 – Desempenho dos mandatos de rendimento fixo da carteira de liquidez em 2023	28
Tabela 15 – Desempenho dos mandatos de rendimento fixo da carteira de crescimento em 2023.....	29
Tabela 16 – Desempenho dos mandatos de ações da carteira de crescimento em 2023	29
Tabela 17 – Rendimento Anual do Fundo Petrolífero.....	93
Tabela 18 – Retorno Nominal e Real do Fundo Petrolífero.....	94
Tabela 19 – Retorno Mensal do Fundo Petrolífero	95

Lista de Caixas:

Caixa I: A Avaliação Independente do Fundo Petrolífero em 2023.....	5
Caixa II: A evolução dos investimentos do Fundo Petrolífero.....	14
Caixa III: Panorama geral do investimento do Fundo Petrolífero em Títulos do Tesouro dos EUA Protegidos contra a Inflação (TIPS).....	19
Caixa IV: Fontes de Stress do Mercado em 2023	25

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACDP	Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero
ADIA	Abu Dhabi Investment Authority (Autoridade de Investimento de Abu Dhabi)
ADIC	Abu Dhabi Investment Council (Conselho de Investimento de Abu Dhabi)
AEA	Alocação Estratégica de Ativos (Strategic Asset Allocation – SAA)
AETL	Área Exclusiva de Timor-Leste
AGO	Acordo de Gestão Operacional
ANP	Autoridade Nacional do Petróleo
BCE	Banco Central de Europa (ECB: European Central Bank)
BCTL	Central Bank of Timor-Leste
BDJ	Banco do Japão
BIS	Bank for International Settlements
BOE	Barrels of Oil Equivalent (Barris de Petróleo Equivalente)
CAD	Canadian Dollar (Dólar Canadense)
CAI	Comité de Assessoria para o Investimento
CC	Carteira de Crescimento
CCFP	Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero
CL	Carteira de Liquidez
CMATS	Certain Maritime Arrangement in the Timor Sea
CPP	Contrato de Partilha de Produção
DIT	Dili Institute of Technology
DXY	US Dollar Index (Índice dos US Dólar)
E.P.	Empresa Pública
EIA	Emirates Investment Authority (Autoridade de Investimento dos Emirados)
EUA	Estados Unidos da América
EUR	Euro
Ex	Excluindo
EY	Ernst & Young
Fed	Federal Reserve
FOMC	Federal Open Market Committee
FP	Fundo Petrolífero
FTP	First Tranche Petroleum
GBP	Great Britain Pound Sterling (Libra Esterlina do Reino Unido)
GNL	Gás Natural Liquefeito
IFSWF	International Forum of Sovereign Wealth Fund (Fórum Internacional dos Fundos Soberanos)
IMF	Investimento no Mercado Financeiro
IPC	Índice Preço Consumidor (CPI – Consumer Price Index)
IPDC	Instituto Profissional de Canossa
ISFIT	Instituto Superior Filosofia e Teologia
JKM	Platts Japan-Korea-Marker
JPY	Japanese Yen (Ienese Japonesa)
MD	Mercado Desenvolvido
MdF	Ministério das Finanças
MSCI	Morgan Stanley Capital International
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
RSE	Rendimento Sustentável Estimado
SAA	Strategic Asset Allocations (Alocações Estratégicas dos Ativos)
SSGA	State Street Global Advisors
TF	Total do Fundo
TII	Taxa de Inflação Implícita
TIPS	Treasury Inflation-Protected Securities (Títulos do Tesouro dos EUA Protegidos contra Inflação)
TL	Timor-Leste
UCT	Universidade Católica Timorense
UNITAL	Universidade Oriental Timor Lorosa'e
GPGFP	Unidade de Política e Gestão Fundo Petrolífero
US/USA	United States/United States of America (Estados Unidos/Estados Unidos da América)
USD	US Dollar (Dólar Americano)
WTI	West Texas Intermediate

A MENSAGEM DA MINISTRA DAS FINANÇAS



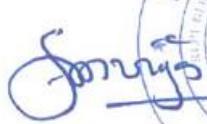
Tenho um grande prazer de apresentar os resultados positivos do Fundo Petrolífero em 2023. O Fundo alcançou um balanço notável de US\$ 18,3 mil milhões, registando um retorno anual de investimento de US\$ 1,7 mil milhões, depois de despesas. As receitas petrolíferas, de US\$ 427 milhões, ultrapassaram as projeções iniciais, impulsionadas pelo aumento da produção e pelas condições favoráveis do mercado. Importa sublinhar ainda que os levantamentos para financiar as despesas do governo totalizaram US\$ 1,090 milhões, sendo, portanto, inferiores ao montante aprovado de US\$ 1,208 milhões previsto no Orçamento Retificativo de 2023.

Nas páginas deste relatório, vão encontrar uma descrição detalhada sobre o desempenho dos investimentos. As ações renderam retornos notáveis de quase 24%, enquanto a alocação ao rendimento fixo na carteira de crescimento produziu retornos sólidos de 4,9%. A carteira de liquidez, projetada para corresponder aos levantamentos esperados nos próximos três anos com ativos de baixo risco, seguiu de perto com um retorno de 4,25%. Esses resultados marcam uma boa mudança em relação às perdas do valor de mercado sofridas no ano passado, e destacam a nossa capacidade de navegar pela volatilidade do mercado como investidores de longo prazo.

Além do nosso desempenho financeiro, uma conquista notável em 2023 foi a conclusão bem-sucedida de uma avaliação independente da estrutura de governação e das instituições do Fundo Petrolífero. Esta avaliação abriu oportunidade para a identificação das áreas com possibilidades de melhoria, e aguardamos ansiosamente o aumento esperado da eficiência que resultará com a implementação das suas recomendações neste ano. A inclusão do mandato de TIPS do Tesouro dos EUA em abril fortaleceu ainda mais a carteira de crescimento do Fundo, exemplificando o nosso compromisso com a diversificação do investimento do Fundo.

Gostaria de convidar todos a lerem o presente relatório para uma melhor compreensão dos avanços alcançados. Tenho a convicção de que o considerarão um documento informativo e esclarecedor.

O Fundo Petrolífero afirma-se como uma das conquistas mais destacadas de Timor-Leste, e estendo a minha sincera gratidão aos dedicados membros do Comité de Assessoria para o Investimento, ao BCTL como gestor operacional e à equipa do Ministério das Finanças por sua *expertise* e profissionalismo. As suas contribuições coletivas desempenharam um papel fundamental na concretização do sucesso do Fundo.



Santina J. R. F. Viegas Cardoso
Ministra das Finanças

UM RESUMO SOBRE O FUNDO PETROLÍFERO

Valor de Mercado do Fundo Petrolífero

\$18.288.404.975

Em 31 de dezembro de 2023

\$17.273.001.722

Em 31 de dezembro de 2022

Receitas de Petróleo e Gás

\$0,427 mil milhões **\$25,365 mil milhões**

Em 2023

Desde o início, incluindo a transferência inicial
de US\$ 205 milhões

Transferências para o Orçamento do Estado

\$1,090 mil milhões **\$16,113 mil milhões**

Em 2023

Desde o início

Total do Retorno do Investimento

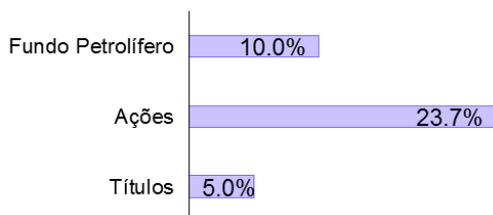
\$1,679 mil milhões **\$9,036 mil milhões**

Em 2023

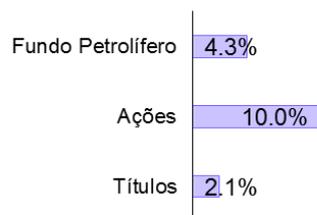
Desde o início

DESTAQUES DE INVESTIMENTO DO FUNDO PETROLÍFERO

Retorno do investimento em 2023

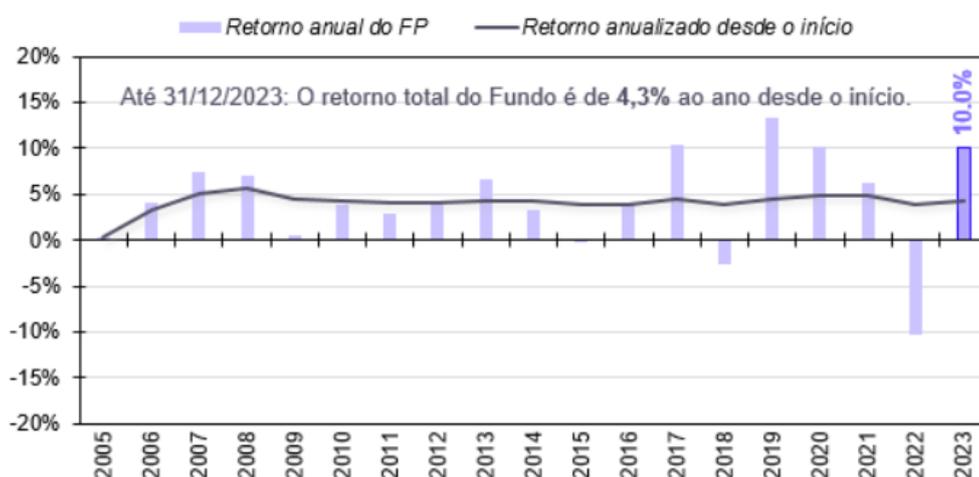


Retorno do investimento desde o início (anualizado)

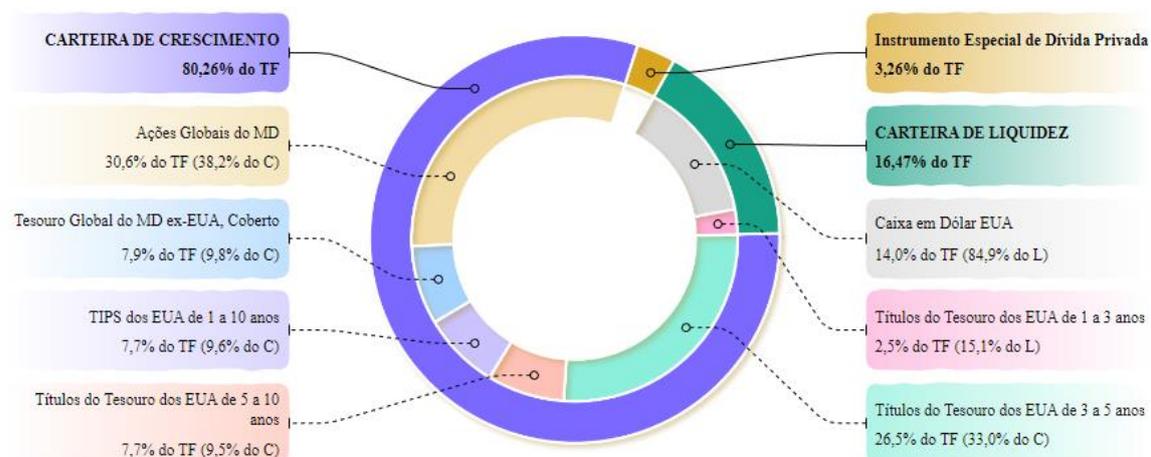


Nota: Títulos de rendimento fixo incluem a carteira de liquidez.

Retorno anual do investimento do Fundo desde 2005



As alocações efetivas de total ativos do Fundo em 31 de dezembro de 2023

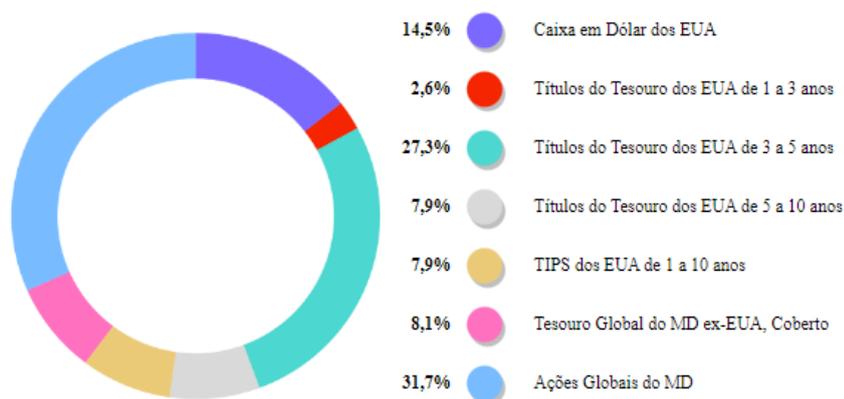


Fonte: GPGFP, Ministério das Finanças. FT - Fundo Total; C - Carteira de Crescimento; L - Carteira de Liquidez; MD - Mercados Desenvolvidos. Note que o anel interno mostra os mandatos. Carteira de Crescimento e Carteira de Liquidez compõem os Investimentos no Mercado Financeiro. As percentagens podem não somar exatamente devido ao arredondamento.

ALOCAÇÕES DE ATIVOS DO FUNDO PETROLÍFERO

Investimentos no Mercado Financeiro por classe de ativos

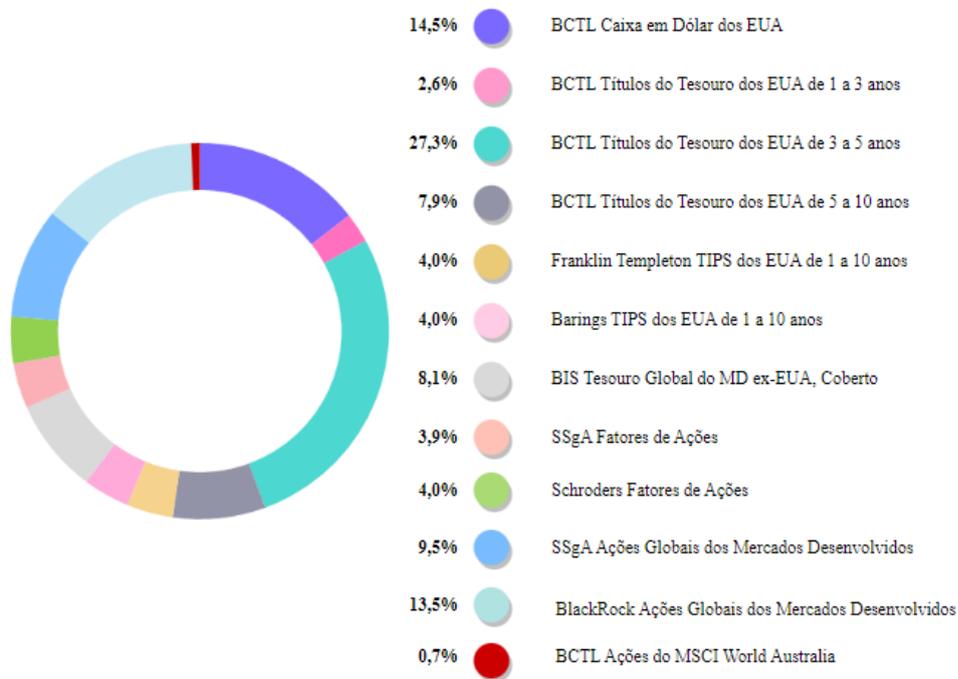
Carteiras de liquidez e crescimento



Nota: O instrumento de dívida privada é separado dos Investimentos no Mercado Financeiro e limitado a 5% do total valor do Fundo nos termos da Lei do Fundo Petrolífero.

Investimentos no Mercado Financeiro por gestores

Carteiras de liquidez e crescimento



Nota: O instrumento de dívida privada é separado dos Investimentos do Mercado Financeiro e é gerido pelo BCTL. Está limitado a 5% do total valor do Fundo de acordo com a Lei do Fundo Petrolífero.

A. SOBRE O FUNDO PETROLÍFERO

O Enquadramento do Fundo Petrolífero

De acordo com a Constituição de Timor-Leste, os recursos naturais do país são propriedade do Estado e devem ser utilizados de maneira justa e equitativa, em conformidade com os interesses nacionais. A Constituição exige a criação de um fundo para as receitas proveniente dos recursos naturais.¹ O Fundo Petrolífero foi criado em 2005 para receber as receitas petrolíferas de Timor-Leste provenientes do Mar de Timor.²

O objetivo do Fundo é contribuir para a gestão prudente das receitas petrolíferas para o benefício das gerações atuais e futuras. Todas as receitas petrolíferas de Timor-Leste fluem para o Fundo, enquanto os gastos do Fundo são destinados ao Orçamento Geral do Estado, que é aprovado pelo Parlamento Nacional.

O Fundo contribui para uma política fiscal sólida, onde são considerados os interesses de longo prazo dos cidadãos de Timor-Leste.³ A Lei do Fundo Petrolífero especifica um nível sustentável de levantamentos, denominado Rendimento Sustentável Estimado (RSE), correspondente a 3% do total da Riqueza Petrolífera, que equivale ao valor dos investimentos do Fundo Petrolífero mais o valor presente líquido das receitas petrolíferas esperadas proveniente de reservas comprovadas e campos de desenvolvimento aprovados (ver Figura 1).

A Lei do Fundo Petrolífero também distingue entre os investimentos do Fundo e as despesas públicas e os investimentos domésticos. O Fundo investe apenas em ativos financeiros internacionais, que devem ser avaliados com base nos critérios financeiros especificados na Lei. As despesas públicas e os investimentos domésticos são incluídos

no Orçamento Geral do Estado e aprovados pelo Parlamento Nacional.

A regra de despesa e a exigência de investimentos internacionais refletem o modelo desenvolvido para o fundo soberano da Noruega. O enquadramento de rendimento permanente limita os levantamentos do Fundo ao retorno real esperado dos investimentos do Fundo Petrolífero para preservar o seu valor real indefinidamente. Isto tem como objetivo beneficiar equitativamente as gerações atuais e futuras, proporcionando o mesmo valor real de levantamentos a cada ano. No caso do Fundo Petrolífero, uma alocação significativa para ativos de maior retorno e risco é necessária para compensar levantamentos de 3%. A Lei do Fundo Petrolífero foi alterada em 2011 para permitir uma alocação em ações de até 50% do total do fundo, e em 2012 foi decidida uma alocação de 40% em ações, que na altura se esperava gerar um retorno real de 3% a longo prazo.

Este enquadramento encontra, contudo, vários desafios em Timor-Leste. O enquadramento de rendimento permanente não tem sido seguido e os levantamentos têm excedido os 3% do RSE com a justificação que as despesas e os investimentos públicos contribuem para o desenvolvimento económico que é do interesse de longo prazo de Timor-Leste. A estratégia de investimento do Fundo foi modificada em 2021 para melhor refletir a política orçamental, conforme descrito na Seção C. Além disso, o Governo decidiu em 2019 que o Fundo Petrolífero investisse em operações petrolíferas, o que foi implementado através de uma alteração à Lei das Atividades Petrolíferas⁴. Isso é descrito numa secção subsequente.

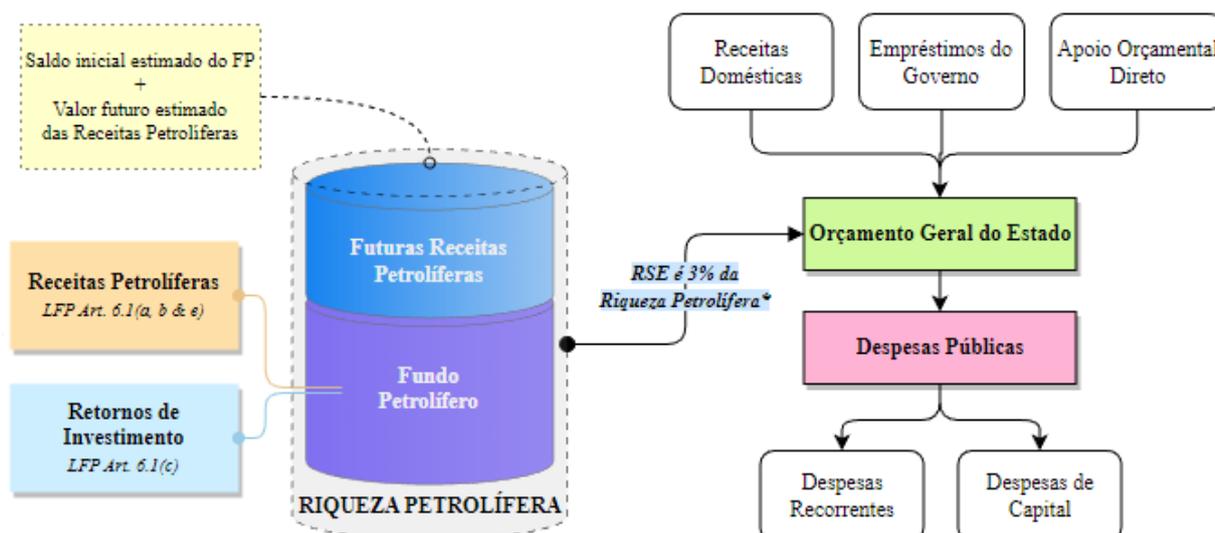
1 Artigo 139.º n.º 2 da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

2 Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro. O regime fiscal que governa a receita petrolífera de Timor-Leste é descrito numa secção abaixo.

3 Preâmbulo da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto.

4 Lei n.º 13/2005 de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 6/2019, de 4 de dezembro.

Figura 1 – Fundo Petrolífero e Orçamento Geral do Estado



Fonte: GPGFP, Ministério das Finanças. * Transferências de RSE num ano financeiro. RSE é calculado como 3% da Riqueza Petrolífera.

As Instituições e o Enquadramento de Governação do Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero é estruturado como uma conta mantida pelo gestor operacional nomeado, o Banco Central de Timor-Leste (BCTL).

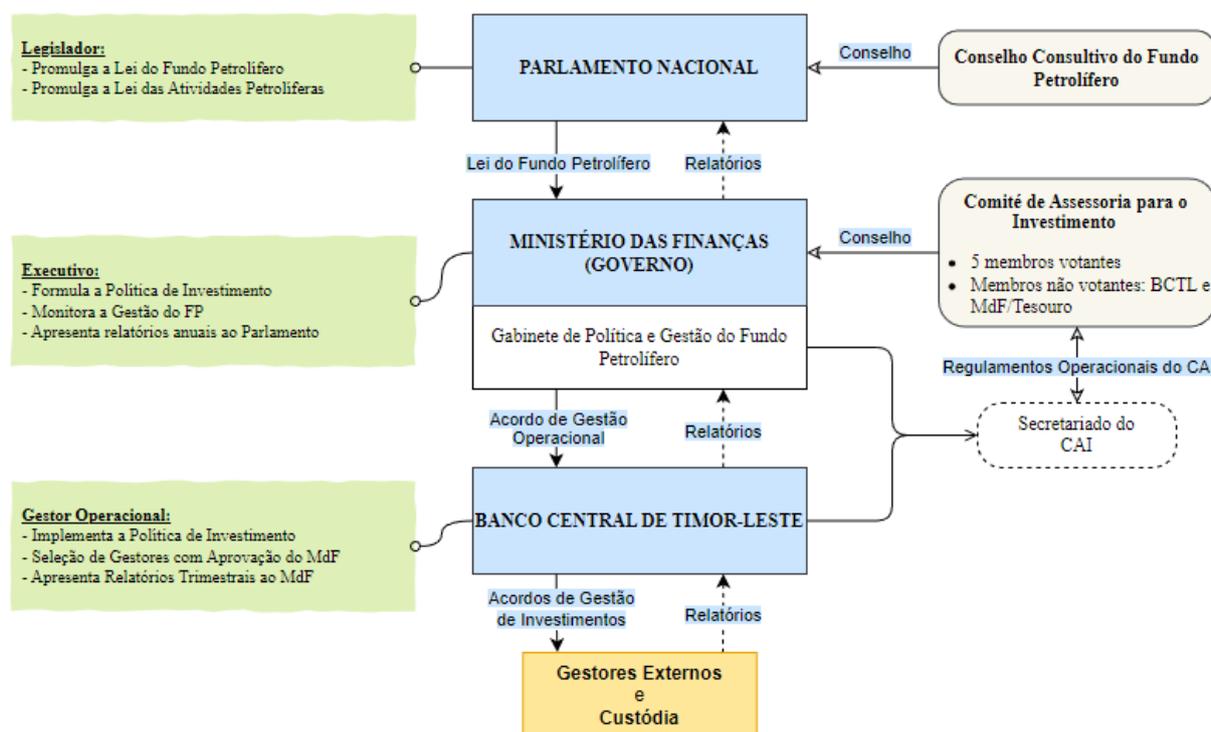
A Figura 2 mostra o BCTL e as outras instituições envolvidas no Fundo Petrolífero. O Parlamento Nacional estabelece os parâmetros principais do Fundo na Lei do Fundo Petrolífero. Esses parâmetros incluem os objetivos do Fundo, as funções das suas instituições, os investimentos elegíveis, as linhas gerais para alocação de ativos e os limites de risco. O Parlamento complementou o enquadramento legal do Fundo Petrolífero em 2019, aprovando uma alteração à Lei das Atividades Petrolíferas, que permitiu o Fundo investir em operações petrolíferas. A decisão de investimento do Governo considerou os objetivos de desenvolvimento económico nacional e os benefícios económicos e sociais esperados.

A Ministra das Finanças é a executiva do Fundo Petrolífero e é responsável pela gestão global do Fundo como representante do Governo.

As responsabilidades da Ministra das Finanças incluem determinar a política de investimento, definir regras para novos investimentos e supervisionar a governação do Fundo. A Ministra das Finanças conta com o apoio da Unidade de Política e Gestão do Fundo Petrolífero (GPGFP), uma unidade dentro de Ministério das Finanças. A Ministra das Finanças busca aconselhamento sobre investimento e gestão do Fundo ao Comité de Assessoria para o Investimento, conforme descrito abaixo.

O BCTL é o Gestor Operacional do Fundo Petrolífero. O BCTL implementa os investimentos do Fundo e as suas responsabilidades são definidas num Acordo de Gestão Operacional (AGO) com a Ministra das Finanças. O Anexo 1 do AGO contém os detalhes da política de investimento e os mandatos individuais. Uma parte da carteira é gerida diretamente pelo BCTL. Para a parte da carteira gerida externamente, o BCTL realiza pesquisas de gestores e monitoriza os gestores externos nomeados. O Ministério das Finanças supervisiona o Gestor Operacional.

Figura 2 – Estrutura de Governação do Fundo Petrolífero



Fonte: GPGFP, Ministério das Finanças

A Lei do Fundo Petrolífero exige que a Ministra das Finanças consulte o Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) antes de tomar decisões sobre os investimentos e a gestão do Fundo. O CAI é um comité de assessoria que fornece aconselhamento independente e imparcial, não vinculativo, a pedido da Ministra ou por iniciativa do próprio Conselho. A Lei do Fundo Petrolífero exige que o CAI inclua membros com experiência significativa em gestão de investimentos. O Ministério das Finanças, através da Diretora-Geral do Tesouro ou seu delegado, e o BCTL, como Gestor Operacional, têm representantes sem direito a voto no Comité e contribuem ativamente para as discussões que precedem o

parecer do CAI. O CAI conta com o apoio de um Secretário do BCTL e membros da secretaria de ambos, BCTL e GPGFP. O CAI possui orçamento próprio e pode contratar apoio externo quando necessário. O seu parecer é publicado anualmente como parte do Relatório Anual (Anexo XII) ou anteriormente, quando solicitado pelo Parlamento. O CAI desempenha um papel importante no Fundo Petrolífero, e o aconselhamento independente, imparcial e especializado do Comité representa uma salvaguarda importante na estrutura do Fundo. Os membros atuais do CAI estão listados na Tabela 1 e as suas breves biografias estão incluídas no Anexo IX.

Tabela 1 – Membros do Comité de Assessoria para o Investimento

Nome	Cargo e mandato
Sr. Olgário de Castro	Presidente. Membro com voto desde 2008
Dr. Torres Trovik	Membro com voto desde 2006
Sr. Gualdino da Silva	Membro com voto desde 2012
Professor Michael Drew	Membro com voto desde 2017
Sr. Venâncio Alves Maria	Representante do BCTL desde 2012
Sr. Filipe Nery Bernardo	Representante do MdF desde 2022

Por último, o Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP) aconselha o Parlamento sobre o desempenho e a operação do Fundo Petrolífero, bem como sobre os levantamentos do Fundo, incluindo se

as transferências estão a ser utilizadas de forma eficaz em benefício das gerações atuais e futuras. Os membros atuais do CCFP estão listados na Tabela 2 e biografias resumidas estão incluídas no Anexo IX.

Tabela 2 – Membros do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP)

Nome	Cargo e mandato
Sr. Juvinal Dias	Presidente. Nomeado em 2018 como representante da sociedade civil.
Sr. Nuno Eugénio Goulart	Nomeado em 2019 como representante do Parlamento.
Sra. Izilda Imanuela da Luz Pereira Soares	Nomeada em 2018 como representante do Parlamento.
Pe. Mouzinho Pereira Lopes	Nomeado em setembro de 2022 como representante das organizações religiosas.
Sr. Hernâni Agostinho Soares	Nomeado em 2019 como representante do setor privado.
Sra. Martinha da Silva de Jesus Pinto	Nomeada em 2019 como representante da sociedade civil.

A transparência é um princípio fundamental que rege o Fundo, e a Lei do Fundo Petrolífero define os requisitos de reportes para cada instituição. Os relatórios do Fundo Petrolífero estão descritos na Tabela 3.

O Ministério das Finanças é responsável pela publicação do Relatório Anual do Fundo Petrolífero. Isso inclui as demonstrações financeiras, que são compiladas pelo BCTL como Gestor Operacional, auditadas externamente e aprovadas pela Diretora-Geral do Tesouro do Ministério das Finanças.⁵ Um auditor credenciado internacionalmente emite um relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras anuais e a demonstração das receitas do Fundo Petrolífero. Ambas demonstrações financeiras são anexadas ao Relatório Anual do Fundo Petrolífero. O Ministério das Finanças também realiza os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado (RSE), que são certificados por um auditor independente e incluídos na Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado apresentada ao Parlamento Nacional.

O BCTL compila relatórios trimestrais de desempenho para a Ministra das Finanças. O BCTL também reporta ao Ministério das Finanças sobre os mandatos geridos internamente. Os relatórios anuais e os relatórios trimestrais de desempenho são fornecidos às principais partes interessadas e estão publicamente disponíveis nos portais eletrônicos do Ministério das Finanças e do Banco Central.⁶

O Fundo Petrolífero é membro do Fórum Internacional de Fundos Soberanos (IFSWF) desde 2009. O Ministério das Finanças realiza anualmente uma autoavaliação de conformidade com os Princípios de Santiago do IFSWF, que estabelecem as melhores práticas para fundos soberanos.

A avaliação mais recente está contida no Anexo XIII. As avaliações dos anos anteriores também foram publicadas no sítio do IFSWF.⁷

O Fundo Petrolífero obteve pontuações elevadas em diversos índices de transparência. O Fundo atingiu 9/10 no Índice de Transparência Linaburg-Maduell,⁸ 91/100 no quadro de pontuação de transparência do Instituto Peterson SWF em 2019,⁹ e o componente de fundo soberano alcançou 88/100 no índice de Governança de Recursos emitido pelo Revenue Watch Institute em 2017.¹⁰

Há um grande interesse público na gestão e desempenho do Fundo Petrolífero. O Ministério das Finanças e o BCTL estão comprometidos em elevar a compreensão do público sobre a gestão e a estratégia de investimento do Fundo. O BCTL suspendeu as conferências de imprensa trimestrais em 2020 devido às restrições da COVID. Em 2023, após o levantamento das restrições, o Ministério das Finanças realizou duas conferências de imprensa trimestrais, em maio e agosto de 2023, para informar a imprensa e o público sobre o desempenho do Fundo no primeiro e segundo trimestres de 2023. O BCTL retomou a realização das conferências de imprensa para o terceiro e quarto trimestres em novembro de 2023 e fevereiro de 2024, respetivamente.

O BCTL e o Ministério das Finanças realizam apresentações em todo o território de Timor-Leste em colóquios públicos coordenados pelo Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero. Os colóquios informam o público sobre a gestão, investimento, desempenho e utilização do Fundo. Cinco colóquios foram realizados em 2023 com cinco instituições de ensino superior, nomeadamente, DIT em março, UNITAL em maio, IPC em julho, UCT em setembro

5 A responsabilidade da Diretora-Geral do Tesouro de manter as contas do Fundo Petrolífero, prevista no Artigo 21.º da Lei do Fundo Petrolífero, é delegada pela Ministra das Finanças ao BCTL ao abrigo do Acordo de Gestão Operacional de 2009.

6 O sítio do Ministério das Finanças é: <https://www.mof.gov.tl/>. O sítio do Banco Central de Timor-Leste é: <https://www.bancocentral.tl/en>

7 <https://www.ifswf.org/assessment/tlpf-2022>

8 <https://www.swfinstitute.org/research/linaburg-maduell-transparency-index>

9 <https://www.piie.com/publications/policy-briefs/sovereign-wealth-funds-are-growing-more-slowly-and-governance-issues>

10 O Índice de Governança de Recursos mede a qualidade da governança no setor de petróleo, gás e mineração de 58 países. <https://resourcegovernanceindex.org/country-profiles/TLS/oil-gas?years=2017>

e ISFIT em outubro.¹¹ O Ministério das Finanças também compartilhou a sua experiência na gestão do Fundo Petrolífero com outras organizações

internacionais e representantes de governos estrangeiros.

Tabela 3 – Relatórios do Fundo Petrolífero

Relatório	Instituição Responsável	
Relatório Anual	Publicado pelo Ministério das Finanças juntamente com as demonstrações financeiras auditadas	Contribuições do BCTL sobre o desempenho dos investimentos e participações em ativos
Demonstrações Financeiras Anuais Auditadas	Compiladas pelo BCTL	As entidades de custódia do Fundo prestam serviços de contabilidade ao BCTL
	Auditor externo nomeado pelo Ministério das Finanças	Atualmente Ernst & Young (EY)
	Aprovado como verdadeiro e justo pela Diretora-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças	O Tesouro é assistido pela GPGFP
Relatórios trimestrais de desempenho - desempenho dos investimentos e finanças	Compilados e publicados pelo BCTL	
Relatórios mensais - desempenho dos investimentos e finanças	Compilados e publicados pelo BCTL	

Com o apoio do CAI, o Ministério das Finanças decidiu, em 2022, realizar uma avaliação independente à estrutura de governação, recursos e investimentos do Fundo Petrolífero. A realização de avaliações periódicas contribui para a boa governação. A avaliação constatou que os modelos de governação, investimento, operação e pessoas do Fundo são sólidos. A Caixa I fornece os detalhes da

avaliação. A avaliação identificou algumas oportunidades para melhoria. Ao implementar as melhorias recomendadas e abordar as lacunas identificadas, o Fundo pode elevar ainda mais a sua eficácia, transparência e responsabilização, promovendo a sua sustentabilidade a longo prazo e a boa gestão dos recursos financeiros de Timor-Leste.

Caixa I: A Avaliação Independente do Fundo Petrolífero em 2023

A estrutura de governação do Fundo Petrolífero é mostrada na Figura 2. A estrutura - nomeadamente, a Ministra das Finanças como Executivo, o BCTL como o gestor operacional designado, e um Comité de Assessoria para o Investimento fornecendo aconselhamento especializado independente à Ministra - destina-se a proporcionar a *check and balance*. Para que a estrutura funcione de forma eficaz e eficiente, as funções e responsabilidades de cada órgão precisam ser claras.

A Lei do Fundo Petrolífero identifica os órgãos e delinea as suas funções, mas são necessários mais detalhes. A Unidade de Política e Gestão do Fundo Petrolífero (GPGFP) do Ministério das Finanças realizou alguns trabalhos sobre a governação do Fundo em anos anteriores. Isso incluiu consultas com o CAI e o BCTL sobre a criação de uma política de governação para esclarecer as funções de todas as instituições, e com o BCTL sobre a atualização do Acordo de Gestão Operacional (AGO), que foi alterado pela última vez em 2009. Após várias reuniões, o Ministério das Finanças, com o apoio do CAI, decidiu, em 2022, realizar uma avaliação independente da estrutura de governação, recursos e investimentos do Fundo. As avaliações periódicas fazem parte da boa governação. O New Zealand Superannuation Fund, o fundo soberano da Nova Zelândia, é um exemplo de boas práticas e realiza uma avaliação a cada 5 anos.

A empresa de consultoria de investimentos Mercer foi selecionada e o projeto teve início no começo de junho de 2023. As conclusões preliminares foram apresentadas ao CAI e a representantes do BCTL e do Ministério das Finanças em agosto de 2023. O relatório final da Mercer foi submetido à Ministra em setembro de 2023.

A Mercer classificou as suas conclusões de acordo com a existência de lacuna total, parcial ou nenhuma em relação aos padrões de melhores práticas, e classificou as "lacunas" em 1. prioridade de ordem mais alta (3 itens), 2. prioridade de segunda ordem (10 itens) e 3. prioridade de ordem mais baixa (14 itens).

11 DIT (Dili Institute of Technology); UNITAL (Universidade Oriental Timor Lorosa'e), IPDC (Instituto Profissional de Canossa), UCT (Universidade Católica Timorense) & ISFIT (Instituto Superior Filosofia e Teologia).

As prioridades mais altas podem ser atendidas por meio de um número relativamente pequeno de ações. Isso inclui a conclusão e atualização dos documentos de governação do Fundo, nomeadamente a política de governação previamente elaborada pelo Ministério das Finanças, mas ainda não formalmente adotada, e a atualização do AGO entre o Ministério das Finanças e o BCTL. O projeto de política de governação e AGO serão alterados para refletir as outras recomendações da Mercer. Além disso, o Ministério das Finanças, com contribuições do BCTL e orientação do CAI, desenvolverá uma Declaração de Política de Investimento (DPI) para complementar o Anexo 1 do AGO. Dois dos principais resultados dos relatórios estão relacionados com a capacitação e alocação de recursos ao GPGFP. A execução da política de governação e a atualização do AGO esclarecerão as responsabilidades do GPGFP e a sua autoridade para representar o Ministério das Finanças em questões relacionadas com o Fundo Petrolífero, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério das Finanças. A questão dos recursos humanos também será abordada. As revisões regulares da alocação estratégica de ativos do Fundo serão formalmente programadas a cada três anos, e os princípios e convicções de investimento do Comité de Assessoria para o Investimento também serão revistas.

O Ministério das Finanças considera prioritário o trabalho para abordar estas questões em 2024. O relatório da Mercer servirá de impulso para melhorar a governação e as operações do Fundo. As instituições do Fundo Petrolífero estão comprometidas com a melhoria contínua e reconhecem que a boa governação é uma mais-valia.

Regime Fiscal do Petróleo em Timor-Leste

As receitas petrolíferas de Timor-Leste devem ser transferidas para o Fundo Petrolífero. As receitas do Fundo têm sido provenientes de campos sob jurisdição de Timor-Leste no Mar de Timor. Bayu-Undan foi o único campo operacional em 2023 e a produção está em declínio, devendo chegar ao fim em 2024. O plano de desenvolvimento para o campo do Greater Sunrise ainda não foi acordado e é discutido abaixo. Embora tenham existido outras explorações de petróleo, ainda há campos por comprovar.

A participação de Timor-Leste na receita petrolífera depende dos tratados relevantes, que definem a propriedade de cada país, e dos contratos de partilha de produção, que especificam como a receita

petrolífera deve ser dividida entre os proprietários nacionais e as empresas petrolíferas contratadas. O Tratado das Fronteiras Marítimas do Mar de Timor acordado entre Timor-Leste e a Austrália entrou em vigor em 30 de agosto de 2019. O tratado melhorou significativamente as áreas cuja propriedade é atribuída a Timor-Leste. O anterior Tratado do Mar de Timor previa que Timor-Leste receberia 90% da receita da antiga Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP), que inclui Bayu-Undan, enquanto a Austrália recebia 10%. De acordo com o Tratado de Limites Marítimos, quase toda a antiga ACDP está sob jurisdição exclusiva de Timor-Leste (Figura 3), o que significa que Timor-Leste recebe 100% da receita petrolífera.

Figura 3 – Mapa do Acordo de Fronteiras Marítimas de Timor-Leste



Fonte: Gabinete de Fronteiras Marítimas de Timor-Leste, <https://www.gfm.tl/library/maps/>

O Tratado das Fronteiras Marítimas também melhora os termos de Timor-Leste para o campo de Greater Sunrise. Em vez da participação de 50% prevista nos Arranjos Marítimos Específicos no Mar de Timor (CMATS) de 2006, Timor-Leste receberá 70% da receita *upstream* se o gasoduto for direcionado para uma planta de processamento de GNL em Timor-Leste, ou 80% da receita *upstream* se o gasoduto for para uma planta na Austrália. Timor-Leste, Austrália

e os participantes do consórcio continuam a negociar o plano de desenvolvimento para o Greater Sunrise.

As participações dos participantes do consórcio de Greater Sunrise são mostradas na Tabela 4. Timor Gap E.P. adquiriu uma participação de 56,56% em abril de 2019, após o investimento do Fundo Petrolífero em operações petrolíferas, conforme descrito abaixo.

Tabela 4 – Propriedade do campo Greater Sunrise

Empresa	Participação
Timor Gap E.P.	56,56%
Woodside Energy Group	33,44%
Osaka Gas	10,00%

Os Contratos de Partilha de Produção (CPPs) são acordos entre os proprietários nacionais e as empresas petrolíferas contratadas. Bayu-Undan e Greater Sunrise eram regidos pelo Anexo F do Tratado do Mar de Timor, que preserva o regime fiscal vigente antes da independência de Timor-Leste. Os CPPs e outros contratos sob o antigo regime fiscal da ACDP e aqueles parcialmente sob o regime fiscal australiano foram transferidos integralmente para o regime fiscal de Timor-Leste após a ratificação do Tratado das Fronteiras Marítimas. Isso exigiu que as empresas petrolíferas contratadas recebessem condições equivalentes ao regime anterior.

A receita petrolífera do Estado é composta por:

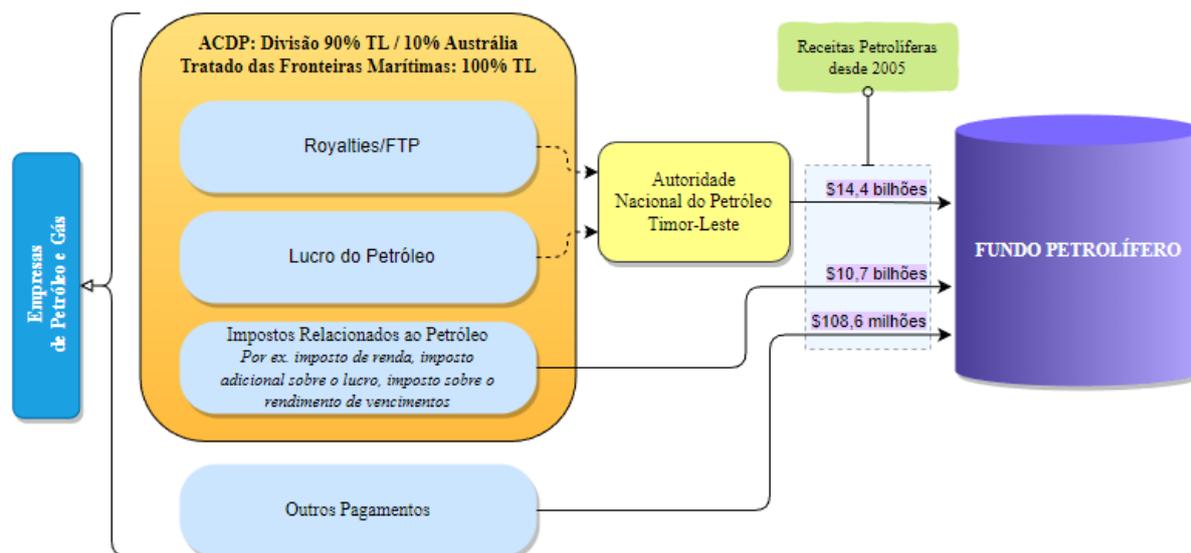
- **Royalties**, que representam a participação dos governos na produção antes da recuperação de custos pelas empresas petrolíferas. A participação dos governos é de 5% da produção para o Anexo F (Bayu-Undan e Greater Sunrise), CPPs Não Anexo F (um novo regime) e Área Exclusiva de Timor-Leste (AETL).¹²
- **Lucro do petróleo** de 40%, ou 50% para o condensado nos termos do Anexo F, que é calculado como receita bruta menos royalties e custos de exploração e desenvolvimento das empresas petrolíferas.

- **Impostos** pagos pelas empresas petrolíferas. Isso inclui imposto sobre o rendimento de 30%; um imposto adicional sobre o lucro ou imposto suplementar sobre petróleo para projetos lucrativos que excedem uma taxa mínima de retorno; e imposto sobre salários recebidos por empregos em Timor-Leste.

A Figura 4 ilustra as componentes das receitas petrolíferas de Timor-Leste que fluíram dos três campos produtivos, Kakatua (que cessou em 2007), Kitan (que cessou em 2015) e os campos de Bayu-Undan, todos localizados na antiga ACDP. O campo de condensado de gás de Bayu-Undan agora é operado pela Santos Ltd, que adquiriu a participação da ConocoPhillips no campo e na planta de GNL de Darwin em maio de 2020. Os royalties e participações nos lucros do operador são cobrados pela Autoridade Nacional do Petróleo de Timor-Leste (ANP), como Autoridade Designada. Os impostos relacionados com o petróleo são pagos diretamente pelo contratante ao Fundo Petrolífero. Como referido, na sequência do Tratado das Fronteiras Marítimas, Timor-Leste recebeu todas as receitas petrolíferas de Bayu-Undan desde setembro de 2019.

¹² Para os projetos baseados no Anexo F, "Primeira Tranche de Petróleo" corresponde a 10% da produção, que é igualmente compartilhada entre o Governo e os contratantes.

Figura 4 – Componentes das receitas petrolíferas da antiga ACDP desde 2005



Fonte: GPGFP, Ministério das Finanças.

Nota: Ao abrigo do Tratado do Mar de Timor de 2002, as receitas da ACDP foram partilhadas 90%/10% entre Timor-Leste e a Austrália. Ao abrigo do novo Tratado de Fronteiras Marítimas, Bayu-Undan está exclusivamente sob a jurisdição de Timor-Leste. As categorias mostradas não incluem a transferência inicial para o Fundo de US\$ 205 milhões de receitas que foram arrecadadas antes da criação do Fundo e brutas de reembolso de impostos.

Investimento em Operações Petrolíferas

O investimento do Fundo Petrolífero em operações petrolíferas em abril de 2019 é uma exceção ao enquadramento e às regras da Lei do Fundo Petrolífero de 2011. Apresenta-se seguidamente uma descrição geral sobre o investimento. Mais detalhes estão disponíveis no Relatório Anual do Fundo Petrolífero de ano fiscal de 2019.

O Governo concordou em comprar as participações da ConocoPhillips e da Shell na *joint venture* do Greater Sunrise em setembro e novembro de 2018. O objetivo era facilitar o processamento *onshore* em Timor-Leste para participar plenamente no lado positivo do desenvolvimento.

A participação acionista agregada de 56,56% custou a Timor-Leste US\$ 650 milhões, valor que precisava de ser financiado. A orientação do Ministério das Finanças era seguir as regras previstas na Lei do Fundo Petrolífero e incluir esse investimento público no Orçamento Geral do Estado. No entanto, o Orçamento para 2019 no montante de US\$ 2,1 mil milhões não foi promulgado pelo Presidente devido a preocupações com a sustentabilidade. O Governo optou então por desistir da aquisição através do Orçamento Geral do Estado e financiá-la por meio de

uma alteração da Lei de Atividades Petrolíferas. A alteração permitiu que a alocação de 5% para ativos alternativos prevista no n.º 4 do artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero fosse aplicada a investimentos em operações petrolíferas no território nacional ou no exterior.

O investimento de US\$ 650 milhões do Fundo Petrolífero foi estruturado como um empréstimo à empresa petrolífera nacional, Timor Gap, E.P., que utilizaria os recursos para adquirir as participações na *joint venture* do Greater Sunrise.¹³ Os empréstimos foram feitos a quatro subsidiárias da Timor Gap E.P. que detinham os Contratos de Partilha de Produção e Licenças de Retenção relacionados (veja Figura 5). A taxa de juros foi de 4,5% ao ano e houve um período de carência para o pagamento dos primeiros oito anos, para permitir o início do desenvolvimento e da produção. Os juros seriam acumulados durante o período de carência e o empréstimo seria então pago ao longo dos 10 anos seguintes, quando a entrada de recursos petrolíferos era esperada.¹⁴

Além disso, assim que o campo do Greater Sunrise iniciar a produção, o Fundo Petrolífero receberá as partes do Estado nas receitas petrolíferas -

13 O Relatório Anual de 2019 do Fundo Petrolífero explica por que razão o investimento foi estruturado como um empréstimo e não como uma participação no capital.

14 O investimento em operações petrolíferas é discutido na secção D, "Desenvolvimentos do instrumento de dívida privada", e nas Notas 13 e 24 das Demonstrações Financeiras anexadas.

nomeadamente, royalties, lucros petrolíferos e impostos relacionados com o petróleo. O Fundo Petrolífero receberá também os dividendos pagos

pelo proprietário, Timor Gap E.P., da sua participação na *joint venture*.

Figura 5 – Investimento do Fundo Petrolífero na Timor Gap E.P.



Fonte: GPGFP, Ministério das Finanças.

O investimento do Fundo Petrolífero na Timor Gap, E.P., é excepcional em dois aspetos:

- Foi uma decisão de investimento do Governo, aprovada pelo Conselho de Ministros. O aconselhamento do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) do Fundo Petrolífero limitou-se a analisar a questão de como implementar a decisão de investimento do Governo, e não à *due diligence*, pois o CAI não dispunha da análise de suporte.
- Foi um investimento em Timor-Leste motivado por objetivos de desenvolvimento nacional e não por critérios puramente financeiros.

O investimento em operações petrolíferas enfrentou alguns desafios desde a sua realização. Em primeiro lugar, embora o parecer jurídico do Governo tenha confirmado que o investimento estava de acordo com as leis aplicáveis na altura, os limites de exposição previstos na Lei do Fundo Petrolífero podem vir a ser violados no futuro. A Lei do Fundo Petrolífero limita o investimento a 5% do saldo do Fundo, e esse limite será excedido se o Fundo se esgotar conforme projetado, sujeito à avaliação dos empréstimos. Além disso, o n.º 5 do artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero impõe um limite de investimento de 3% para qualquer empresa ou emissor. O Tratado de Fronteiras Marítimas exige a consolidação dos CPPs existentes num único contrato, e as participações de Timor-Leste também serão consolidadas numa única entidade. Se os empréstimos também forem transferidos para essa entidade, então o limite de exposição de 3% provavelmente será excedido.

O Ministério das Finanças, em 2019, defendeu a incorporação do investimento em operações petrolíferas na Lei do Fundo Petrolífero, em vez de

ter os investimentos do Fundo regidos por duas leis diferentes. O Ministério propôs a introdução de um novo artigo para incorporar as disposições da Lei de Atividades Petrolíferas e definir claramente os critérios excepcionais aplicáveis ao investimento do Fundo em operações petrolíferas. Os restantes investimentos do Fundo continuariam a ser regidos pelos critérios originais. Essa mudança foi apoiada pelo Comité de Assessoria para o Investimento (CAI). No entanto, as alterações não foram promulgadas na sequência de uma decisão do Tribunal de Recurso. Como observado, os limites de exposição na lei irão apresentar problemas no futuro.

O segundo problema é que a contabilização e avaliação do empréstimo à Timor Gap, E.P., resultou em atrasos significativos na preparação das demonstrações financeiras auditadas do Fundo Petrolífero e no relatório anual de 2020 e 2021. Inicialmente, o investimento do Fundo foi avaliado ao custo amortizado e, portanto, aumentou mecanicamente em valor com juros acumulados durante o período de carência de 8 anos. No entanto, a EY, nomeada auditora externa do Fundo em 2021, constatou durante a auditoria das demonstrações financeiras de 2020 que as condições para o custo amortizado não foram atendidas, sendo necessário aplicar o valor justo. O BCTL, como gestor operacional, precisou então de contratar uma empresa de avaliação independente e estabelecer o processo de avaliação. A divulgação tardia das demonstrações financeiras auditadas da Timor Gap para 2020, em setembro de 2021, contribuiu para o referido atraso.

O Ministério das Finanças, em consulta com o BCTL e a EY, desenvolveu um processo que evitou atrasos

e permitiu que as demonstrações financeiras de 2022 fossem fornecidas com as demonstrações financeiras do Governo ao Parlamento Nacional em 22 de junho de 2023. Um processo semelhante foi seguido para as demonstrações financeiras de 2023.

O último desafio para a contabilização do empréstimo é o calendário previsto para as entradas de recursos do Greater Sunrise. Quando o empréstimo foi contratado em 2019, o período de carência de 8 anos para os pagamentos deveria permitir tempo suficiente para o início da produção

do Greater Sunrise. No entanto, o plano de desenvolvimento ainda não foi acordado e o primeiro pagamento de juros vai ser afetado em abril de 2028. Portanto, pode haver uma lacuna entre os pagamentos do empréstimo contratados pela Timor Gap E.P. e a receita que receberá do Greater Sunrise. As partes relevantes reuniram-se no final de 2023 e discutiram os limites de exposição e a lacuna de liquidez, concordando em alterar os termos do empréstimo após o desenvolvimento do Greater Sunrise ficar mais claro em 2024.

B. SALDO E FLUXOS

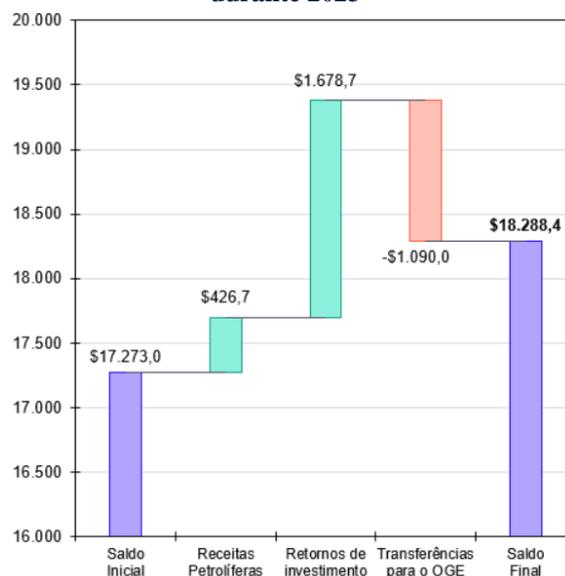
O saldo do Fundo aumentou US\$ 1.015,4 milhões em 2023, encerrando o ano em US\$ 18.288,4 milhões (Figura 6). O saldo do Fundo é determinado pelas entradas de receitas petrolíferas, retornos de investimentos e saídas de levantamentos do Governo. Conforme ilustra a Figura 6, as receitas petrolíferas contribuíram com US\$ 426,7 milhões para o Fundo, enquanto o retorno anual do investimento foi de US\$ 1.678,7 milhões. Um total de US\$ 1.090,0 milhões foi levantado para financiar as despesas do Governo. As seções seguintes fornecem mais detalhes sobre cada componente.

Receitas petrolíferas

As receitas petrolíferas do Fundo dependem da produção e dos preços. Atualmente, Bayu-Undan é o único campo em operação. É um campo maduro que tem experimentado um declínio natural na produção devido à menor pressão e infiltração de água no reservatório. A sua produção atingiu o pico em 2012 e a produtividade tem diminuído desde então. A perfuração de enchimento em 2018 e a Fase 3C em 2021 permitiram que a produção fosse estendida, mas houve uma redução acentuada na produção em 2022 e 2023, como mostra a Figura 7.

A produção anual continuou a diminuir à medida que o campo se aproximava do esgotamento. A produção em 2023 foi de 7,0 milhões de barris de petróleo equivalente (*BOE*), em comparação com 17,3 milhões de *BOE* em 2022. A produção mensal declinou ao longo do ano, caindo de 700 mil *BOE*

Figura 6 – Movimento dos ativos líquidos durante 2023

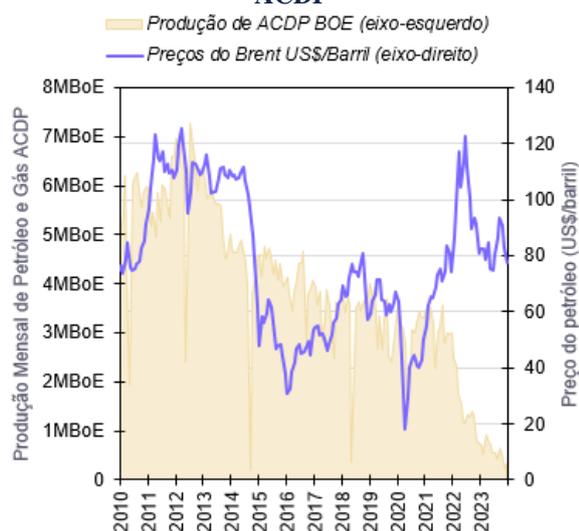


para menos de 400 mil *BOE* no final do ano. Foram vendidas quatro cargas de condensado, uma carga de LPG e sete cargas de GNL em 2023, um volume inferior ao de 2022.

Além da menor produção, os preços do petróleo ficaram bem mais baixos em 2023 em comparação com os preços do ano anterior, inflacionados pela invasão da Ucrânia pela Rússia. A queda da procura e o excesso de oferta fizeram descer os preços do petróleo em 2023. Os preços recebidos pelos produtos petrolíferos de Timor vendidos sob contratos de curto ou longo prazo estão vinculados aos preços de referência globais do petróleo. Historicamente, os preços recebidos têm uma relação mais estável com o Brent do que com o WTI. O preço médio anual do petróleo Brent em 2023 foi de US\$ 82,47/barril, US\$ 18/barril abaixo da média do

ano anterior (US\$ 12/barril acima da média de 2021) (Figura 7). A refinaria de GNL de Darwin operou com baixas taxas de produção ao longo do ano e o fornecimento de gás para a refinaria cessou em meados de novembro de 2023. A maior parte do GNL de Bayu-Undan foi vendida em *spot* em 2023. Os preços estavam vinculados a preços de referência do petróleo ou a preços de referência de GNL, nomeadamente o Platts Japan-Korea Marker (“JKM”). Os preços futuros históricos do JKM tiveram uma média de US\$ 14,4/MMBtu em 2023, bem mais baixos do que em 2022, mas relativamente altos em comparação com anos anteriores.

Figura 7 – Produção e Preços do Petróleo na ACDP



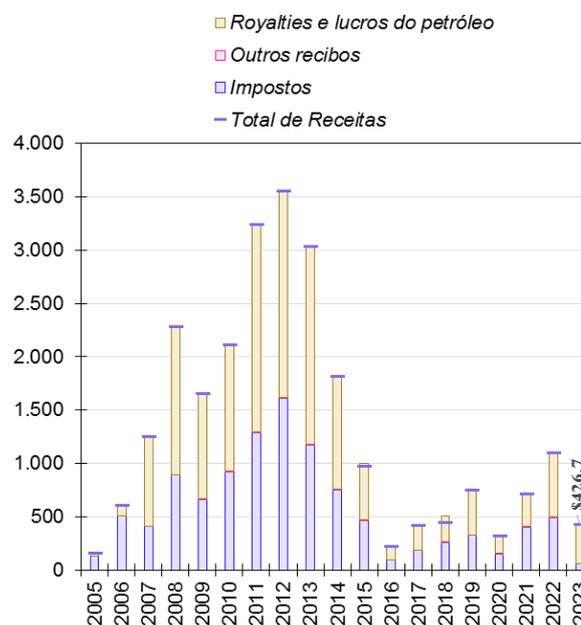
Refletindo a menor produção e preços, o total de receitas petrolíferas recebidas em 2023 foi de US\$ 426,70 milhões, menos da metade das receitas do ano anterior. O valor recebido foi US\$ 300 milhões superior às estimativas conservadoras incorporadas no RSE no Orçamento Geral do Estado para 2023 original e semelhante às estimativas para o

Levantamentos

O Orçamento Geral do Estado (OGE) é em grande parte financiado por levantamentos do Fundo Petrolífero. O OGE original para 2023 foi aprovado pelo Parlamento em novembro de 2022 e promulgado pelo Presidente da República em dezembro de 2022. O Parlamento aprovou levantamentos de US\$ 1.346,1 milhões do Fundo Petrolífero. O novo Governo tomou posse em julho de 2023, tendo apresentado um orçamento retificativo que foi aprovado pelo Parlamento e promulgado pelo Presidente em agosto de 2023. O total de

Orçamento Retificativo de 2023, que considerou as entradas acumuladas no ano até a data. As receitas foram compostas por US\$ 54,6 milhões em impostos petrolíferos, US\$ 366,8 milhões em royalties e lucro de petróleo e gás, e US\$ 5,3 milhões de outros pagamentos (Figura 8).¹⁵ Essas cobranças estavam de acordo com as alíneas a), b) e e) do artigo 6.º da Lei do Fundo Petrolífero, respetivamente.

Figura 8 – Receitas anuais do petróleo (\$m)



A Santos é a operadora da *joint venture* Bayu-Undan. O momento exato em que a produção cessará é incerto, embora a expectativa de receita seja baixa. É evidente que a maior parte da riqueza petrolífera de Timor-Leste proveniente de Bayu-Undan já foi recebida pelo Fundo. Incluindo os outros campos menores, Kakatua e Kitan, a produção total desde 2004 foi de 954 milhões de BOE, e as receitas petrolíferas totalizaram US\$ 25,365 mil milhões.

levantamentos aprovados do Fundo diminuiu para US\$ 1.208,2 milhões, US\$ 137,9 milhões a menos do que no orçamento inicialmente previsto.

Os levantamentos efetivos do Fundo totalizaram US\$ 1.090,0 milhões em 2023. Isso foi US\$ 118,2 milhões a menos do que os levantamentos orçamentados no orçamento retificativo de 2023.

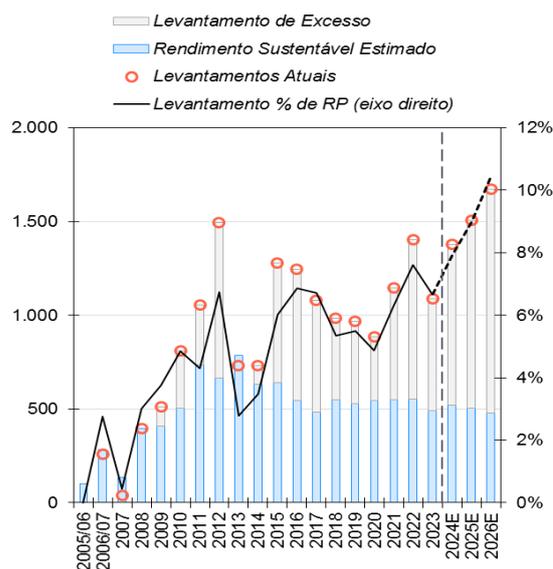
¹⁵ Anexo II - Nota 16 das Demonstrações Financeiras Auditadas e Anexo XI – Receitas do Fundo Petrolífero apresentam os detalhes das receitas petrolíferas.

Os levantamentos efetivos em 2023 foram US\$ 599,9 milhões a mais do que os US\$ 490,1 milhões do Rendimento Sustentável Esperado (RSE) do OGE -

original de 2023, que foi mantido no Orçamento Retificativo. O RSE é definido como 3% da Riqueza Petrolífera, a qual foi estimada em US\$ 16.338,2 milhões no OGE original de 2023. A Riqueza Petrolífera consiste no saldo projetado do Fundo Petrolífero no início do ano financeiro (US\$ 16.225,1 milhões) e no valor presente líquido previsto das receitas petrolíferas futuras (US\$ 113,1 milhões). As receitas petrolíferas futuras incluem apenas estimativas de campos com planos de desenvolvimento aprovados, nomeadamente Bayu-Undan, excluindo, portanto, Greater Sunrise e outras fontes potenciais de receita.

Desde 2009, os levantamentos anuais representaram, em média, cerca de 5,5% da Riqueza Petrolífera estimada, em comparação com o RSE de 3% (ver Figura 9). Os levantamentos efetivos ultrapassaram o dobro do RSE nos últimos 3 anos. Os levantamentos excedentes refletem a política do Governo de concentrar as despesas para viabilizar o desenvolvimento económico.

Figura 9 – Transferências para o Orçamento Geral do Estado (\$m)



Rendimentos e despesas de investimento

O rendimento anual de investimento do Fundo Petrolífero para 2023 foi de US\$ 1.678,7 milhões depois da dedução das despesas. Mais de três quartos da perda do ano passado foram recuperados.

O total da receita de investimentos (ou seja, antes das despesas) foi de \$1.700,1 milhões em 2023. Os juros, dividendos e rendimento de *trust* totalizaram \$476,8 milhões. O ganho nas valorizações de mercado foi de \$1.223,3 milhões, resultado do aumento no valor das participações com rendimento fixo e ações, bem como dos ganhos cambiais, conforme descrito na Seção D.

A Tabela 5 mostra que as despesas incorridas na gestão do Fundo Petrolífero totalizaram US\$ 15,3 milhões em 2023, o que foi maior do que as despesas do ano anterior (US\$ 13,3 milhões). O BCTL recuperou os seus custos operacionais incorridos de US\$ 7,2 milhões, valor próximo ao máximo permitido pelo Acordo de Gestão Operacional, que é de 4 pontos base do valor do Fundo. As outras despesas incluíram taxas de custódia e de gestores externos de US\$ 5,9 milhões e despesas do Comitê de Assessoria para o Investimento (CAI) de US\$ 677 mil, incluindo a avaliação independente (Caixa I). O total das despesas em 2023 foram de 8,6 pontos-base do valor médio do Fundo em 2023.

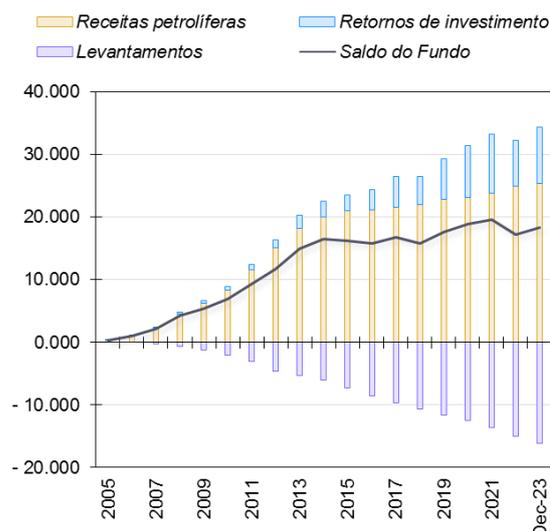
Tabela 5 – Despesas de gestão (\$m)

Categoria	2021	2022	2023
Taxas de Gestores Externos e Custódia	8.139	6.820	5.856
Despesas Operacionais do BCTL	7.712	6.211	7.188
Despesas do CAI	0.140	0.287	0.677
Outras Despesas	0.967	0.008	1.581
Total de Despesas	16.957	13.326	15.302
Total de Despesas Relativas ao Valor Médio do Fundo	8,8pb	7,2pb	8,6pb

Fluxos desde a criação do Fundo

A Figura 10 mostra as contribuições ao valor do Fundo desde a sua criação. As receitas de petróleo totalizam US\$ 25.365 milhões, incluindo a transferência inicial de US\$ 204,6 milhões de receitas arrecadadas em 2005, antes da criação do Fundo. O retorno dos investimentos adicionou US\$ 9.036 milhões ao saldo do Fundo. Os levantamentos pelo Governo totalizaram US\$ 16.113 milhões desde o início do Fundo em 2005, valor que excede o RSE acumulado desse período em US\$ 6.864,2 milhões.

Figura 10 – Fluxos acumulados para o Fundo (\$m)



C. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO

Investimentos no mercado financeiro e investimento em operações petrolíferas

Desde 2019, o Fundo foi efetivamente dividido em investimentos nos mercados financeiros e investimentos em operações petrolíferas, realizados em abril de 2019 por meio de empréstimos às subsidiárias da Timor Gap E.P.

O investimento em operações petrolíferas é uma exceção ao enquadramento e regras da Lei do Fundo Petrolífero, possibilitada pela alteração da Lei das Atividades Petrolíferas. A alteração permitiu que o Fundo Petrolífero investisse em operações petrolíferas em Timor-Leste ou no exterior, aplicando a alocação de 5% para investimentos alternativos conforme previsto no n.º 4 do artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero. A decisão de investimento do Governo considerou os objetivos nacionais de desenvolvimento económico e os benefícios económicos e sociais esperados do processamento *onshore* em Timor-Leste.

Sob o enquadramento da Lei do Fundo Petrolífero, o Fundo só pode investir em ativos financeiros *offshore*. As decisões de investimento nacional pelo Governo devem ser feitas através do Orçamento Geral do Estado, que é avaliado e aprovado pelo Parlamento, em vez de serem feitas diretamente pelo Fundo. Os investimentos do Fundo Petrolífero estão sujeitos a rigorosa *due diligence* pelas instituições do Fundo, incluindo aconselhamento independente do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI), e são avaliados puramente com base financeira, sem

considerar objetivos de desenvolvimento. Isso segue os princípios de Santiago, que buscam separar os investimentos de um fundo soberano da influência política.

A Lei do Fundo Petrolífero estabelece as seguintes regras para os investimentos:

- O Fundo investe apenas em ativos financeiros *offshore* (Artigo 15.º n.º 1).
- Um mínimo de 50% do Fundo Petrolífero é investido em títulos de rendimento fixo, ou seja, em dinheiro e títulos de grau de investimento (Artigo 15.º n.º 2).
- Um máximo de 50% do Fundo Petrolífero é investido em ações listadas (Artigo 15.º n.º 3).
- Um máximo de 5% do Fundo Petrolífero pode ser investido em outros investimentos elegíveis (Artigo 15.º n.º 4).
- Um máximo de 3% do Fundo Petrolífero pode ser investido em qualquer emissor ou empresa, exceto emissores soberanos (Artigo 15.º n.º 5).

A Lei do Fundo Petrolífero também estabelece as regras para a estratégia de investimento.

Os investimentos devem ser diversificados com o objetivo de maximizar os retornos financeiros ajustados ao risco, levando em consideração os propósitos do Fundo, suas restrições operacionais e capacidade de suportar riscos (Artigo 14.1). Também deve haver liquidez suficiente para financiar os

levantamentos do Governo (Artigo 14.2). Os investimentos são avaliados puramente com base nestes critérios financeiros e devem estar em

conformidade com práticas sólidas de gestão de carteira.

Caixa II: A evolução dos investimentos do Fundo Petrolífero

A alocação de ativos do Fundo evoluiu ao longo do tempo. Sob a versão original da Lei do Fundo Petrolífero de 2005, os investimentos do Fundo eram limitados principalmente a ativos de baixo risco. O Fundo estava totalmente investido em títulos do Tesouro dos EUA antes de uma alocação global de títulos ter sido introduzida em 2009. As ações foram introduzidas pela primeira vez em 2010, quando o limite superior para esta alocação na versão original da Lei do Fundo Petrolífero de 2005 era ainda de 10% quando combinado com os títulos em moeda que não o dólar americano.



As alterações à Lei do Fundo Petrolífero em 2011 aumentaram a alocação máxima em ações para 50% do Fundo. Isso foi projetado para atingir o objetivo de levantamento do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) de 3% ao ano. Em 2012, foi decidida uma alocação de 40% às ações, que na altura se esperava alcançar o objetivo de retorno real de 3% com uma probabilidade razoável. O horizonte de tempo de investimento de longo prazo resultante ao seguir o enquadramento do fundo permanente que permitiria o Fundo resistir à volatilidade de curto prazo inerente nas ações. A alocação às ações foi inicialmente aumentada para 20% em 2012 e incrementada mensalmente até atingir 40% em junho de 2014. Durante este período, uma alocação de 10% aos Tesouros Globais não-coberto, excluindo os dos EUA, foi introduzida em 2013.

As implicações de um balanço decrescente do Fundo para a estratégia de investimento têm sido consideradas por algum tempo. Em junho de 2016, uma carteira de caixa de \$800m foi introduzida para coincidir com os levantamentos líquidos esperados pelo restante daquele ano. Em 2017, o mandato de caixa foi estabelecido para igualar o défice líquido esperado de caixa de 12 meses numa base trimestral móvel. Essa alocação de caixa foi tratada fora da Alocação Estratégica de Ativos (SAA) e não é mostrada na Figura 11. Para simplificar a gestão operacional, uma alocação de caixa de 5% foi adicionada à SAA em 2019.

O Fundo investiu em operações petrolíferas em abril de 2019. Os pagamentos de juros do Timor Gap E.P. serão financiados por receitas derivadas do projeto de desenvolvimento petrolífero Greater Sunrise, o que significa que o risco do investimento do Fundo é mais comparável à alocação em ações do que em títulos. Consequentemente, a alocação foi financiada pela redução da alocação em ações de 40% para 35%.

Em julho de 2021, o Fundo Petrolífero foi segmentado à carteira de liquidez e carteira de crescimento. A Figura 11 mostra que, para o total do fundo, isso envolveu um aumento significativo na alocação defensiva para caixa e Tesouros dos EUA de curto prazo, enquanto a alocação em ações diminuiu.

Em abril de 2023, 10% do total da carteira de crescimento foi alocado para Títulos do Tesouro dos EUA Protegidos contra Inflação (TIPS) e financiado a partir do mandato do Tesouro dos EUA de 3 a 5 anos, que diminuiu em peso para 35%. O investimento é descrito na Caixa III. O mandato destina-se a proteger contra a inflação crescente e seus impactos na carteira do Fundo.

Segmentação à carteira de Liquidez e carteira de Crescimento

O enquadramento do fundo permanente não foi aplicado na prática, com os Governos tendo decidido o *frontload* dos levantamentos em vez de seguir a orientação do Rendimento Sustentável Estimado (RSE). Com baixa receita petrolífera, os levantamentos precisam ser financiados através da venda de ativos do Fundo Petrolífero. Estima-se que

o Fundo se esgote até que haja novos influxos significativos ou uma mudança significativa na política orçamental. A projeção de esgotamento do Fundo representa um desafio para o período de detenção mais longo necessário para ter confiança em obter um retorno mais elevado com ações.

Conseqüentemente, decidiu-se igualar os levantamentos de curto prazo com investimentos de baixo risco e segmentar os investimentos do Fundo no mercado financeiro em duas carteiras. A carteira de liquidez cobre três anos de levantamentos projetados em uma base contínua e investe em ativos de baixo risco, ou seja, em dinheiro e títulos de curto prazo. A carteira de crescimento busca retornos mais altos ao longo de um horizonte mais longo e investe 35% em ações e 65% em títulos de rendimento fixo.

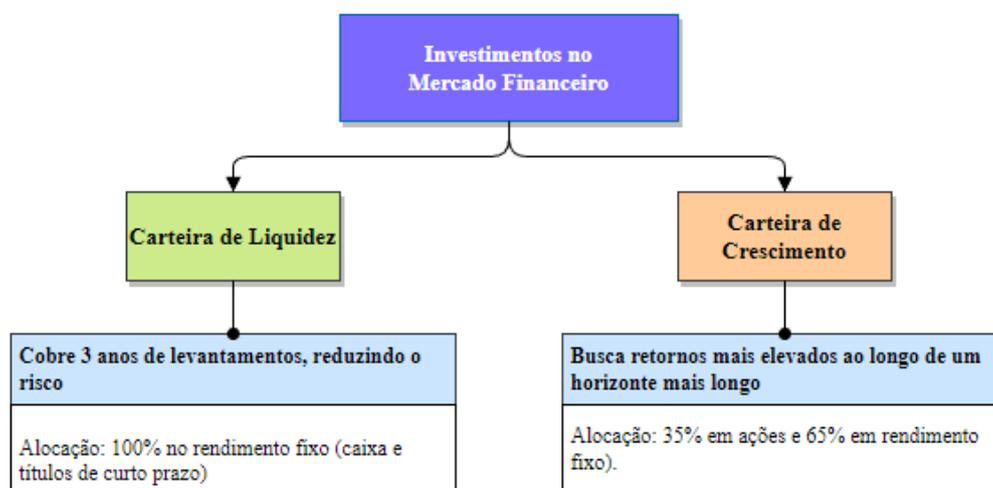
A segmentação foi implementada para: 1) reduzir o risco na total carteira do Fundo, considerando os levantamentos; 2) fornecer objetivos de investimento claros para cada carteira; 3) dar confiança às partes interessadas de que os levantamentos de curto prazo são cobertos por ativos relativamente seguros; e 4) reconectar a estratégia de investimento do Fundo com a política orçamental, incentivando projeções orçamentais plurianuais e consideração da sustentabilidade orçamental. A estrutura ajusta os investimentos do Fundo às novas informações sobre os levantamentos.

Em termos de implementação, a carteira de liquidez financia os levantamentos e, portanto, esgota-se ao longo do ano, sujeita aos influxos petrolíferos. No início do próximo ano, para financiar o déficit entre a carteira de liquidez e os levantamentos projetados para os próximos três anos, os investimentos na

carteira de crescimento são vendidos para "reabastecer" a carteira de liquidez. Aplica-se uma regra contra-cíclica. Se a carteira de crescimento registrar perdas no ano anterior, então 50% do déficit é transferido; 100% do déficit é transferido se a carteira de crescimento registrar um retorno "normal" de 0 a 6%; e 150% é transferido se o retorno da carteira de crescimento for superior a 6%. Essa regra é projetada para limitar a venda de investimentos após uma perda e vender mais após um retorno forte. A carteira de crescimento é rebalanceada para os seus pesos-alvo (35% em ações e 65% em rendimento fixo) como parte da transferência para a carteira de liquidez.

Aplicando isso a 2023, os levantamentos projetados ao longo dos próximos três anos foram de \$4.220,7 milhões, que consistiam de levantamento aprovado de \$1.346,1 milhões para 2023 no Orçamento do Estado original e estimativas no Grande Opções do Plano de levantamentos para 2024 e 2025. No final de 2022, o saldo na carteira de liquidez era de \$2.632,1 milhões, incluindo os influxos petrolíferos, o que significa que o déficit era de \$1.588,65 milhões. O retorno anual negativo da carteira de crescimento para 2022 significou que 50% do déficit, \$794 milhões, foi transferido da carteira de crescimento para a carteira de liquidez pela venda de ações e títulos.

Figura 12 – Segmentação do Fundo Petrolífero em duas carteiras

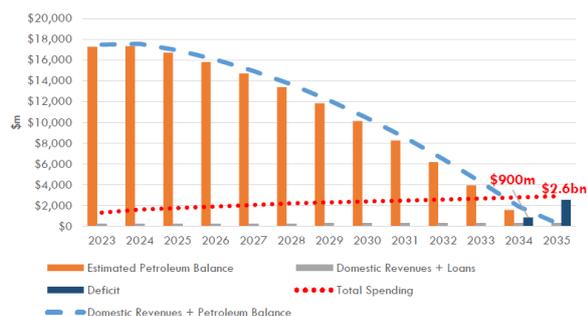


Fonte: GPGFP, Ministério das Finanças.

A análise de sustentabilidade orçamental no OGE para 2024 projeta que o Fundo será esgotado até 2034 sob a trajetória de gastos necessários para alcançar a meta de crescimento de 5% do Governo para 2025-2028 (Figura 13). No entanto, cortes na despesa pública e aplicação de novos impostos poderiam estender a vida do Fundo para além de 2040.

A análise de sustentabilidade fiscal não considera os possíveis influxos do projeto Greater Sunrise. O Ministério das Finanças revê regularmente o enquadramento e a estratégia de investimento, os quais serão reavaliados quando a quantidade e o calendário dos influxos do projeto Greater Sunrise se tornarem mais claros.

Figura 13 – Previsões do Fundo Petrolífero no OGE para 2024 – trajetória atual das despesas



Fonte: Relatório do OGE para 2024. Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2023

Carteiras e Participações

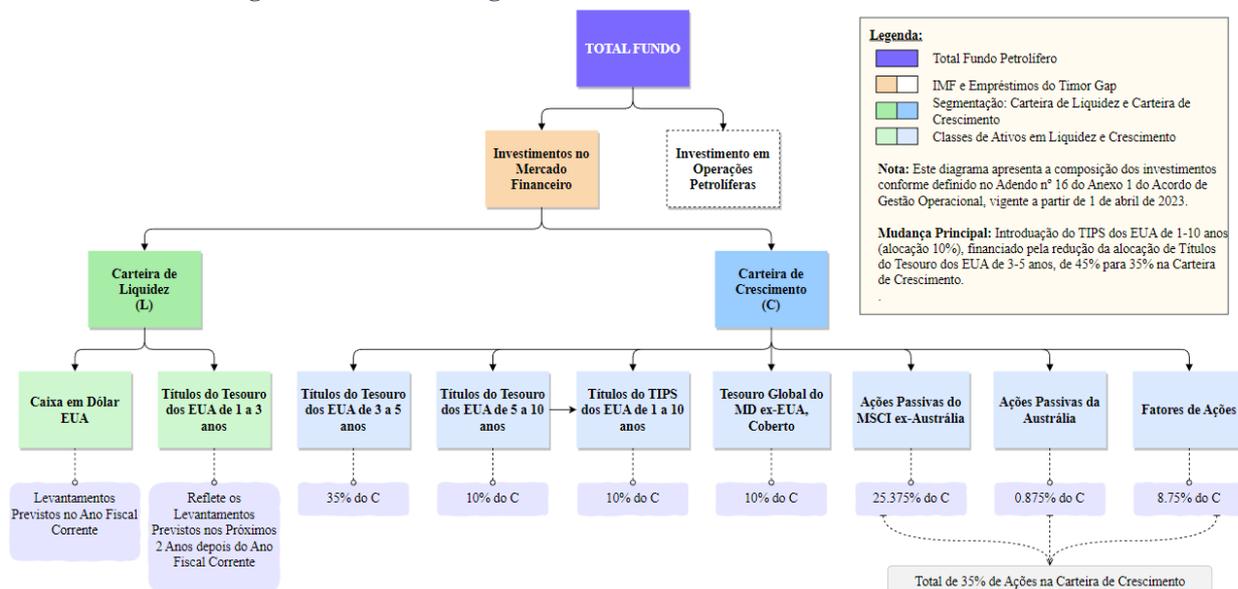
A alocação de ativos do Fundo Petrolífero evoluiu ao longo do tempo, conforme mostrado na Caixa II.

A estrutura atual dos investimentos do Fundo é ilustrada na Figura 14. Como mencionado

anteriormente, o Investimento em Operações Petrolíferas é separado dos Investimentos do Fundo no Mercado Financeiro. Por sua vez, os Investimentos do Mercado Financeiro são segmentados nas Carteiras de Liquidez e Crescimento

A estratégia de investimento do Fundo reflete os "Princípios e convicções de Investimento" do CAI, que são publicados no sítio do Ministério das Finanças e resumidos na Caixa II do Relatório do Fundo Petrolífero de 2022.¹⁶ A carteira evita complexidade desnecessária e visa retornos sistemáticos ao investir em dinheiro, títulos soberanos e ações listadas. A diversificação é utilizada para eliminar riscos não recompensados; a carteira de ações é diversificada entre empresas, países e setores, enquanto a carteira de títulos soberanos ajuda a mitigar o risco das ações.

Figura 14 – Panorama geral dos investimentos do Fundo Petrolífero



Fonte: GPGFP, Ministério das Finanças.

O estilo principal de gestão é passivo. Um gestor passivo investe de modo que os pesos dos títulos individuais na carteira reflitam os do índice de referência. Como resultado, o desempenho do mandato de investimento corresponderá ao desempenho do índice de referência.

A gestão passiva geralmente é preferida pelo Fundo Petrolífero porque os mercados financeiros são vistos como eficientes em geral, e a maior parte dos retornos

provém de fatores de risco sistemáticos. Isso proporciona exposição diversificada e eficiente em termos de custo.

A carteira de liquidez financia os levantamentos esperados do Fundo ao longo dos próximos três anos. Ela é composta por dois mandatos, Caixa e Títulos do Tesouro dos EUA de 1 a 3 anos, que são geridos internamente pelo BCTL e espera-se que tenham

¹⁶ <https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fund-u-petroliferu-2022>

desempenho geralmente alinhado com seus respectivos índices de referência.

A carteira de crescimento segue a alocação de 65% em rendimento fixo e 35% em ações que foi adotada antes da segmentação. Os investimentos em rendimento fixo são limitados a títulos de governo de grau de investimento. Os mandatos internos passivamente geridos do Tesouro dos EUA constituem a maior parte dos ativos de rendimento fixo. A carteira do Tesouro dos EUA de 3-5 anos tem peso de 35% na carteira de crescimento, enquanto a carteira de 5-10 anos do Tesouro dos EUA tem peso de 10%. O mandato de Títulos do Tesouro do TIPS dos EUA de 1-10 anos tem peso de 10%, que foi financiado a partir do mandato de 3-5 anos do Tesouro dos EUA quando foi introduzido em abril de 2023. O mandato dos Tesouros Globais ex-EUA é gerido externamente pelo Bank of International Settlement (BIS) em uma base "passiva aprimorada", que busca obter um retorno moderadamente superior ao seu índice de referência. A exposição cambial no mandato dos Tesouros Globais ex-EUA é coberto desde que o BIS foi nomeado em abril de 2020.

Três quartos da alocação em ações também são geridos passivamente. Os mandatos passivos da SSgA e da BlackRock são referenciados ao MSCI World excluindo a Austrália, um índice de capitalização de mercado. O BCTL gere internamente a alocação para ações australianas de forma passiva.

A alocação do Fundo aos fatores de ações difere do índice de capitalização de mercado ao visar empresas que têm maior exposição a valor, qualidade, baixa volatilidade e, em menor medida, tamanho. As características desses fatores estão resumidas na Tabela 6. O mandato de fatores de ações foi introduzido em agosto de 2019 e representa um quarto da alocação total em ações. Ele consiste em dois gestores: Schroders, que era detido como um mandato passivo aprimorado antes da alocação para fatores, mas foi então reclassificado, e um novo mandato de fatores para a SSgA. No longo prazo, espera-se que o mandato de fatores de ações melhore o retorno ajustado ao risco em relação a uma carteira investida em um índice de capitalização de mercado.

Tabela 6 – Características dos fatores de ações

Fator de Ações	Características das Empresas
Valor	Baixos rácios de avaliação, por exemplo, Valor Contabilístico de Mercado
Qualidade	Lucro mais alto
Baixa volatilidade	Menos retornos variáveis
Tamanho	Menor capitalização de mercado

Tabela 7 – Mandatos dos Investimentos no Mercado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro de 2023

Carteira/Mandato	Gestor	Estilo	Alocações no final do ano			
			US\$ m	AEA	% de C	% de IMF
Investimentos no Mercado Financeiro			17.691,6			100,0%
Carteira de Liquidez			3.012,6			17,0%
Carteira de Crescimento			14.679,0			83,0%
Carteira de Liquidez			3.012,6			17,0%
Caixa/Títulos do Tesouro dos EUA de 3 meses	BCTL	Passivo	2.556,8			14,5%
Títulos do Tesouro dos EUA de 1 a 3 anos	BCTL	Passivo	455,8			2,6%
Carteira de Crescimento			14.679,0	100,0%	100,00%	83,0%
Total de Juros Fixos			9.078,2	65,0%	61,84%	51,3%
Títulos do Tesouro dos EUA de 3 a 5 anos	BCTL	Passivo	4.837,8	35,0%	32,96%	27,3%
Títulos do Tesouro dos EUA de 5 a 10 anos	BCTL	Passivo	1.400,3	10,0%	9,54%	7,9%
Tesouros Globais MD ex-EUA (com coberto)	BIS	Passivo melhorado	1.435,7	10,0%	9,78%	8,1%
TIPS dos EUA de 1 a 10 anos	FT; Barings	Passivo melhorado	1.404,4	10,0%	9,57%	7,9%
Total de Ações			5.600,8	35,0%	38,16%	31,7%
Índice MSCI World ex-Austrália Ações	SSgA; Blacrock	Passivo	4.073,7	25,375%	27,75%	23,0%
Índice MSCI Austrália Ações	BCTL	Passivo	130,1	0,875%	0,89%	0,7%
Índice MSCI World ex-Austrália Ações	SSgA; Schroders	Fatores de Ações	1.397,1	8,750%	9,52%	7,9%

Nota: AEA = Alocação Estratégica de Ativos; MD = Mercado Desenvolvido, C = Carteira de Crescimento; IMF = Investimentos no Mercado Financeiro; Ex-AU = Excluindo ações australianas.

A carteira de liquidez encerrou 2023 com \$3.013 milhões. Os \$427 milhões das receitas petrolíferas compensaram parte dos \$1.090 milhões de levantamentos pelo Governo. A carteira de liquidez representou 17% do total de investimentos no mercado financeiro no final do ano, com o BCTL optando por manter a maioria do mandato na Caixa de 0 a 12 meses.

A carteira de crescimento foi rebalanceada para os pesos da AEA no primeiro trimestre de 2023. Sob o

rebalanceamento anual, os pesos de rendimento fixo e ações subsequentemente desviaram-se de acordo com seu desempenho relativo durante o ano. Os retornos positivos das ações superaram os do rendimento fixo, o que resultou em um excesso de 3,2% sobre o peso da AEA de 35% para as ações ao final do ano, com o rendimento fixo correspondendo a uma alocação inferior à sua alocação de 65% (Tabela 7).

Tabela 8 – Alocação do Fundo Petrolífero por países

País	Caixa	Títulos	Ações	IMF
Austrália	0,1%	1,3%	2,3%	1,5%
Canadá	0,1%	1,2%	3,1%	1,7%
Dinamarca	0,1%	0,7%	1,0%	0,7%
Zona euro	0,1%	3,8%	9,0%	5,0%
Hong Kong	0,0%	0,1%	0,5%	0,2%
Israel	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Japão	0,1%	1,4%	6,3%	2,8%
Nova Zelândia	0,1%	0,6%	0,1%	0,4%
Noruega	0,1%	0,4%	0,2%	0,3%
Singapura	0,1%	1,0%	0,4%	0,7%
Suécia	0,0%	0,4%	0,9%	0,5%
Suíça	0,0%	0,8%	2,7%	1,3%
Reino Unido	0,2%	1,3%	3,9%	2,0%
Estados Unidos da América	98,9%	87,0%	69,5%	82,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Nota: IMF = Investimentos no Mercado Financeiro.

Apenas os Investimentos no Mercado Financeiro. Caixa inclui dinheiro em bancos e acordos de recompra em dólares americanos. Títulos/obrigações inclui investimentos na carteira de liquidez e nos mandatos de rendimento fixo na carteira de crescimento.

A Tabela 8 mostra as alocações do Fundo Petrolífero por país. O Caixa é composto principalmente pelo mandato de Caixa em US Dólar, que inclui acordos de recompra durante a noite com o Federal Reserve Bank of New York. Além disso, o caixa inclui os 10% de garantia necessários para o mandato de Tesouros Globais com cobertura, bem como pequenos saldos em dinheiro mantidos pelos gestores em seus mandatos de títulos e ações para operações, incluindo não USD.

A composição das participações em ações do Fundo Petrolífero corresponde amplamente ao índice de referência. O Índice MSCI World é composto por empresas de grande e médio porte listadas em mercados desenvolvidos. O Fundo Petrolífero detinha 1.543 empresas no final de 2023, e as participações são relatadas na Nota 24 do Anexo II. A Tabela 8 mostra que mais de 69% da carteira de ações está investido em empresas listadas nos EUA. Os países da Zona Europa representam a próxima maior alocação, com 9,0% da carteira de ações, seguidos pelo Japão (6,3%) e pelo Reino Unido

(3,9%). A alocação em ações australianas é gerida internamente pelo BCTL e representa 2,3% do total de ações detidas pelo Fundo.

A alocação dos EUA representa 87% das participações em títulos do Fundo. Consiste em Tesouros dos EUA mantidas na carteira de liquidez, juntamente com os mandatos de Tesouros de 3-5 anos, 5-10 anos e TIPS de 1-10 anos na carteira de crescimento. A alocação de títulos soberanos não americanos é referenciada a um índice personalizado de mercados desenvolvidos, projetado para facilitar a diversificação, limitando a alocação à Zona Europa a 30% do índice e os pesos individuais dos países a 10%. As alocações na Tabela 8 estão alinhadas com os pesos da referência, com a Zona Europa representando 3,8% do total de participações em títulos, enquanto os pesos para Austrália, Canadá, Japão e Reino Unido estão em conformidade com o peso máximo por país.

Com relação à exposição do Fundo às moedas estrangeiras, os investimentos em títulos de rendimento fixo são efetivamente todos em dólares

americanos, porque o mandato global de títulos soberanos de mercados desenvolvidos é coberto para o US Dólar, enquanto o Caixa e os mandatos de Tesouros dos EUA são denominados em US Dólares. As participações em ações não são cobertas, pelo que os pesos por país para ações na Tabela 8 refletem as exposições cambiais resultantes

Para o agregado dos investimentos nos mercados financeiros, 83% do Fundo está investido em títulos

dos EUA, com a Zona Europa sendo a próxima maior alocação, representando cerca de 5%. Os US Dólar domina a exposição cambial, com aproximadamente 90% após o ajuste para a cobertura das participações em rendimento fixo não americanas. Existem pequenas exposições às outras principais moedas - nomeadamente, o Euro, o Iene Japonês, a Libra Esterlina, o Dólar Canadense e o Dólar Australiano - através da alocação não coberta em ações.

Caixa III: Panorama geral do investimento do Fundo Petrolífero em Títulos do Tesouro dos EUA Protegidos contra a Inflação (TIPS)

A Caixa III no Relatório Anual do Fundo Petrolífero para o ano de 2022 descreveu os motivos por trás dos níveis de alta inflação observados 2022 e o consequente aumento das taxas de juros pelos principais bancos centrais. Para recapitular brevemente, as configurações de política monetária e orçamental foram altamente acomodáticas em 2020 para mitigar a profundidade da contração global resultante das restrições da Covid-19. A pressão inflacionária começou a aumentar com as perturbações nas cadeias de abastecimento e o relaxamento das restrições da Covid-19. Estes fatores, combinados com políticas muitas acomodáticas, resultaram numa inflação mais persistente em 2021. A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 adicionou ainda mais pressão inflacionária, e a inflação nos EUA, medida pelo IPC, atingiu o pico de 9,1% em junho.

As medidas restritivas da política monetária resultaram numa redução da inflação em 2023, mas a inflação permaneceu acima das taxas de alvo dos bancos centrais. Os bancos centrais estão a equilibrar a necessidade de manter uma política restritiva para garantir que a inflação retorne à meta, com a desaceleração da atividade económica que resulta de taxas de juro mais altas.

Inflação e investimentos

O desempenho das classes de ativos tende a variar com o ciclo económico. A inflação mais alta é prejudicial para os investidores em títulos soberanos nominais; o cupão fixo tem menor poder de compra quando a inflação aumenta. As ações podem oferecer alguma proteção contra a inflação na medida em que as empresas conseguem passar custos mais altos aos consumidores através de preços mais elevados. Títulos do Tesouro Protegidos contra a Inflação (TIPS) oferecem proteção direta contra a inflação crescente, como descrito abaixo, embora estejam expostos ao aumento das taxas reais que acompanharão um crescimento mais forte. Portanto, é esperado que os títulos vinculados à inflação tenham um desempenho superior em um ambiente de inflação crescente e crescimento decrescente, como a estagflação.

Descrição de TIPS

Os Títulos do Tesouro dos EUA Protegidos contra a Inflação (TIPS) são instrumentos financeiros emitidos pelo Governo dos EUA e, portanto, possuem a mesma clarificação de crédito dos títulos soberanos nominais dos EUA já detidos pelo Fundo.¹⁷ Existe um mercado bem estabelecido e líquido para os TIPS, que foram emitidos pela primeira vez em 1997. Os TIPS oferecem proteção contra inflação inesperada ao vincular os pagamentos de cupão e do capital ao índice de preços ao consumidor. O principal dos TIPS flutua com as mudanças no Índice de Preços ao Consumidor¹⁸, com um atraso de 3 meses, e uma taxa de cupão semestral fixa é aplicada ao capital ajustado pela inflação. Dessa forma, os investidores beneficiam de pagamentos de rendimentos mais altos quando a inflação está a aumentar. Indexar o valor dos títulos à inflação ajuda a manter o poder de compra do investimento.

¹⁷ Os títulos do governo dos EUA têm classificação AA+ pela S&P e Moody's, e AAA pela Fitch.

¹⁸ O IPC-U é o Índice de Preços ao Consumidor para Todos os Consumidores Urbanos dos Estados Unidos, média das cidades, não ajustado sazonalmente, publicado pelo Bureau of Labor Statistics do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos.

Figura 15 – Rendimento nominal dos títulos em comparação com o rendimento do TIPS



Fonte: GPGFP, Ministério das Finanças.

A Figura 15 compara o rendimento de um título nominal com o rendimento de TIPS, assumindo o mesmo rendimento. O rendimento de um título nominal é igual ao rendimento real mais a inflação esperada e um prêmio de risco inflacionário para compensar os investidores pela incerteza sobre a inflação futura. O rendimento real de TIPS é igual ao rendimento real mais um prêmio de iliquidez, porque os TIPS são menos líquidos do que os títulos do Tesouro nominais. A iliquidez aumenta durante períodos de stress no mercado.

A diferença entre o rendimento do título nominal e o rendimento real de um TIPS com o mesmo rendimento representa a Taxa de Inflação Implícita. Isso reflete principalmente as expectativas de inflação, mas, como mostra a Figura 15, também é afetado pelo prêmio de risco inflacionário necessário para títulos nominais e pelo prêmio de iliquidez necessário para TIPS.

O desempenho relativo dos títulos nominais versus TIPS reflete amplamente a inflação realizada versus a esperada. TIPS têm melhor desempenho do que os títulos nominais quando a inflação realizada excede as expectativas e têm desempenho inferior quando a inflação realizada é menor que as expectativas. Os investidores precisam entender que tanto os Tesouros nominais dos EUA quanto os TIPS estão expostos a mudanças nos rendimentos reais

A introdução de TIPS no Fundo Petrolífero

Após pesquisa realizada pelo BCTL e pelo Ministério das Finanças sobre o ativo, o CAI aconselhou o Ministro das Finanças em dezembro de 2021 a introduzir uma alocação para TIPS dos EUA na carteira de crescimento do Fundo Petrolífero. Os TIPS foram recomendados para proporcionar uma carteira mais equilibrada. Posteriormente, o BCTL recebeu instruções para realizar a *due diligence* sobre os gestores e realizar mais pesquisas sobre os parâmetros do mandato. Após a apresentação de relatórios pelo BCTL em junho e julho de 2022, o CAI aconselhou o Ministro em setembro de 2022 sobre os parâmetros finais para o mandato de TIPS dos EUA e concordou com os gestores recomendados pelo BCTL.

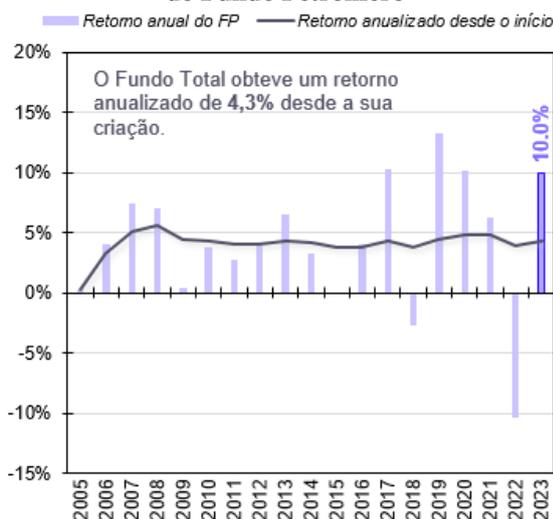
A alocação de ativos da carteira de crescimento foi ajustada para incluir essa nova classe de ativos. O mandato de TIPS foi definido em 10% do total da carteira de crescimento, financiado pelo mandato de Tesouro dos EUA de 3-5 anos, que diminuiu para 35% de peso. O mandato é referenciado para o índice de TIPS dos EUA de 1-10 anos, ao invés do índice agregado, para controlar a sensibilidade às mudanças nas taxas reais. O BCTL recomendou um mandato passivo aprimorado para explorar ineficiências percebidas no mercado de TIPS, e os instrumentos elegíveis foram expandidos para facilitar isso, permitindo derivativos de taxa de juros e inflação. Barings e Franklin Templeton, os dois gestores externos recomendados pelo BCTL, foram aprovados para implementar o mandato, e o mandato de TIPS dos EUA foi implementado pelo BCTL em abril de 2023.

O desempenho do mandato de TIPS é mostrado na Seção D. Os retornos reais desde o investimento inicial em abril foram de 1,21%, o que está alinhado com o desempenho da referência. Enquanto a inflação nos EUA permaneceu alta, aumentos nos rendimentos reais prejudicaram o desempenho antes de retornos sólidos em novembro e dezembro, quando os rendimentos caíram.

D. DESEMPENHO DO INVESTIMENTO EM 2023

O total do retorno do Fundo Petrolífero em 2023 foi de +9,99%. Os investimentos no mercado financeiro, que excluem o empréstimo à Timor Gap E.P., renderam 10,11%. A carteira de liquidez rendeu 4,25%, beneficiada por taxas de juros de curto prazo mais altas. A carteira de crescimento rendeu 11,37%, composta pelo retorno de rendimento fixo de 4,91% e pelo retorno de ações de 23,67%. O empréstimo do Fundo Petrolífero à Timor Gap, E.P., rendeu 6,43% após a mais recente avaliação independente.

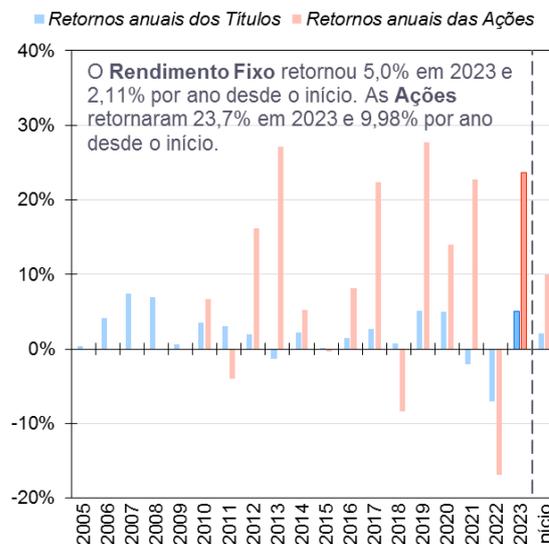
Figura 16 – Retornos anuais de investimento do Fundo Petrolífero



O retorno anual positivo recuperou grande parte das perdas em 2022. O retorno anualizado desde a criação do Fundo aumentou para 4,27%, comparado a 3,95% no final de 2022. A alocação para juros fixos, incluindo liquidez e crescimento, tem rendido 2,11% ao ano desde 2005, enquanto a alocação de ações -

apresentou um retorno anualizado de 9,97% ao ano desde o primeiro investimento em 2010. O retorno correspondente dos juros fixos desde a introdução das ações em outubro de 2010 é de 1,16% ao ano.

Figura 17 – Retornos anuais de títulos e ações



Nota: Os Rendimentos Fixos a partir de julho de 2021 incluem mandatos de caixa e títulos tanto nas carteiras de liquidez quanto nas de crescimento.

O retorno real anualizado do Fundo desde a criação é de 1,76% ao ano após deduzir a inflação dos EUA. Isso está abaixo da meta implícita de um retorno real anual de 3% sob o modelo de fundo permanente. O modelo de fundo permanente não está mais a ser seguido devido aos elevados levantamentos que exigiram a redução do risco de investimento através da segmentação do fundo.

Desenvolvimentos nos mercados financeiros em 2023

Foi um bom ano para os investimentos do Fundo Petrolífero, embora o desempenho tenha sido sujeito a alguma volatilidade. O destaque principal para 2022 foi a inflação ter atingido máximos de décadas e os consequentes aumentos acentuados nas taxas de juros das principais bancos centrais para tentar restabelecer a estabilidade de preços. A inflação nos principais mercados globais caiu ao longo de 2023, embora tenha encerrado o ano acima das metas das taxas de inflação dos bancos centrais. Durante o primeiro semestre de 2023, os bancos centrais nos Estados Unidos, na zona do euro e no Reino Unido

continuaram a apertar a política monetária, em resposta às pressões inflacionárias significativas. Muito do comentário de mercado naquela altura especulava sobre se as taxas de juros estavam no ponto mais alto ("pico"). O Federal Reserve dos Estados Unidos interrompeu os aumentos das taxas em junho, mas retomou os aumentos em julho, indicando uma inclinação para mais apertos monetários no futuro. Outros bancos centrais também reduziram o ritmo de aperto monetário no segundo semestre do ano.

Tabela 9 – Política dos bancos centrais e inflação

	Taxa de Política Monetária (dez 2023)	Aumento das taxas em 2022	Aumento das taxas em 2023	Inflação (dez 2023)	Inflação máxima desde 2020
Estados Unidos	5,25-5,5%	4,25%	1,0%	3,4%	9,1%
BCE	4,5% ¹	2,5%	2,0%	2,9%	10,6%
Reino Unido	5,25%	3,25%	1,75%	4,0%	11,1%
Japão	-0,1%	0,0%	0,0%	2,6%	4,3%
Canadá	5,0%	4,0%	0,75%	3,4%	8,2%
Austrália	4,35%	3,0%	1,25%	4,1%	7,8%

Nota: 1) BCE = taxa principal de refinanciamento

Figura 18 – As taxas de inflação

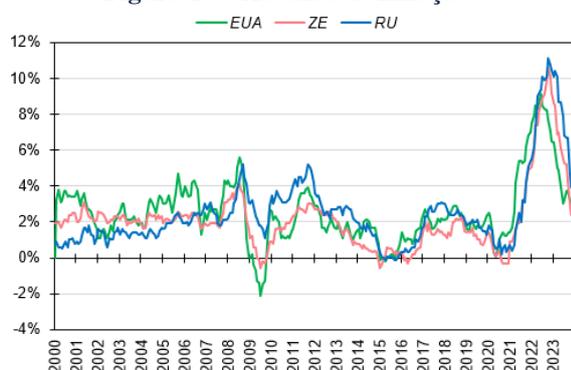
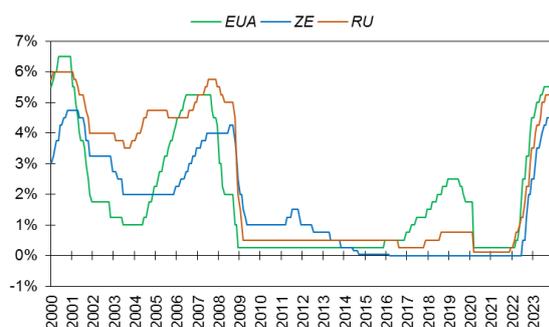


Figura 19 – As taxas de políticas monetárias dos bancos centrais

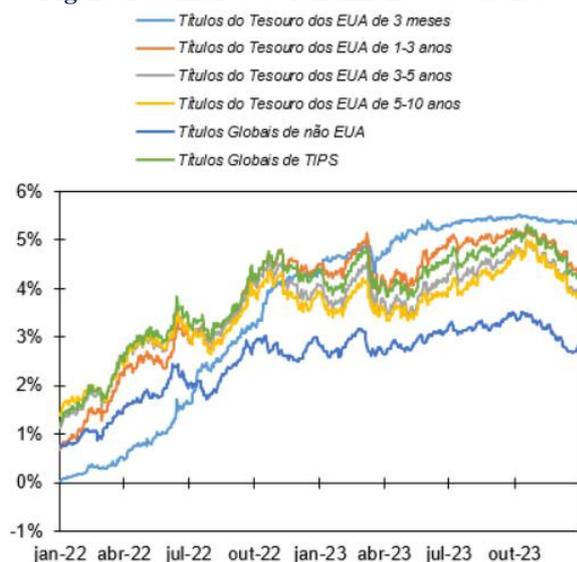


A política monetária do Japão contrastou com as configurações restritivas das outras principais economias. O Banco do Japão continuou com sua política acomodatória de controlo da curva de rendimentos, mantendo a taxa de política monetária de curto prazo em -0,1%, combinada com restrições sobre o nível do rendimento do título de 10 anos. A inflação no Japão permaneceu consistentemente acima da meta. As baixas taxas de juros em comparação com outras economias avançadas causaram fraqueza do iene.

O crescimento económico nos mercados de investimento do Fundo foi misto, embora, em geral, tenha sido mais forte do que o esperado no final de 2022. Enquanto a Europa e o Reino Unido evitaram as recessões previstas no primeiro semestre do ano, o crescimento económico foi mínimo. A área do euro contraiu no quarto trimestre, enquanto o Reino Unido entrou em recessão técnica após contrações nos trimestres 3 e 4. A economia dos EUA saiu-se muito melhor, apoiada por um mercado de trabalho resiliente e gastos robustos dos consumidores. Segundo as pesquisas, a atividade de serviços global foi muito mais forte do que a manufatura, que esteve em contração na maior parte do ano.

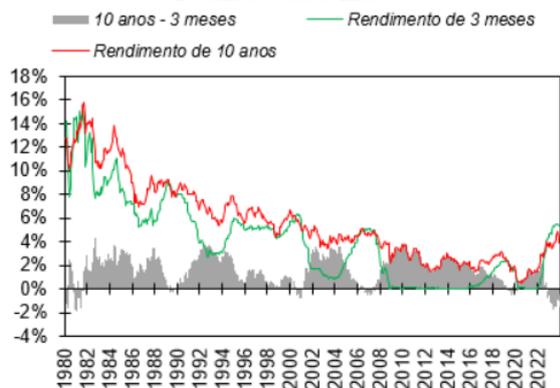
As expectativas de política monetária do mercado foram um dos principais impulsionadores do desempenho de títulos e ações ao longo do ano. Em geral, quando os mercados projetavam cortes nas taxas pelo Fed, tanto as ações quanto os títulos aumentavam de valor, enquanto os US dólar se enfraquecia. Quando os mercados projetaram que as taxas de juros nos EUA seriam "mais altas por mais tempo", um tema de agosto a outubro, os rendimentos dos títulos subiram, as ações caíram e os US dólar fortaleceu-se. Ganhos sólidos tanto em títulos quanto em ações foram registrados em novembro, quando o FOMC (Federal Open Market Committee) observou que condições financeiras mais apertadas provavelmente pesariam sobre a atividade económica. Além disso, os dados de inflação melhoraram e houve emissão de títulos do Tesouro dos EUA abaixo do esperado. Em dezembro, o mercado extrapolou a mudança de direção do Fed e projetou o dobro de cortes de taxa em 2024. As ações também foram apoiadas pela visão consensual de final de ano de que os EUA estavam no caminho para uma aterragem suave ("soft landing").

Figura 20 – Índice do rendimento dos títulos



Em termos dos mandatos de juros fixos do Fundo, o rendimento do Título do Tesouro dos EUA a 3 meses encerrou o ano em alta, refletindo o aumento na taxa de política monetária. Os rendimentos dos títulos variaram ao longo do ano. Geralmente, subiram no primeiro trimestre, antes de cair bruscamente em março com a crise bancária (consulte Caixa III). Os rendimentos então subiram e, na maioria dos casos, atingiram o pico em setembro-outubro, quando o mercado pareceu aceitar a retórica de "mais altas por mais tempo" dos bancos centrais. Em outubro, o rendimento dos títulos do Tesouro dos EUA de 10 anos alcançou o nível mais alto desde 2007, antes da Crise Financeira Global. No entanto, os rendimentos caíram significativamente em novembro e dezembro com dados mais fracos e a mudança do Fed para cortes de taxas em 2024.

Figura 21 – Títulos do Tesouro dos EUA de 10 anos – de 3 meses



Os rendimentos nos índices de referência de títulos do Fundo Petrolífero terminaram o ano mais baixos. O rendimento no índice de títulos do Tesouro não americanos caiu mais em 2023, diminuindo 28

pontos base, enquanto o rendimento do Tesouro dos EUA de 5 a 10 anos foi 3 pontos base menor do que no início do ano.

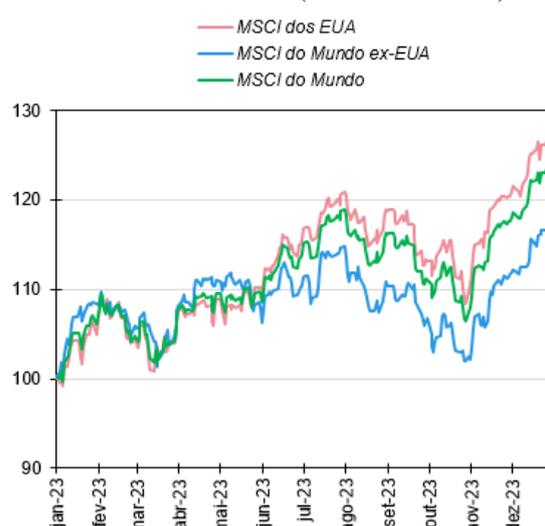
As taxas de curto prazo nos EUA permaneceram mais altas do que as taxas de longo prazo em 2023. Uma curva de rendimentos invertida muitas vezes é um indicador de uma recessão econômica, e a inversão atingiu níveis não vistos desde a década de 1980. No entanto, a economia dos EUA permaneceu resiliente diante de políticas restritivas, e o consenso no final do ano parecia ser para uma "aterragem suave", ou seja, para a inflação moderar sem a necessidade de um aumento acentuado do desemprego.

Em termos de desempenho dos índices para os mandatos dos EUA, o Tesouro de 3 meses apresentou o melhor desempenho, com retorno de 5,01% em 2023, enquanto o mandato de 5 a 10 anos teve o menor retorno de 3,93%. O índice de títulos do Tesouro não americanos teve um desempenho superior em 2023, rendendo 7,51%, impulsionado por ganhos de capital da queda nos rendimentos e também pelo aumento da cobertura cambial.

Os retornos de juros fixos foram voláteis ao longo do ano. A volatilidade do mercado de títulos do Tesouro dos EUA aumentou significativamente desde que o Federal Reserve começou a aumentar as taxas em março de 2022. Esta volatilidade reflete o panorama econômico incerto e as expectativas variáveis para as taxas de juros.

Quanto à carteira de ações, o índice MSCI World, composto por empresas de mercados desenvolvidos ponderadas pelo tamanho de mercado, teve um retorno de +23,8% em termos de USD em 2023. As ações dos EUA superaram o índice geral, retornando 26,5% em 2023.

Figura 22 – Total de retorno de ações em dólares americanos (31/12/2022 = 100)

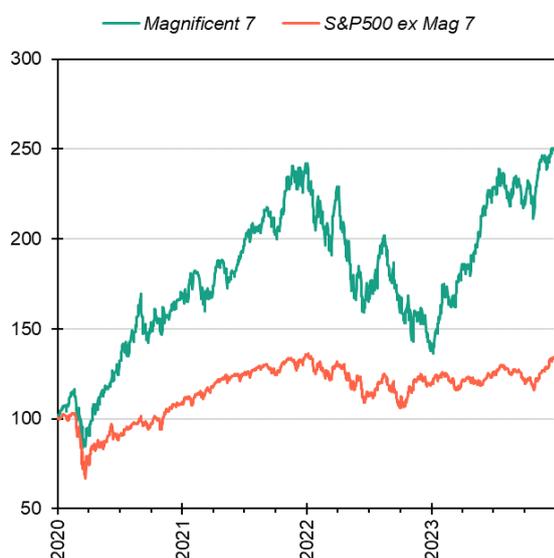


A referência de ações dos EUA beneficiou da sua alocação para empresas de tecnologia de grande capitalização (“mega-cap”) que tiveram um desempenho superior. Houve um grande entusiasmo em torno da Inteligência Artificial em 2023, o que impulsionou especialmente o preço das ações da NVIDIA, fabricante avançada de microchips, e contribuiu também para o desempenho superior de empresas como Meta (Facebook), Alphabet (Google), Microsoft, Amazon e Apple. O fabricante de veículos elétricos Tesla também faz parte deste grupo, conhecido como os "Magnificent 7".

O desempenho excepcionalmente forte dessas ações em 2023 mais do que compensou sua relativa fraqueza em 2022. As ações de crescimento mega-cap têm uma "longa duração" no sentido de altas expectativas de lucros nos anos futuros, tornando-as mais suscetíveis do que outras ações às mudanças nas expectativas de taxas de juros.

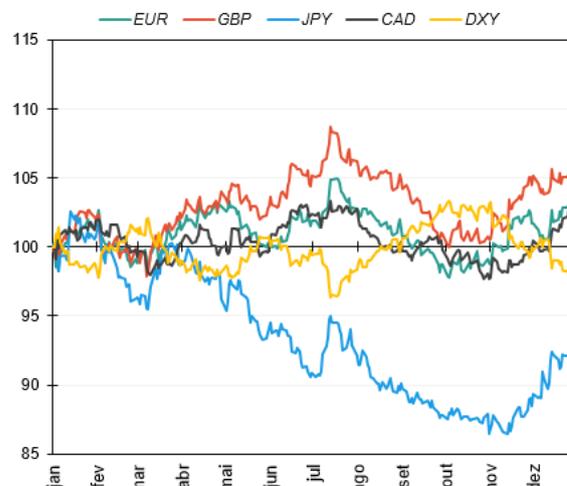
As ações japonesas superaram outros mercados em termos de moeda local, com o MSCI Japão a crescer 28,6% em 2023. A política monetária altamente acomodatória do Banco do Japão (BDJ) ajudou a sustentar a atividade local, enquanto a fraqueza associada do iene ajudou a aumentar as exportações. A demanda de investidores estrangeiros por ações japonesas também foi impulsionada por sinais de mudanças positivas na economia macro, incluindo a saída da deflação e reformas na governação corporativa.

Figura 23 – Ações do Magnificent 7 vs S&P 500 excluindo Magnificent 7 (31/12/2022 = 100)



O Índice dos US Dólar (DXY), que mede o dólar dos EUA em relação às moedas dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos, encerrou o ano com uma queda de 2,1% (Série DXY, Figura 24). Os US dólar flutuou ao longo do ano em linha com as expectativas sobre as taxas de juros. Ele caiu no quarto trimestre quando o Fed foi o primeiro dos grandes bancos centrais a sinalizar a possibilidade de cortes em 2024. Em relação aos US dólar, o euro apreciou 3,1% e a libra esterlina subiu 5,4% durante o ano. O iene japonês foi uma exceção, depreciando-se 7% contra o USD em 2023, apesar dos ganhos no quarto trimestre. A fraqueza do iene refletiu o compromisso do Banco do Japão com configurações de política monetária muito acomodatórias, em contraste com a política restritiva em outros lugares.

Figura 24 – Dólar americano em relação a outras moedas (31/12/2022 = 100)



Caixa IV: Fontes de Stress do Mercado em 2023

A incerteza sobre o caminho da política monetária foi uma das histórias principais dos mercados em 2023. Além disso, houve vários eventos durante o ano que preocuparam os mercados e causaram volatilidade. No entanto, as ações terminaram o ano muito fortes, e os títulos do Tesouro dos EUA continuam sendo o ativo seguro e líquido por excelência.

1. Stress bancário. Alguns bancos regionais dos EUA enfrentaram stress no primeiro e segundo trimestre do ano, incluindo dois grandes casos de falência, nomeadamente o Silicon Valley Bank em março e o California First Republic Bank em maio. O aumento das taxas de curto prazo levou os depositantes a transferirem seu dinheiro dos bancos para fundos de mercado monetário com rendimentos mais elevados. Além disso, o valor dos investimentos dos bancos em títulos caiu devido ao aumento dos rendimentos. O colapso do Credit Suisse em março, que foi assumido pelo UBS, também contribuiu para a pressão sobre o setor bancário. No entanto, os receios de contágio foram aliviados pelo extenso suporte de liquidez nos EUA.

2. Limite da Dívida do Governo dos EUA e Polarização Política. O limite da dívida pública dos Estados Unidos atingiu US\$ 31,4 bilhões em janeiro. Apesar disso, o Departamento do Tesouro conseguiu tomar "medidas extraordinárias" para continuar a fazer pagamentos até o início de junho. De acordo com a Secretária do Tesouro, Janet Yellen, a falha em alterar esse limite levaria a "consideráveis danos económicos e financeiros". Especificamente, o Governo não seria capaz de pagar os salários dos seus funcionários ou as pensões, e poderia entrar em incumprimento no pagamento de títulos do Tesouro. Após muita disputa política entre democratas e republicanos, houve um acordo para suspender o limite da dívida até janeiro de 2025.

Além das negociações sobre o limite da dívida, o Congresso dos EUA precisou de lidar com acordos para evitar um encerramento do Governo, já que não conseguiu aprovar as leis de orçamento anual.

3. Diminuição da Classificação da Dívida do Governo dos EUA. Em agosto, a agência de classificação de crédito Fitch diminuiu a nota da dívida soberana dos EUA, passando da classificação máxima AAA para AA+. De acordo com a Fitch, a diminuição refletia o risco de longo prazo da trajetória orçamental atual dos EUA e a deterioração constante nos padrões de governação em questões orçamentais e fiscais. Este último ponto refere-se à resolução de última hora da questão do teto da dívida no meio do ano. A S&P, outra importante agência de classificação de crédito, havia diminuído a classificação da dívida soberana dos EUA para AA+ em 2011, quando houve um acordo semelhante de última hora sobre o teto da dívida. Enquanto em 2011 a questão contribuiu para uma queda acentuada das ações, a expectativa geral em 2023 parecia ser de que o problema seria resolvido. A Moody's, a outra grande agência de classificação de crédito, manteve a dívida soberana dos EUA na classificação máxima de AAA, embora em novembro tenha reduzido a perspectiva de estável para negativa, como resultado dos riscos à solidez orçamental e à polarização política do Congresso.

4. Fraqueza económica chinesa. A atividade económica na China recuperou no primeiro trimestre depois que as autoridades abandonaram a sua política rigorosa de Zero-COVID em dezembro de 2022. No entanto, o crescimento económico chinês enfraqueceu devido à menor procura global por produtos chineses, baixa confiança e menores gastos dos consumidores, além de uma contínua crise imobiliária. Houve também sinais de pressões deflacionárias ao longo do ano. Apesar disso, o crescimento económico de 5,2% em 2023 ficou alinhado com a meta oficial de cerca de 5% e foi forte em comparação com o crescimento de outras grandes economias.

Desenvolvimentos no Instrumento de Dívida Privada

O investimento do Fundo Petrolífero na Timor Gap, E.P., assim como os investimentos do Fundo nos mercados financeiros, deve ser reportado pelo seu valor justo¹⁹. No entanto, ao contrário das ações listadas e dos títulos do Tesouro, para os empréstimos não há um preço de mercado disponível publicamente. Em vez disso, o valor justo é determinado por uma avaliação independente anual.

O BCTL, como gestor operacional, contrata um especialista independente para determinar o valor do empréstimo a cada ano. A firma de avaliação determina uma taxa de desconto que incorpora o rendimento no final do ano de um título do Tesouro dos EUA com rendimento correspondente ao do empréstimo, ajustando também o risco do investimento do Fundo. Essa taxa de desconto é então

¹⁹ Se o empréstimo fosse avaliado pelo custo amortizado, seria necessário contratar uma empresa de avaliação para determinar a perda de crédito esperada. De acordo com as normas contábeis, a avaliação resultante deveria, em teoria, ser semelhante ao valor justo.

aplicada aos fluxos de caixa prometidos pelo empréstimo para calcular o valor justo.

O processo de avaliação levou algum tempo para ser estabelecido, o que resultou em atrasos significativos nas demonstrações financeiras anuais e relatórios anuais de 2020 e 2021. O processo para 2022 foi mais pontual e melhorou novamente em 2023.

A Tabela 10 mostra que a taxa de desconto aumentou ligeiramente em 2023. A taxa fixa, o rendimento dos títulos do Tesouro, aumentou ligeiramente, e a empresa de avaliação também aumentou ligeiramente o prêmio de risco país. As mudanças na

taxa de desconto, nas avaliações e nos retornos são mostradas abaixo.

O empréstimo foi avaliado em \$596,795 milhões no final de 2023, em comparação com \$560,758 milhões em 2022, o que representa um retorno anual de +6,4%. O aumento de 20 pontos-base na taxa de desconto por si só diminui o valor presente dos fluxos de caixa, mas o valor aumenta porque os fluxos de caixa contratados estão um ano mais próximos de serem recebidos. O retorno positivo em 2023 segue um retorno de -20% registrado em 2022, quando as taxas de juros nos EUA subiram (ver taxa fixa na Tabela 10).

Tabela 10 – Valor justo dos empréstimos à Timor Gap E.P.

	2019	2020 ³	2021	2022	2023
Taxa Fixa			1,91%	3,99%	4,05%
Prémio de Risco País			1,46%	1,46%	1,60%
Prémio de Liquidez			1,50%	2,50%	2,50%
Taxa de Desconto para o Empréstimo	4,50%³	5,62%³	4,87%	7,95%	8,15%
Valor Justo dos Ativos do Fundo Petrolífero (\$m)	671,314 ¹	615,700	701,353	560,758	596,795
Retorno do Investimento	3,3% ²	-8,3%	13,9%	-20,0%	6,4%

Notas: 1). O ativo foi relatado ao custo amortizado em 2019 e a política de avaliação mudou para valor justo nas demonstrações financeiras de 2020. O auditor externo avaliou que o valor de 2019 não diferia materialmente do valor justo. 2). O investimento foi feito em abril de 2019. Em uma base anualizada, o retorno para 2019 é de 4,5%, consistente com a taxa de juros acordada. 3). A metodologia de "acumulação" para determinar a taxa de desconto foi introduzida em 2021. A empresa de avaliação usou uma abordagem diferente em 2020, o que significa que os componentes não são comparáveis de 2021 a 2023.

O empréstimo à Timor Gap, E.P., frequentemente recebe uma parcela desproporcional de atenção pública, talvez devido à conexão com o Greater Sunrise, que é de vital importância para Timor-Leste. Portanto, é importante entender os outros detalhes técnicos do empréstimo.

Primeiro, para fins contábilísticos, os juros continuam a acumular sobre o empréstimo com base na taxa anual contratada de 4,5%.²⁰ Isso é baseado no

valor acumulado do empréstimo no início do ano, em vez do valor justo. A Nota 13 das demonstrações financeiras anexas mostra a contabilização do empréstimo e é extraída na Tabela 11. A diferença entre a avaliação independente de fim de ano e o valor contábilístico de fim de ano - o valor inicial mais juros acumulados - é contabilizada como ganho/perda de valor justo. A receita de juros representa a maior parte do aumento de valor este ano.

Tabela 11 – Contabilização dos empréstimos a Timor Gap (\$m)

	2022	2023
Balanço no início do ano	701,353	560,758
Receita de juros ¹	32,985	34,470
Ganho/perda de valor justo	-173,581	1,568
Valor justo no final do ano	560,758	596,795

Nota: 1) A receita de juros é calculada como 4,5% do valor acumulado do empréstimo no início do ano.

Segundo, o valor justo dos ativos do Fundo Petrolífero divergiu do valor da responsabilidade da Timor Gap, E.P. A estimativa do valor justo varia com as mudanças nos rendimentos dos títulos do tesouro e no prêmio de risco estimado, conforme

mostrado na Tabela 11. No entanto, a Timor Gap, E.P., é obrigada a relatar o valor de sua responsabilidade para o Fundo Petrolífero ao custo amortizado. O valor da responsabilidade continua a aumentar com os juros acumulados durante o período

²⁰ Para relatórios mensais e trimestrais de desempenho, a política do BCTL em 2023 era manter o valor do empréstimo constante até que uma nova avaliação esteja disponível. Ou seja, os relatórios mensais e trimestrais de desempenho não levam em conta o acúmulo de juros.

de carência nos pagamentos de juros, como mostra a Tabela 12.

Terceiro, o valor do empréstimo do Fundo à Timor Gap, E.P., está ligado ao Greater Sunrise, dado que financiou a aquisição de interesses participativos da Timor Gap, E.P., no Greater Sunrise e a parte da Timor Gap, E.P., nos fluxos de receita do Greater Sunrise financiará os pagamentos do empréstimo. No entanto, para ser claro, o valor do empréstimo do Fundo difere da valoração dos interesses participativos da Timor Gap, E.P. Como explicado anteriormente, o BCTL contrata uma empresa independente para avaliar o valor dos empréstimos que o Fundo Petrolífero fez à Timor Gap em 2019. Separadamente, a Timor Gap, E.P., contrata uma empresa independente para avaliar o valor de seu investimento no projeto Greater Sunrise. Nas suas demonstrações financeiras anuais de 2020, 2021 e 2022, o interesse participativo da Timor Gap, E.P., no Greater Sunrise foi avaliado como zero. A avaliação independente realizada para a Timor Gap, E.P., relatou um valor negativo dos interesses

participativos do proprietário no Greater Sunrise após considerar a incerteza sobre o regime fiscal e o acordo sobre o desenvolvimento. Essas informações são consideradas na avaliação independente do empréstimo do Fundo Petrolífero, e contribuíram para um aumento no prêmio de risco em 2022.

Por último, uma questão levantada pela firma de avaliação é o intervalo entre quando a Timor Gap, E.P., espera receber os fluxos de receita do Greater Sunrise e quando é obrigada a começar a pagar juros ao Fundo Petrolífero, especificamente \$117 milhões em abril de 2028. Esse chamado "liquidity gap" poderia resultar numa significativa redução no valor justo estimado do empréstimo. O Ministério das Finanças discutiu esse problema com o Ministério dos Recursos Petrolíferos e Minerais, juntamente com as partes envolvidas no empréstimo, o BCTL e a Timor Gap, E.P. Foi acordado que os termos do empréstimo podem ser modificados assim que houver maior clareza sobre a data de início dos fluxos de receita do Greater Sunrise.

Tabela 12 – Valor justo do ativo do Fundo Petrolífero vs. passivo da Timor Gap (\$m)

	2019	2020	2021	2022	2023
Valor justo do ativo do Fundo do Petróleo (\$m)	671,314	615,700	701,353	560,758	596,795
Valor do passivo da Timor Gap (\$m)	671,314	701,350	732,974	765,958	800,426

Desempenho dos investimentos em relação ao índice de referência

O Total do Fundo superou o retorno anual do índice de referência agregado de +9,90% em 2023 por 10 pontos base (Tabela 13). Os Investimentos no Mercado Financeiro, que constituem as carteiras de liquidez e crescimento, superaram o índice de referência por 5 pontos base durante o ano. A carteira de liquidez teve um desempenho inferior ao seu índice de referência em 56 pontos base, enquanto a carteira de crescimento superou o seu índice de referência em 11 pontos base.

A maioria dos mandatos de investimento do Fundo é gerida de forma passiva, portanto, espera-se que o seu desempenho siga geralmente o dos índices de referência. Na carteira de liquidez, o mandato de caixa do BCTL teve um desempenho inferior ao índice de referência em 97 pontos base. O BCTL atribuiu isso à posse de títulos com prazos de rendimentos mais longos do que o índice de referência do Tesouro de 3 meses. O mandato de Tesouro dos EUA de 1-3 anos do BCTL teve um desempenho inferior ao índice de referência em 21 pontos base.

Na carteira de crescimento, a carteira agregada de juros fixos superou o seu índice de referência em 13 pontos base em 2023. Todos os mandatos de juros fixos registraram retornos positivos em excesso. Em termos dos mandatos internamente geridos de Tesouro dos EUA, o desempenho do mandato de 3-5 anos superou o retorno do índice de referência em 32 pontos base, enquanto o mandato de 5-10 anos superou em 53 pontos base. O mandato externamente gerido de títulos soberanos não americanos, com cobertura, superou o seu índice de referência em 13 pontos base. O agregado de TIPS registrou um pequeno retorno positivo em excesso de 3 pontos base.

A carteira de ações teve um desempenho inferior ao seu índice de referência em 12 pontos base em 2023. A alocação para fatores de ações representa a principal divergência em relação aos pesos de capitalização de mercado. O agregado dos dois gestores de fatores teve um retorno de 1,19% abaixo da referência de capitalização de mercado em 2023, com o retorno negativo de -3,23% da SSgA parcialmente compensado pelo retorno positivo de +0,88% da Schroders. O retorno negativo do

agregado seguiu um forte desempenho superior em 2021 e 2022. O mandato de fatores de ações inclina-se para empresas com maior exposição aos fatores de Valor, Qualidade e Baixa Volatilidade, com o objetivo de melhorar o retorno ajustado ao risco no longo prazo em relação a uma carteira investida de acordo com os pesos de capitalização de mercado. Desde a introdução da alocação para fatores de ações em 2019, o agregado superou o mercado em 38 pontos base ao ano. Os dois gestores adotam abordagens bastante diferentes, refletidas no seu desempenho – o retorno em excesso da SSgA foi de -55 pontos base, enquanto o da Schroders foi de +1,25%.

Os gestores externos dos mandatos passivos de ações, SSgA e BlackRock, ambos apresentaram retornos positivos em excesso de cerca de 30 pontos base em 2023. Isso deve-se em grande parte ao facto de o índice de referência ser líquido de impostos e assumir que o imposto retido na fonte é pago à taxa máxima, enquanto na prática o Fundo possui isenções em alguns países. O mandato interno de ações australianas gerido pelo BCTL apresentou um pequeno retorno negativo em excesso em relação ao índice de referência.

Tabela 13 – Desempenho dos Investimentos do Fundo Petrolífero em 2023 (%)

Classe de Ativo	T1	T2	T3	T4	2023	2022	5 anos	Desde Início
A. Total Fundo¹	3,56	1,39	-1,21	6,07	9,99	-10,36	5,50	4,27
Referência	3,56	1,48	-1,33	5,96	9,90	-9,90	5,44	4,21
<i>Excesso</i>	0,01	-0,09	0,13	0,11	0,10	-0,46	0,06	0,06
B. Total do Investimentos em Mercados Financeiros²	3,71	1,43	-1,30	6,06	10,11	-9,98	5,73	4,33
Referência	3,66	1,53	-1,44	6,11	10,06	-10,61	5,34	4,18
<i>Excesso</i>	0,04	-0,09	0,14	-0,05	0,05	0,62	0,39	0,15
B.1 Liquidez³	1,16	0,73	1,19	1,10	4,25	-0,65	n,a	1,30
Referência	1,16	0,80	1,18	1,59	4,81	-0,50	n,a	1,56
<i>Excesso</i>	0,00	-0,07	0,01	-0,49	-0,56	-0,15	n,a	-0,25
B.2 Crescimento³	4,33	1,62	-1,87	7,04	11,37	-11,81	n,a	0,18
Referência	4,39	1,60	-1,93	6,98	11,26	-11,94	n,a	0,05
<i>Excesso</i>	-0,05	0,02	0,06	0,07	0,11	0,13	n,a	0,13
B.2.1 Rendimento Fixo Internacional	2,61	-1,25	-1,04	4,63	4,91	-9,05	0,60	1,98
Referência	2,51	-1,23	-1,07	4,61	4,79	-9,14	0,66	1,98
<i>Excesso</i>	0,10	-0,01	0,03	0,01	0,13	0,09	-0,06	-0,01
B.2.2 Ações Internacionais	7,57	6,79	-3,24	11,27	23,67	-16,84	12,94	9,98
Referência	7,73	6,83	-3,46	11,42	23,79	-18,14	12,80	9,57
<i>Excesso</i>	-0,16	-0,04	0,22	-0,15	-0,12	1,30	0,14	0,41
C. Instrumento de Dívida Privada⁴	0,00	0,00	0,00	6,43	6,43	-20,05	n,a	-1,78
Referência	1,11	1,11	1,11	1,11	4,50	4,50	n,a	4,50
<i>Excesso</i>	-1,11	-1,11	-1,11	5,32	1,93	-24,55	n,a	-6,28

Notas:

- 1) A referência para o Total do Fundo após a introdução da segmentação em julho de 2021 utiliza pesos mensais flutuantes para o FMI e o investimento em dívida privada.
- 2) A carteira de Investimentos no Mercado Financeiro foi introduzido em novembro de 2020 e separado da dívida privada.
- 3) A carteira de Investimentos no Mercado Financeiro foi segmentado em Liquidez e Crescimento em julho de 2021.
- 4) Os Instrumentos de Dívida Privada - os empréstimos para Timor Gap E.P. - foram emitidos em abril de 2019. Desde 2020, um avaliador independente foi contratado pelo BCTL para determinar o valor justo dos instrumentos no final do ano. O retorno da referência mostrada é a taxa de juros acordada de 4,5% ao ano.

Tabela 14 – Desempenho dos mandatos de rendimento fixo da carteira de liquidez em 2023 (%)

Mandato da Carteira de Liquidez	T1	T2	T3	T4	2023	2022	5 anos	Desde Início
Caixa (1)	1,09	1,13	1,33	0,45	4,05	0,52	1,41	1,41
<i>Referência</i>	1,07	1,17	1,31	1,37	5,01	1,44	1,88	1,67
Títulos do Tesouro dos EUA de 1-3 anos (2)	1,51	-0,70	0,73	2,47	4,05	-3,08	n,a	0,16
<i>Referência</i>	1,55	-0,57	0,74	2,49	4,26	-3,85	n,a	-0,11

Notas:

- 1) O mandato de Caixa começou em agosto de 2018 como parte dos investimentos de rendimento fixo. Em julho de 2021, o mandato de Caixa foi classificado como parte da carteira de Liquidez.
- 2) O mandato de Títulos do Tesouro dos EUA de 1-3 anos começou em julho de 2021.

Tabela 15 – Desempenho dos mandatos de rendimento fixo da carteira de crescimento em 2023 (%)

Mandato da Carteira de Crescimento	T1	T2	T3	T4	2023	2022	5 anos	Desde Início
Rendimento Fixo Internacional Agregado¹	2,61	-1,25	-1,04	4,63	4,91	-9,05	0,60	1,98
<i>Referência</i>	2,51	-1,23	-1,07	4,61	4,79	-9,14	0,66	1,98
Títulos do Tesouro dos EUA de 3-5 anos²	2,40	-1,37	-0,49	4,15	4,67	-7,74	1,02	1,11
<i>Referência</i>	2,23	-1,32	-0,55	4,01	4,35	-7,85	1,02	1,09
Títulos do Tesouro dos EUA de 5-10 anos³	3,45	-1,77	-2,86	5,83	4,46	-12,69	0,64	1,24
<i>Referência</i>	3,19	-1,73	-3,06	5,73	3,93	-13,30	0,48	1,16
TIPS dos EUA de 1 a 10 anos⁴	n,a	n,a	-1,02	3,85	n,a	n,a	n,a	1,21
<i>Referência</i>	n,a	n,a	-1,00	3,89	n,a	n,a	n,a	1,19
Tesouro Global ex-EUA, Coberto⁵	2,82	-0,29	-1,19	6,25	7,64	-11,52	n,a	-1,73
<i>Benchmark</i>	3,07	-0,38	-1,40	6,20	7,51	-12,23	n,a	-1,96

Notas:

- 1) O Rendimento Fixo Internacional Agregado faz parte da carteira de Crescimento desde julho de 2021.
- 2) O mandato de Títulos do Tesouro dos EUA de 3-5 anos começou em janeiro de 2012.
- 3) O desempenho dos Títulos do Tesouro dos EUA de 5-10 anos é um compósito de dois gestores: BIS de dezembro de 2011 até abril de 2020, e BCTL desde maio de 2020.
- 4) TIPS dos EUA de 1-10 anos foram implementados em abril de 2023. O compósito é de dois gestores, Barings e Franklin Templeton.
- 5) A exposição cambial da carteira de Mercados Desenvolvidos ex-EUA foi coberta a partir de maio de 2020 e é gerida pelo BIS. De julho de 2014 até abril de 2020, a carteira era gerida sem cobertura. O desempenho não-coberto não é mostrado.

Tabela 16 – Desempenho dos mandatos de ações da carteira de crescimento em 2023 (%)

Mandatos da Carteira de Crescimento	T1	T2	T3	T4	2023	2022	5 anos	Desde Início
Ações Internacionais Agregados	7,57	6,79	-3,24	11,27	23,67	-16,84	12,94	9,98
<i>Referência</i>	7,73	6,83	-3,46	11,42	23,79	-18,14	12,80	9,57
Ações Internacionais da SSgA¹	7,86	7,02	-3,33	11,37	24,27	-17,92	12,95	10,59
<i>Referência</i>	7,84	6,97	-3,46	11,34	24,00	-18,40	12,87	10,33
Ações Internacionais da BlackRock²	7,94	6,99	-3,37	11,40	24,30	-17,88	13,06	10,12
<i>Referência</i>	7,84	6,97	-3,46	11,34	24,00	-18,40	12,87	9,84
Ações Internacionais de Multi-Fatores³	7,12	5,72	-2,91	10,59	22,81	-14,80	n,a	11,13
<i>Referência</i>	7,84	6,97	-3,46	11,34	24,00	-18,40	n,a	10,74
Ações Australianas do BCTL⁴	2,73	0,29	-3,30	15,11	14,68	-5,19	9,32	7,85
<i>Referência</i>	2,79	0,27	-3,34	15,23	14,79	-5,25	9,72	8,06

Notas:

- 1) O mandato passivo de mercado desenvolvido da SSgA começou em janeiro de 2012.
- 2) O mandato passivo de mercado desenvolvido da BlackRock começou em fevereiro de 2013.
- 3) O mandato de ações de mercado desenvolvido Multi-Fatores começou em agosto de 2019. O compósito é de dois gestores, Schroders e SSgA.
- 4) O mandato de ações australianas do BCTL começou em julho de 2016.

E. O ACONSELHAMENTO DO CAI E O FUTURO DO FUNDO

O Comitê de Assessoria para o Investimento (CAI) aconselha a Ministra das Finanças sobre questões relacionadas com a estratégia de investimento e gestão do Fundo Petrolífero, conforme estabelecido pelo artigo 16.º da Lei do Fundo Petrolífero.

Trabalho do CAI em 2023

O CAI geralmente realiza uma reunião mensal na primeira quarta-feira de cada mês, a partir de fevereiro. Em 2023, o CAI realizou 10 reuniões.

O Sr. Olgario de Castro foi reeleito como Presidente durante a reunião de fevereiro. No início de cada ano, o Comitê define as prioridades para o Fundo Petrolífero, incluindo as áreas para pesquisa pela sua Secretaria. As prioridades para 2023 incluíram a avaliação independente, pesquisa sobre outros enquadramentos de fundos soberanos e os investimentos do Fundo, incluindo títulos soberanos não americanos e fatores de ações.

As reuniões regulares do CAI fornecem um meio para o Comitê monitorizar os investimentos e a gestão do Fundo, além de facilitar o planeamento e a cooperação entre as instituições do Fundo. A cada trimestre, o BCTL apresenta o desempenho dos investimentos do Fundo ao Comitê. Em relação a outros assuntos, a avaliação independente do Fundo Petrolífero foi um assunto frequente na agenda ao longo de 2023, com o Comitê a ser informado sobre os termos de referência, o plano do projeto, a contratação pelo Ministério das Finanças, as conclusões da Mercer e as sugestões do Ministério para implementação. Cada membro do Comitê foi entrevistado separadamente pela empresa de consultoria como parte da avaliação. Outras atualizações regulares para o CAI incluíram as apresentações do BCTL sobre o progresso do mandato de TIPS dos EUA, implementado em abril. O Comitê também foi informado pela GPGFP sobre o progresso das demonstrações financeiras auditadas, preparadas pelo BCTL, e do relatório anual do Fundo Petrolífero. A GPGFP também atualizou o Comitê sobre os desenvolvimentos orçamentais, incluindo o Orçamento Retificativo para 2023 e o Orçamento Geral do Estado de 2024.

Na exploração de outros enquadramentos dos fundos soberanos, o CAI é muito grato pela apresentação sobre fundos de investimento estratégico pelo Secretariado do Fórum Internacional de Fundos Soberanos (IFSWF) em abril. O Secretariado do

O aconselhamento do CAI deve ser publicado de acordo com o artigo 24.º da Lei do Fundo Petrolífero. Embora não tenha havido necessidade de aconselhamento formal à Ministra das Finanças em 2023, o CAI esteve ativamente envolvido no Fundo Petrolífero, conforme resumido abaixo.

IFSWF também ajudou a organizar apresentações virtuais pelo Fundo Estratégico da Irlanda e pelo FONSIS do Senegal, e o Comitê ficou grato pelas perspetivas fornecidas. Além disso, Timor-Leste enviou um representante a uma reunião do IFSWF em maio sobre investimento sustentável, especificamente como os investimentos dos Fundos Soberanos podem ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Dois representantes do CAI participaram na reunião anual do IFSWF em setembro.

Além das suas reuniões mensais, o CAI normalmente realiza dois seminários por ano. O primeiro seminário do CAI em 2023 foi realizado de 31 de julho a 2 de agosto em Díli, com dois membros do Comitê baseados no exterior a participarem virtualmente. Como parte do seminário, a empresa de consultoria Mercer apresentou os seus resultados preliminares de avaliação, e o Comitê, o BCTL e a GPGFP forneceram as suas respostas iniciais, seguidas por *feedback* por escrito. O BIS, um dos gestores externos do Fundo, apresentou uma análise virtual sobre a referência personalizada de títulos não americanos e seu desempenho. O Comitê também se reuniu com membros do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP) para discutir os papéis e responsabilidades das duas instituições na gestão do Fundo. O BCTL também informou o Comitê sobre os países onde é retido imposto.

O segundo seminário do CAI foi realizado de 4 a 6 de outubro de 2023 em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. O Comitê reuniu-se com diversos fundos soberanos, nomeadamente o ADIC (Conselho de Investimento de Abu Dhabi), Mubadala, ADIA (Autoridade de Investimento de Abu Dhabi) e EIA (Autoridade de Investimento dos Emirados). A partir dessas reuniões, o CAI ficou a conhecer os objetivos dos Fundos Soberanos, os seus investimentos, incluindo o papel dos investimentos domésticos, e a governação. O Comitê e os participantes do BCTL e da GPGFP ficaram extremamente gratos pelas perspetivas fornecidas e pela hospitalidade calorosa

dos nossos colegas dos Fundos Soberanos. Além disso, três dos gestores externos do Fundo fizeram apresentações durante o seminário. A Franklin Templeton, gestor externo dos TIPS dos EUA, fez

uma apresentação sobre títulos internacionais, a SSgA fez uma apresentação sobre fatores de ações, e a Schroders fez uma apresentação sobre ações e títulos de mercados emergentes.

O Futuro do Fundo

Em dezembro de 2023, Sua Excelência a Ministra das Finanças solicitou ao Comité que priorizasse a implementação das recomendações de avaliação independente em 2024 e delineasse outras prioridades para o mesmo ano. O Ministério das Finanças está atualmente a trabalhar para abordar as recomendações da avaliação independente, incluindo os documentos de governação e uma proposta de Política de Investimento recomendada, e buscará *feedback* do CAI e do BCTL antes da sua conclusão.

Outras prioridades identificadas pelo CAI para 2024 incluem identificar oportunidades para Timor-Leste recuperar impostos retidos; uma avaliação aos investimentos em fatores de ações em termos de desempenho dos dois gestores e dos parâmetros do mandato; e uma revisão às convicções de investimento do Fundo, levando em conta a evolução dos investimentos do Fundo, o seu horizonte de tempo, governação e *expertise*.

O CAI também ofereceu o seu apoio a um projeto do Ministério das Finanças para expandir o seu *modeling* do Fundo Petrolífero. Como observado no relatório anual do ano passado, a vida do Fundo depende em grande parte da política orçamental do Governo, juntamente com o tamanho e tempo dos fluxos de petróleo provenientes do Greater Sunrise. A GPGFP colabora com a Direção Nacional de Política Económica do Ministério das Finanças, a direção que projeta cenários de despesa e levantamentos. O objetivo desta colaboração é desenvolver um *modelling* abrangente para ajudar os formuladores de políticas a determinar um caminho orçamental sustentável para Timor-Leste durante um período de desacumulação do Fundo, e ajudar as instituições do Fundo Petrolífero a avaliar os *trade-offs* entre risco e retorno para diferentes misturas de classes de ativos.

ANEXOS

Anexo I: Declaração da Diretora-Geral do Tesouro

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Declaração da Diretora-Geral do Tesouro
31 de dezembro de 2023

Ministro(a) das Finanças	Rui Augusto Gomes (até 2 de julho de 2023) Santina J.R.F Viegas Cardoso (a partir de 3 de julho de 2023)
Diretora-Geral do Tesouro	Regina de Jesus de Sousa
Membros do Comité de Assessoria para o Investimento	Olgario de Castro Gualdino da Silva Torres Trovik Prof. Michael Drew
Ex Ofício (sem direito a voto)	Venâncio Alves Maria Regina de Jesus de Sousa (suplente, Filipe Nery Bernardo)
Governador do Banco Central de Timor-Leste	Abraão de Vasconcelos (até 12 de setembro de 2023) Hélder Lopes (a partir de 13 de setembro de 2023)
Diretor Executivo do Fundo Petrolífero	Venâncio Alves Maria
Gestor Operacional	Banco Central de Timor-Leste Avenida Xavier do Amaral, no. 9 Díli Timor-Leste
Gestores de Investimento	Banco Central de Timor-Leste Bank for International Settlements Barings LLC Franklin Resources Inc (Franklin Templeton) Schroders Investment Management Limited State Street Global Advisors BlackRock Investment Management Australia Limited
Membros do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	Juvinal Dias Nuno Eugénio Goulart Izilda Imanuela da Luz Pereira Soares Pe. Mouzinho Pereira Lopes Hernâni Agostinho Soares Martinha da Silva de Jesus
Custódia	J P Morgan Chase Bank N.A.
Auditor Independente	Ernst & Young

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Declaração da Diretora-Geral do Tesouro
31 de dezembro de 2023

ANTECEDENTES

A Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto de 2005, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, estabeleceu o Fundo Petrolífero de Timor-Leste ("Fundo Petrolífero"). O Ministério das Finanças é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero e o Banco Central de Timor-Leste ("BCTL") é responsável pela gestão operacional. De acordo com o Acordo de Gestão Operacional de 12 de outubro de 2005, alterado em 25 de junho de 2009, celebrado entre o Ministério das Finanças e o BCTL, o BCTL é igualmente responsável pela manutenção dos livros contabilísticos do Fundo Petrolífero por conta da Diretora-Geral do Tesouro.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com o artigo 21.º da Lei do Fundo Petrolífero, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*). As demonstrações são:

- Demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes,
- Demonstração da posição financeira,
- Demonstração das alterações de capital,
- Demonstração dos fluxos de caixa, e
- Notas às demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras abrangem o ano financeiro terminado em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero são as mais complexas demonstrações financeiras das Normas Internacionais de Relato Financeiro ou IFRS produzidas em Timor-Leste. Para otimizar a legibilidade das notas para um público em geral, as notas são estruturadas para fornecer ao leitor:

- uma introdução geral ao objeto da nota,
- as tabelas financeiras que elaborem os dados nas demonstrações primárias,
- uma descrição dos riscos, apreciações importantes ou pressupostos chaves que foram feitos no registo e apresentação dos dados, e
- as políticas contabilísticas relevantes.

As demonstrações financeiras foram auditadas de forma independente pela Ernst & Young, cujo parecer de auditoria está anexado às demonstrações financeiras.

CAPITAL DO FUNDO PETROLÍFERO

O Fundo Petrolífero tinha um capital de 17,3 mil milhões de US dólares em 1 de janeiro de 2023 (2022: 19,6 mil milhões de US dólares). Durante o ano, o capital adicional recebido de impostos e outras receitas petrolíferas nos termos do artigo 6.º do Fundo Petrolífero foi de 0,4 mil milhões de US dólares (2022: 1,1 mil milhões de US dólares). O capital adicional ou fundo recebido de impostos e outras receitas petrolíferas não está sujeito a impostos e o próprio Fundo não paga impostos (exceto impostos retidos na fonte) sobre as receitas petrolíferas. O Fundo Petrolífero registou um lucro de 1,7 mil milhões de US dólares (2022: perda de 2 mil milhões de US dólares) durante o período. Um resumo das transações relativas aos rendimentos é apresentado na "Demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes".

Foram transferidos 1,1 mil milhões de US dólares a partir do Fundo Petrolífero para o Fundo Consolidado durante o ano (2022: 1,4 mil milhões de US dólares). O capital do Fundo Petrolífero em 31 de dezembro de 2023 era de 18,3 mil milhões de US dólares (2022: 17,3 mil milhões de US dólares). Um resumo das transações é apresentado na "Demonstração das alterações no capital".

PARÂMETROS DE REFERÊNCIA E DESEMPENHO

O Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) revê regularmente a estratégia de investimento e a alocação estratégicas de ativos do Fundo Petrolífero, tendo em conta os retornos e riscos esperados dos investimentos, juntamente com os fluxos de caixa projetados para o Fundo, incluindo os levantamentos do Governo. Em julho de 2021, os investimentos do Fundo Petrolífero no mercado financeiro foram segmentados numa carteira de liquidez e numa carteira de crescimento, de forma a contabilizar os levantamentos esperados do Governo a partir do Fundo. A carteira de liquidez destina-se a financiar os levantamentos do Governo nos próximos três anos e é investida em caixa (cash), títulos do Tesouro dos EUA de curto prazo e outros instrumentos líquidos de curto prazo. O restante do Fundo é mantido na carteira de crescimento, com uma alocação de ativos de 65% em títulos de juros fixos e 35% em ações globais. A alocação à dívida privada – o Investimento em Operações Petrolíferas – é tratada separadamente dos investimentos no mercado financeiro e está limitada a 5% do valor total do Fundo nos termos da Lei do Fundo Petrolífero. O CAI considera que este é um nível de risco adequado, tendo em conta o horizonte de investimento do Fundo Petrolífero.

No que diz respeito às alterações na afetação de ativos durante o período de referência, em abril de 2023, 10% dos ativos da Carteira de Crescimento foram investidos em títulos do Tesouro dos EUA protegidos contra a inflação (TIPS) para proporcionar alguma proteção contra o risco de uma inflação persistentemente superior à prevista.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Declaração da Diretora-Geral do Tesouro
31 de dezembro de 2023

Resumo dos Índices de Referência	Como em 31 de dezembro de 2023	Como em 31 de dezembro de 2022
Total do Fundo:		
1. Investimento em Operações Petrolíferas	3,26%	3,94%
2. Investimentos no Mercado Financeiro	96,74%	96,06%
Total do Fundo	100,00%	100,00%

Instrumentos do Mercado Financeiro:

1. Carteira de liquidez	17,03%	16,06%
2. Carteira de crescimento	82,97%	83,94%
Total para Investimentos no Mercado Financeiro	100,00%	100,00%

As alocações atuais no final de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas. As alocações de referência para a carteira de Investimento no Mercado Financeiro baseiam-se nos valores atuais de mercado no final do mês anterior.

1. Carteira de liquidez

Títulos do Tesouro dos EUA a 3 Meses	84,87%	78,07%
ICE BOA Merrill Lynch Governo dos EUA 1-3 Anos	15,13%	21,93%
Total para Carteira de Liquidez	100,00%	100,00%

As alocações atuais no final de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas. As alocações de referência para a carteira de Liquidez baseiam-se nos valores atuais de mercado no final do mês anterior.

2. Carteira de crescimento

Juros fixos

ICE BOA Merrill Lynch Governo dos EUA 3-5 Anos	35,00%	45,00%
ICE BOA Merrill Lynch Governo dos EUA 5-10 Anos	10,00%	10,00%
US TIPS 1-10 anos	10,00%	n/a
Títulos Soberanos do Mercado Desenvolvido - Personalizados	10,00%	10,00%
<i>Total dos juros fixos</i>	65,00%	65,00%

Ações globais

MSCI World	35,00%	35,00%
<i>Total de ações globais</i>	35,00%	35,00%

Total para Carteira de Crescimento	100,00%	100,00%
---	----------------	----------------

As alocações da referência para a carteira de crescimento são alocações fixas.

Desempenho

Em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da Lei do Fundo Petrolífero e as cláusulas do Contrato de Gestão Operacional, os ativos do Fundo Petrolífero foram investidos em instrumentos mandatados durante o ano. A lista de instrumentos investidos e detidos em 31 de dezembro de 2023 é dada na Nota 24. A exposição de crédito por notação de crédito é dada na Nota 14 (b) (iii). O desempenho do Fundo Petrolífero durante o período esteve em conformidade com o mandato dos Contratos de Gestão Operacional.

O lucro líquido dos ativos financeiros ao valor justo através dos resultados foi significativo, atingindo 1,2 mil milhões de dólares em 2023, o que reflete os ganhos obtidos durante o ano com os investimentos em juros fixos e em ações. Isto não inclui rendimentos de juros e dividendos de ativos financeiros, os quais são apresentados separadamente.

Durante o período, o Ministério das Finanças, em conjunto com o BCTL, conseguiu cumprir o dever de gestão e fiduciário para o Fundo Petrolífero.

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA ATUALIDADE

Não houve mudanças significativas na atualidade do Fundo Petrolífero durante o ano.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Declaração da Diretora-Geral do Tesouro
31 de dezembro de 2023

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na opinião do Ministério das Finanças, existem motivos razoáveis para acreditar que o Fundo Petrolífero será capaz de pagar as suas dívidas à medida que estas forem exigíveis e pagáveis, e as demonstrações financeiras e notas anexadas estão de acordo com a Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, incluindo o cumprimento das normas contabilísticas, e fornecem uma imagem verdadeira e justa da posição financeira e do desempenho do Fundo Petrolífero. As demonstrações financeiras para o ano terminado em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas em nome do Ministério das Finanças por:



Regina de Jesus de Sousa
Diretora-Geral do Tesouro
Ministério das Finanças, Governo de Timor-Leste
14 de maio de 2024

Anexo II: Demonstrações Financeiras Auditadas

Relatório do Auditor Independente para o Ministério das Finanças, República Democrática de Timor-Leste, relativo ao Relatório Financeiro do Fundo Petrolífero de Timor-Leste para o ano findo em 31 de dezembro de 2023

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero de Timor-Leste (o "Fundo Petrolífero"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data, e as notas 1 a 23 às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam adequadamente, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo Petrolífero em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRSs).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção abaixo *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do Fundo Petrolífero nos termos dos requisitos éticos do *International Ethics Standards Board for Accountants' Code of Ethics for Professional Accountants* (Código IESBA) que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras na Austrália. Também cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de acordo com o Código.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação que não seja o relatório financeiro e o relatório do auditor

O órgão de gestão é responsável pela outra informações. As outras informações obtidas à data deste relatório são Anexo I - Declaração do Diretora-Geral do Tesouro, Anexo III - Declaração do Tesouro sobre Políticas Contabilísticas e Anexo VIII - Declaração do Tesouro sobre Empréstimos do Governo de Timor-Leste e PARTE VII: Detalhe dos Ativos Financeiros: 24. Detalhe dos ativos financeiros avaliados a valor de mercado.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e, por conseguinte, não expressamos qualquer forma de conclusão de segurança sobre a mesma.

Como parte da nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade consiste na leitura da outra informação e, ao fazê-lo, considerar se esta apresenta inconsistências materiais face às demonstrações financeiras ou às informações obtidas na auditoria, ou se de outra forma apresenta distorções materiais.

Se, com base nos procedimentos efetuados, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, é nos requerido reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão da governança pelas demonstrações financeiras

O Banco Central de Timor-Leste, o gestor operacional ("Gestão") é responsável pela preparação e apresentação de forma adequada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRSs) e por um sistema de controlo interno que o órgão de gestão determine como necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais, seja por fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo Petrolífero de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relacionadas com a continuidade das operações e a utilização do princípio da continuidade, exceto se o órgão de gestão pretender liquidar o Fundo Petrolífero ou cessar as suas operações, ou não apresenta qualquer alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos usuários tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria. Além disso:

- ▶ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou o ato de burlar os controles internos.
- ▶ Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Fundo Petrolífero.
- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.

- ▶ Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo Petrolífero para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões estão fundamentadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo Petrolífero descontinue as suas atividades.
- ▶ Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o órgão de gestão e com o órgão de governança, entre outros assuntos, o alcance e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Ernst & Young

Ernst & Young
Perth
14 de maio de 2024

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

	<i>Nota</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2023 USD</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2022 USD</i>
Rendimentos			
Rendimento de juros	4	368.052.608	197.731.024
Rendimento de dividendos	5	104.735.279	105.765.775
Rendimentos fiduciários (<i>trusts</i>)	5	3.976.789	3.981.936
Outros rendimentos de investimentos		4.207	242
Ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros a valor justo através de lucros ou perdas	6	1.222.698.767	(2.349.596.165)
Ganhos (perdas) cambiais líquidos	7	611.114	11.176.780
Total de rendimentos (perdas)		1.700.078.764	(2.030.940.408)
Despesas			
Taxas de gestão externa e custódia	20	(5.855.910)	(6.819.831)
Despesas do Conselho Consultivo de Investimentos	20	(677.455)	(287.254)
Taxas de gestão operacional do BCTL	20	(7.188.017)	(6.210.821)
Outras despesas		(1.580.593)	(8.040)
Despesas com impostos retidos na fonte	9	(6.072.628)	(6.172.190)
Total de despesas		(21.374.603)	(19.498.136)
Lucros (perdas) do ano		1.678.704.161	(2.050.438.544)
Outros rendimentos abrangentes		-	-
Total de rendimentos abrangentes para o ano		1.678.704.161	(2.050.438.544)

1,678,704,1

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas que as acompanham.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Demonstração da posição financeira
em 31 de dezembro de 2023

	<i>Nota</i>	Ano terminado em 31/12/2023 USD	Ano terminado em 31/12/2022 USD
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	11	2.065.968.190	1.275.184.933
Outros recebíveis	12	43.011.253	10.784.913
Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	14	16.220.795.477	16.016.472.342
Total de ativos		18.329.774.920	17.302.442.188
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	14,15	32.963.125	27.397.541
Contas a pagar para títulos comprados		8.177.581	750
Contas a pagar		229.239	2.042.175
Total de passivos		41.369.945	29.440.466
Ativos líquidos		18.288.404.975	17.273.001.722

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas que as acompanham.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Demonstração das alterações de capital
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

	<i>Nota</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2023 USD</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2022 USD</i>
Capital no início do ano		17.273.001.722	19.621.023.723
Receitas brutas do Fundo Petrolífero <i>(nos termos do artigo 6.º da Lei do Fundo Petrolífero)</i>	16	426.699.092	1.106.416.543
		17.699.700.814	20.727.440.266
Transferências para o Fundo Consolidado de Timor-Leste <i>(nos termos do artigo 7.º da Lei do Fundo Petrolífero)</i>	16	(1.090.000.000)	(1.404.000.000)
Transferências para reembolso de impostos <i>(nos termos do artigo 10.º da Lei do Fundo Petrolífero)</i>	16	–	–
Rendimento/(perda) global total do ano		1.678.704.161	(2.050.438.544)
Capital no final do ano		18.288.404.975	17.273.001.722

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas que as acompanham

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Demonstração dos fluxos de caixa
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

	<i>Note</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2023 USD</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2022 USD</i>
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Produto da venda e vencimentos de ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	14	13.948.433.913	12.923.937.002
Compras de ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	14	(12.946.352.314)	(12.593.363.946)
Juros recebidos		368.245.017	196.830.311
Dividendos recebidos		95.898.439	97.787.157
Distribuições fiduciárias recebidos		3.969.866	3.933.049
Taxas de gestão e custódia externas pagas		(15.235.568)	(13.402.409)
Outras receitas operacionais		4.207	244
Outros pagamentos operacionais		(1.580.593)	(8.040)
Caixa líquido das atividades operacionais	17	1.453.382.967	615.713.368
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Receitas brutas do Fundo Petrolífero		427.017.209	1.106.098.425
Pagamentos de transferência para o Fundo Consolidado de Timor-Leste	16	(1.090.000.000)	(1.404.000.000)
Caixa líquido utilizado em atividades de financiamento		(662.982.791)	(297.901.575)
		790.400.176	317.811.793
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		1.275.184.933	961.113.252
Efeitos das alterações da taxa de câmbio de moeda estrangeira sobre caixa e equivalentes de caixa		383.081	(3.740.112)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	11	2.065.968.190	1.275.184.933

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas que as acompanham.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

Índice

	Página
PARTE I: INTRODUÇÃO	47
1. Informações sobre o Fundo	47
2. Declaração de conformidade com as IFRS	47
3. Base de preparação	47
PARTE II: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PERDAS E OUTROS RENDIMENTOS ABRANGENTES	47
4. Rendimento de juros	48
5. Dividendos e rendimentos fiduciários	48
6. Ganhos ou perdas de ativos e passivos financeiros a valor justo através de lucros ou perdas	48
7. Ganhos ou perdas cambiais estrangeiros	49
8. Despesas	49
9. Tributação	49
PARTE III: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	50
10. Gestão dos riscos	50
10.1. Risco financeiro	50
10.2. Risco de mercado	50
10.3. Risco de crédito	50
10.4. Risco de liquidez	51
11. Caixa e equivalentes a caixa	51
12. Outras contas a receber	52
13. Investimento em instrumentos de dívida privada	52
14. Ativos e passivos financeiros a valor justo através de lucros ou perdas	53
15. Passivos financeiros	62
PARTE IV: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL	64
16. Receitas e pagamentos de capital	64
PARTE V: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	66
17. Reconciliação dos fluxos de caixa líquidos	66
PARTE VI: DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS	67
18. Pessoal	67
19. Ativos e passivos contingentes e compromissos	67
20. Partes relacionadas	67
21. Encargos sobre o Fundo Petrolífero	68
22. Aplicação das IFRS novas e revistas	68
22.1. IFRS novas e revistas aplicadas sem efeito material nas demonstrações financeiras	68
22.2. Adoção das IFRS que ainda não são eficazes	68
23. Eventos subsequentes	68
PARTE VII: LISTA DOS ATIVOS FINANCEIROS	69
24. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados	69

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

PARTE I: INTRODUÇÃO

1. Informações sobre o Fundo

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste (“Fundo Petrolífero”) foi estabelecido pela Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011 em 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro.

A estratégia de investimento e os *benchmarks* do Fundo Petrolífero são determinados pelo Ministério das Finanças com base em conselhos do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI/IAB).

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL), com sede na Avenida Xavier do Amaral n.º 9, Díli, Timor-Leste, é responsável pela gestão operacional do Fundo Petrolífero e é o titular registrado de todos os ativos do Fundo Petrolífero. A gestão do Fundo Petrolífero é realizada de acordo com um Acordo de Gestão entre o Ministério das Finanças e o BCTL.

O objetivo do Fundo Petrolífero é atingir retornos de referência sobre o seu capital dentro do limite de risco fornecido nos mandatos e dentro dos limites estabelecidos nos artigos 14.º e 15.º da Lei do Fundo Petrolífero relativos à Política de Investimento e Regras de Investimento.

A carteira de investimentos do Fundo Petrolífero em ativos a valor justo através de lucros ou perdas, ativos a custo amortizado e caixa e equivalentes de caixa cumpriu os requisitos legislativos e contratuais ao longo do período.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretora-Geral do Tesouro em 14 de maio de 2024.

2. Declaração de conformidade com as IFRS

De acordo com o artigo 21.º da Lei do Fundo Petrolífero, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

O Fundo Petrolífero adotou todas as normas e emendas IFRS que foram aplicáveis durante o ano.

Informações sobre o impacto das novas e futuras IFRS nestas demonstrações financeiras são fornecidas na Nota 22.

3. Base de preparação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero são mensurados e apresentados em US dólares, sendo a moeda funcional e oficial da República Democrática de Timor-Leste.

As demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto para certos investimentos financeiros que são mensurados a valor justo através de lucros ou perdas, conforme explicado nas políticas contabilísticas aqui descritas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente pelo Fundo Petrolífero.

Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas e os valores relatados de ativos, passivos, receita e despesa. As estimativas e as premissas associadas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores que são considerados razoáveis nas circunstâncias, cujos resultados formam a base para fazer julgamentos sobre os valores contabilísticos de ativos e passivos que não são facilmente aparentes de outras fontes. As estimativas utilizam dados observáveis na medida do possível. No entanto, áreas como potenciais mudanças de mercado, risco de crédito, volatilidades e correlações exigem que a administração faça estimativas que poderiam afetar o valor justo relatado dos instrumentos financeiros. Portanto, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Este processo envolve um alto grau de julgamento ou complexidade.

Revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista, se a revisão afetar apenas aquele período, ou no período da revisão e em períodos futuros, se a revisão afetar tanto o período atual quanto futuros.

Assunções e estimativas que são significativas para as demonstrações financeiras são divulgadas nas notas relevantes, assim como os julgamentos feitos pela administração que têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

PARTE II: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PERDAS E OUTROS RENDIMENTOS ABRANGENTES

A demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes é um relatório de receitas, despesas e o resultado do lucro ou prejuízo obtido pelo Fundo Petrolífero durante o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

O conceito de receita abrange tanto receitas quanto ganhos. As receitas surgem no curso das atividades normais do Fundo Petrolífero e são referidas por uma variedade de nomes, incluindo juros e dividendos. Ganhos representam aumentos nos benefícios económicos e incluem tanto ganhos realizados quanto não realizados, incluindo a reavaliação de títulos negociáveis e câmbio.

O conceito de despesas abrange perdas, bem como aquelas despesas que surgem no curso das atividades ordinárias do Fundo Petrolífero. Outras receitas abrangentes incluem itens de receita ou despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos no lucro ou prejuízo, conforme exigido ou permitido pelas IFRS.

4. Rendimento de juros

O rendimento de juros é derivado dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos de renda fixa, saldos de caixa e investimentos de caixa de curto prazo.

	<i>Ano terminado em 31/12/2023 USD</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2022 USD</i>
Juros de títulos de juro fixo ao justo valor através de lucros ou perdas	358.610.939	197.314.841
Juros de caixa e equivalentes de caixa	9.441.669	416.183
	368.052.608	197.731.024

Política contabilística

Os rendimentos de juros de títulos de juro fixo ao justo valor através de lucros ou perdas são acumulados com base nas taxas de cupão contratuais. É reconhecido na demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes e mostrado separadamente de outros movimentos do justo valor.

5. Dividendos e rendimentos fiduciários

Os dividendos recebidos são distribuições de ações do Fundo Petrolífero e representam a parte do Fundo Petrolífero nos lucros pagos aos accionistas. Os rendimentos fiduciários são semelhantes aos dividendos, mas são derivados dos investimentos do Fundo Petrolífero em entidades imobiliárias que são constituídas como Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária (SIGI) ou *Real Estate Investment Trusts* (REITs).

	<i>Ano terminado em 31/12/2023 USD</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2022 USD</i>
Rendimento de dividendos	104.735.279	105.765.775
Rendimentos fiduciários	3.976.789	3.981.936
	108.712.068	109.747.711

Política contabilística

Os rendimentos de dividendos e os rendimentos fiduciários são reconhecidos quando o direito do accionista a receber o pagamento tiver sido estabelecido. Os rendimentos de dividendos e os rendimentos fiduciários são apresentados brutos de quaisquer impostos não recuperáveis retidos na fonte e são divulgados separadamente na demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes.

6. Ganhos ou perdas de ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas

Este item inclui alterações no valor justo dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação ou designados no reconhecimento inicial como "ao justo valor através de lucros ou perdas" e exclui receitas e despesas com juros e dividendos. Estas alterações resultam de alterações no valor de mercado dos investimentos financeiros (ou passivos) detidos pelo Fundo Petrolífero.

	<i>Ano terminado em 31/12/2023 USD</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2022 USD</i>
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	1.222.698.767	(2.349.596.165)

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

6. Ganhos ou perdas de ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

Política contabilística, estimativas, pressupostos, juízos de valor e riscos

Ver Nota 14, que contém informações relativas a esta rubrica:

- detalhes das políticas contabilísticas relativas aos ativos e passivos financeiros designados como "ao justo valor através dos lucros ou perdas",
- os julgamentos e estimativas significativos que foram feitos e que podem ser materiais na determinação do ganho ou perda relatado em ativos e passivos financeiros,
- os riscos associados à detenção de ativos e passivos financeiros que podem ter impacto nos lucros ou perdas relatados, e
- uma análise da sensibilidade a alterações nas condições de mercado futuras que possam dar origem a ganhos ou perdas de ativos e passivos financeiros.

7. Ganhos ou perdas cambiais estrangeiros

Ganhos ou perdas cambiais surgem quando o Fundo Petrolífero investe em ativos (exceto os que resultam de instrumentos financeiros medidos ao valor teórico através de lucros ou perdas de acordo com a IFRS 9) denominados numa moeda diferente do US dólar (a moeda funcional do Fundo Petrolífero). Quando o US dólar se fortalece relativamente a outra moeda na qual o Fundo Petrolífero detém ativos, o Fundo Petrolífero reportará uma perda cambial. Inversamente, se o Fundo Petrolífero detiver um ativo denominado numa moeda que não seja o US dólar, e essa moeda se fortalecer, o Fundo Petrolífero reportará um ganho cambial.

Política contabilística

Os ganhos e perdas cambiais dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados, nomeadamente os investimentos do Fundo em ações e em juros fixos, estão incluídos nos ganhos ou perdas desses instrumentos apresentados na Nota 6. Outros ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação de transações e da conversão à taxa de câmbio do final do ano de ativos e passivos monetários e outros ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira são divulgados separadamente na demonstração de resultados abaixo.

	<i>Ano terminado em 31/12/2023</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2022</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Ganhos (perdas) cambiais líquidos	611.114	11.176.780

8. Despesas

De acordo com o estabelecido da Lei do Fundo Petrolífero, todas as despesas do Fundo Petrolífero, com exceção da taxa de auditoria externa (que é paga a partir do Orçamento Geral do Estado), não relacionadas com a compra ou venda de títulos e reconhecidas no preço de venda ou compra, são pagas pelo BCTL e cobertas por uma taxa de gestão. Esta taxa de gestão é legalmente uma dedução das receitas brutas do Fundo Petrolífero (n.º 3 do artigo 6.º da Lei do Fundo Petrolífero), embora seja reconhecida como uma despesa na demonstração de resultados e de outros rendimentos integrais.

As despesas que são incidentais à aquisição de um investimento ao custo amortizado são incluídas no custo desse investimento enquanto que os custos de transação de um investimento ao justo valor através de lucros ou perdas que são directamente atribuíveis à aquisição do activo ou passivo financeiro são deduzidos das despesas.

As despesas que sejam inerentes à alienação de um investimento são deduzidas dos proventos da alienação do investimento.

9. Tributação

O Fundo Petrolífero está isento de todas as formas de tributação em Timor-Leste ao abrigo da legislação de Timor-Leste. Assim sendo, o Fundo Petrolífero tem uma taxa de imposto estatutária de 0%.

Os rendimentos de investimento e os ganhos de capital estão sujeitos a imposto de retenção em certas jurisdições estrangeiras e são os únicos itens sujeitos a tributação.

No ano corrente foram retidos impostos sobre dividendos estrangeiros, rendimentos de fundos de investimento e juros recebidos de acordo com as leis aplicáveis. Nalgumas destas jurisdições é possível obter isenção da retenção na fonte mediante pedido.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

9. Tributação (continuação)

Política contabilística

Os rendimentos do Fundo Petrolífero obtidos em jurisdições estrangeiras sujeitos a impostos de retenção cobrados nessas jurisdições são registados brutos de impostos de retenção na demonstração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes. Os impostos retidos na fonte, na medida em que não sejam recuperáveis, são apresentados como um item de linha separado na demonstração de resultados e outros rendimentos abrangentes.

Estimativas contabilísticas críticas, pressupostos e juízos de valor

Existem incertezas no que respeita à interpretação de regulamentos fiscais complexos e a alterações na legislação fiscal sobre rendimentos obtidos em jurisdições estrangeiras e à recuperabilidade de montantes retidos. Dada a vasta gama de investimentos internacionais, as diferenças que surgem entre o rendimento real do investimento e os pressupostos feitos, ou alterações futuras a esses pressupostos, podem necessitar de ajustes futuros a despesas fiscais já registadas. O Fundo Petrolífero estabelece provisões, com base em estimativas razoáveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais dos respetivos países em que investe. Os montantes destas provisões baseiam-se em vários fatores, tais como a experiência de auditorias fiscais anteriores e diferentes interpretações de regulamentos fiscais por parte da entidade tributável e da autoridade fiscal responsável. Estas diferenças de interpretação podem surgir numa grande variedade de questões, dependendo das condições prevalentes no domicílio do respetivo investimento. Dado que o Fundo Petrolífero considera remota a probabilidade de litígio e subsequente saída de dinheiro relativamente a impostos, não foi reconhecida qualquer obrigação contingente.

PARTE III: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A demonstração da posição financeira, também conhecida como folha de balanço, apresenta a posição financeira do Fundo Petrolífero no final do seu ano financeiro, a 31 de dezembro. A demonstração da posição financeira inclui três componentes principais: ativos, passivos e capital.

Um ativo é algo que o Fundo Petrolífero possui ou controla de modo a obter benefícios económicos do seu uso. Os principais ativos do Fundo Petrolífero são obrigações e títulos (ações).

Um passivo é uma obrigação que o Fundo Petrolífero deve a outra parte e que em circunstâncias normais é liquidada em dinheiro ou através de outros recursos financeiros.

O capital é a riqueza líquida do Fundo Petrolífero que pertence ao seu proprietário final, a República Democrática de Timor-Leste.

A declaração de posição financeira apresenta ativos e passivos por ordem decrescente de liquidez e não distingue entre itens correntes e não correntes.

10. Gestão dos riscos

O programa global de gestão de risco do Fundo Petrolífero procura maximizar os retornos derivados do nível de risco a que o Fundo Petrolífero está exposto e procura minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho do Fundo Petrolífero. Os riscos específicos são geridos da seguinte forma:

10.1. Risco financeiro

As atividades do Fundo Petrolífero expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, sendo eles o risco de mercado (incluindo risco de preço de ações, risco de taxa de juro e risco cambial), risco de crédito e risco de liquidez.

Os riscos financeiros associados ao Fundo Petrolífero são monitorizados pela Divisão de Gestão de Risco do Departamento de Gestão do Fundo Petrolífero no BCTL, que prepara relatórios de gestão diários para a direção e relatórios trimestrais para o Ministério das Finanças. O Fundo Petrolífero está sujeito a auditorias periódicas por parte do Gabinete de Auditoria Interna do BCTL, que tem independência operacional relativamente à gestão do Fundo Petrolífero. O Gabinete de Auditoria Interna apresenta relatórios mensais formais ao Governador e relatórios semestrais ao Conselho Diretivo do BCTL.

10.2. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que movimentos em fatores de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juro, *spreads* de crédito e preços de ações, reduzam os rendimentos do Fundo Petrolífero ou o valor das suas carteiras.

O objetivo da gestão deste risco é gerir e controlar as exposições de mercado, incluindo por exemplo o uso de índices de referência conservadores e de erros de seguimento nos mandatos dos gestores, de modo a otimizar o retorno sobre o risco ao mesmo tempo que se assegura a solvência.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

10. Gestão dos riscos (continuação)

10.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de o emissor de um instrumento de dívida não ser capaz de reembolsar o principal e/ou os juros nas datas de vencimento.

O Fundo Petrolífero gere o risco de crédito associado a instrumentos de dívida privada exigindo que os emissores cumpram determinados requisitos, incluindo, entre outras coisas, que o emissor forneça declarações financeiras e de fluxo de caixa regulares, e que mantenha projeções de fluxo de caixa acumuladas muito para além dos reembolsos pendentes de principal e juros.

10.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Fundo Petrolífero não conseguir gerar recursos monetários suficientes para liquidar na totalidade as suas obrigações, que consistem essencialmente em financiar a conta do Orçamento Geral do Estado, ou só o conseguir fazer em termos materialmente desvantajosos.

A Carteira de Liquidez, constituída por investimentos de baixo risco e elevada liquidez, foi concebida para financiar os próximos três anos de levantamentos do Estado. Consequentemente, o risco de liquidez é limitado. Além disso, para gerir este risco, o Ministério das Finanças concordou no Acordo de Gestão em fornecer ao Banco Central uma previsão das futuras necessidades de dinheiro do Governo, incluindo os prazos projetados e os montantes a serem transferidos do Fundo Petrolífero.

Os passivos do Fundo Petrolífero no final do ano eram de 41,4 milhões de US dólares (2022: 29,4 milhões de US dólares) e consistem em passivos derivados, contas a pagar por títulos comprados mas não liquidados no final do ano e taxas de gestão a pagar. Espera-se que estes sejam liquidados no prazo de 30 dias após o final do ano, mas não se considera que criem um risco de liquidez para o Fundo Petrolífero devido ao dinheiro disponível que é suficiente para cobrir estes passivos. O Banco Central monitoriza a posição de liquidez do Fundo Petrolífero numa base diária. Sempre que houver potenciais défices, serão vendidos ativos financeiros para cobrir o défice previsto. O Fundo Petrolífero investe sobretudo em títulos negociáveis e outros instrumentos financeiros que, em condições normais de mercado, são prontamente convertíveis em dinheiro.

11. Caixa e equivalentes de caixas

O Fundo Petrolífero tem uma série de contas bancárias nas quais detém caixa. O excesso de caixa é investido em mercados *overnight* com bancos ou através de acordos de recompra invertida, que podem ser considerados como depósitos *overnight* garantidos.

	<i>Ano terminado em 31/12/2023</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2022</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Dinheiro no banco	159.768.190	190.784.933
Acordos de recompra nocturna inversa	1.906.200.000	1.084.400.000
	2.065.968.190	1.275.184.933

Política contabilística

A caixa inclui depósitos correntes em bancos com maturidades inferiores a 90 dias. Os equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo de elevada liquidez, facilmente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro, sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor e detidos com o objetivo de satisfazer compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda (acordos de compra com acordo de revenda) com um período de maturidade superior a um dia financeiro são registados não como compras de títulos, mas como valores a receber e são inscritos na demonstração da posição financeira ao custo amortizado.

Os juros vencidos sobre acordos de revenda são reconhecidos como juros e proveitos equiparados ao longo da vida de cada acordo, utilizando o método do juro efetivo.

Riscos

A caixa e os equivalentes de caixa não estão sujeitos a um risco significativo de taxa de juro. O risco de crédito é gerido através da detenção de numerário em instituições financeiras com elevada reputação - o Federal Reserve Bank of New York, com uma notação de AA+ da Standard & Poor's (capacidade muito forte para cumprir os seus compromissos financeiros), o JPMorgan Chase Bank N.V., com uma notação de emitente a curto prazo de A-1 da Standard & Poor's (forte capacidade para cumprir os seus compromissos financeiros, mas algo suscetível às condições económicas e a alterações das circunstâncias) e o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS - *Bank for International Settlements*).

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

12. Outras contas a receber

As outras contas a receber são ativos financeiros classificados como empréstimos e contas a receber, incluindo saldos de caixa devidos por intermediários financeiros pela venda de títulos, contas a receber de acordos de recompra invertida com maturidade superior a um dia útil e outros empréstimos e contas a receber de curto prazo, incluindo acréscimos de rendimentos de investimento a receber.

	<i>Ano terminado em 31/12/2023</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2022</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Dividendos a receber	4.561.509	3.842.643
Imposto retido na fonte a receber	7.812.324	5.989.812
Distribuições fiduciárias a receber	451.672	447.451
Contas a receber de corretores	30.036.450	–
Juros a receber	149.289	186.882
Aplicações a receber	–	318.117
Outras contas a receber	9	8
	43.011.253	10.784.913

Política contábilística

Os empréstimos e contas a receber (que não os classificados como detidos para negociação) são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido de quaisquer custos incrementais diretamente atribuíveis de aquisição ou emissão e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

Imparidade de aplicações financeiras

O Fundo Petrolífero monitoriza todos os ativos financeiros que estão sujeitos aos requisitos de imparidade das IFRS para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito o Fundo Petrolífero medirá a provisão para perdas com base na ECL ao longo da vida em vez de 12 meses. A política contábilística do Fundo Petrolífero é não usar o expediente prático de que aplicações financeiras com risco de crédito 'baixo' à data de reporte são consideradas como não tendo tido um aumento significativo no risco de crédito. Como resultado, o Fundo Petrolífero monitoriza todos os ativos financeiros que estão sujeitos a imparidade para detetar um aumento significativo no risco de crédito.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Fundo Petrolífero compara o risco de incumprimento do instrumento financeiro na data de reporte com base na maturidade restante do instrumento com o risco de incumprimento previsto para a maturidade restante na data de reporte atual quando o instrumento financeiro foi reconhecido pela primeira vez. Ao fazer esta avaliação, o Fundo Petrolífero considera tanto informação quantitativa como qualitativa que seja razoável e suportável, incluindo experiência histórica e informação prospetiva que esteja disponível sem custos ou esforços indevidos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, todas as outras contas a receber, os montantes devidos por corretores, o numerário e os depósitos a curto prazo são detidos junto de contrapartes com uma notação de crédito de AA/Aa ou superior e devem ser liquidados no prazo de uma semana. Os decisores do gestor operacional consideram que a probabilidade de incumprimento é próxima de zero, uma vez que as contrapartes têm uma forte capacidade para cumprir as suas obrigações contratuais a curto prazo. Consequentemente, não foi reconhecida qualquer provisão para perdas com base nas perdas de crédito esperadas a 12 meses, uma vez que uma tal imparidade seria totalmente insignificante para o Fundo.

Riscos

As contas a receber, com exceção dos impostos retidos na fonte recuperáveis, estão sujeitas a um risco mínimo e são geralmente pagas num curto espaço de tempo no decurso normal da atividade.

A recuperação de impostos retidos na fonte a receber depende do processamento e aprovação pelas autoridades fiscais competentes.

13. Investimento em instrumentos de dívida privada

Em 2019, o Fundo Petrolífero comprou certos instrumentos de dívida privada emitidos por subsidiárias da Timor Gap, Lda., em relação à compra, em abril de 2019, de interesses e direitos de participação no campo de petróleo e gás Greater Sunrise pela República Democrática de Timor-Leste.

Os instrumentos de dívida têm uma taxa de cupão de 4,5% e são reembolsáveis durante um período de 18 anos com um período de carência de reembolso de 8 anos.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

13. Investimento em instrumentos de dívida privada (continuação)

Política contabilística

Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo Petrolífero, em consulta com um avaliador terceiro, estimou o valor justo do investimento nos instrumentos de dívida privada em 596.795.136 US dólares (2022: 560.757.917 US dólares), usando um modelo de fluxo de caixa descontado com base nos fluxos de caixa contratuais sob os instrumentos de dívida e uma taxa de juro de mercado implícita de 8,15% (2022: 7,95%). A taxa de juro implícita foi estimada utilizando curvas comparáveis, ajustadas em função das diferenças nos termos do instrumento. Se a taxa de desconto aumentasse/diminuísse em 1%, o justo valor do investimento diminuiria e aumentaria em 43,42 milhões de US dólares e 47,74 milhões de US dólares, respetivamente.

O movimento no valor justo para o ano findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está resumido na tabela abaixo:

	<i>Em 31/12/2023</i>	<i>Em 31/12/2022</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Saldo no início do ano	560.757.917	701.353.365
Rendimento de juros	34.469.646	32.985.307
Ganho (perda) do valor justo	1.567.573	(173.580.755)
	596.795.136	560.757.917

Riscos

Os instrumentos de dívida privada detidos pelo Fundo Petrolífero foram emitidos por subsidiárias da Timor Gap, Lda., no pressuposto de que os fluxos financeiros dos seus investimentos no campo de petróleo e gás do Greater Sunrise irão exceder o custo dos direitos adquiridos e os custos de desenvolvimento subsequentes. Existem riscos de que:

- os fluxos de caixa da parte da Timor Gap das receitas de petróleo e gás podem não ser suficientemente grandes para cumprir os reembolsos contratuais
- de capital e/ou juros; ou os fluxos de caixa previstos das receitas do petróleo e do gás podem não se materializar dentro do período de tempo assumido pelo período de carência; ou
- possam ocorrer outros eventos que afetem a capacidade dos emissores para efetuar os reembolsos acordados nos prazos acordados.

O Fundo Petrolífero estabeleceu procedimentos para revisões regulares das previsões financeiras dos emissores, acordos e outras informações que coletivamente fornecem um "sistema de aviso prévio" de que a probabilidade de um ou mais destes riscos se materializarem pode ter aumentado.

Os instrumentos de dívida privada do Timor Gap são denominados em US dólares. Como resultado, não há exposição a risco de moeda estrangeira.

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas

O Fundo Petrolífero investe numa série de instrumentos financeiros com o objetivo de gerar rendimentos. Os investimentos incluem títulos (ações) e juros fixos (obrigações) e um número limitado de instrumentos derivados.

Tipicamente, os contratos derivados servem como componentes da estratégia de investimento do Fundo Petrolífero e são utilizados sobretudo para estruturar e cobrir investimentos, para melhorar o desempenho e reduzir o risco para o Fundo Petrolífero (o Fundo Petrolífero não designa qualquer derivado como um instrumento de cobertura para efeitos de contabilidade de cobertura).

O Fundo Petrolífero usa instrumentos financeiros derivados para cobrir economicamente os seus riscos associados a flutuações de moeda estrangeira. Adicionalmente, os instrumentos financeiros derivados também podem ser usados para fins de negociação quando o gestor de investimentos acredita que isso seria mais eficiente do que investir diretamente nos instrumentos financeiros subjacentes. Os instrumentos derivados refletem muitas vezes, no seu início, apenas uma troca mútua de promessas com pouca ou nenhuma transferência de contrapartidas tangíveis. No entanto, estes instrumentos envolvem frequentemente um elevado grau de alavancagem e são muito voláteis. Um movimento relativamente pequeno no subjacente de um contrato derivado pode ter um impacto significativo nos lucros ou perdas do Fundo Petrolífero. Os derivados do mercado de balcão ("OTC") podem expor o Fundo Petrolífero aos riscos associados à ausência de um mercado de câmbio no qual se possa fechar uma posição aberta. Os gestores de investimento são instruídos a monitorizar de perto a exposição do Fundo Petrolífero a contratos de derivados como parte da gestão global do risco de mercado do Fundo Petrolífero.

A Ministra das Finanças aprovou a utilização de futuros sobre índices de ações, futuros sobre obrigações e taxas de juro, contratos a prazo sobre obrigações e divisas, e *swaps* sobre o IPC dos EUA ao abrigo do Anexo 1 do Acordo de Gestão entre o Ministério das Finanças e o BCTL. No período abrangido pelo relatório, aplicaram-se as alterações 15 (a partir de 1 de julho de 2021) e 16 (a partir de 1 de abril de 2023) do Acordo de Gestão.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

Um resumo dos ativos financeiros detidos à data da posição financeira é o seguinte:

	<i>Em 31/12/2023</i>		<i>Em 31/12/2022</i>	
	<i>USD</i>	<i>% do investimento/ alocação de ativos</i>	<i>USD</i>	<i>% do investimento/ alocação de ativos</i>
Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	Valor justo		Valor justo	
Títulos a juro fixo				
Notas do Tesouro dos Estados Unidos	8.744.300.187	54	9.416.390.896	59
Obrigações do Governo Australiano	131.675.682	1	128.134.799	1
Obrigações do Governo Japonês	119.377.215	1	138.996.792	1
Obrigações do Governo do Reino Unido	128.796.599	1	119.848.312	1
Títulos de Estados Europeus	356.318.218	2	392.640.735	2
Investimento em instrumentos de dívida privada (nota 13)	596.795.136	4	560.757.917	3
Outras obrigações do Estado	522.600.976	3	524.508.302	3
Total de títulos a juro fixo	10.599.864.013	66	11.281.277.753	70
Títulos de ações				
Ações dos Estados Unidos	3.866.368.460	24	3.079.352.750	19
Ações australianas	129.161.365	1	119.518.475	1
Ações japonesas	352.058.244	2	288.927.578	2
Ações do Reino Unido	216.609.151	1	212.770.036	1
Ações europeias	500.839.074	3	416.029.113	3
Ações de outros países	500.079.033	3	466.832.249	3
Total de títulos de ações	5.565.115.327	34	4.583.430.201	29
Títulos do mercado monetário				
Bilhetes do tesouro dos Estados Unidos	–	–	150.382.501	1
Bilhetes do tesouro europeus	21.148.191	–	–	–
Bilhetes do tesouro japoneses	22.707.033	–	–	–
Bilhetes do tesouro de outros países	8.717.488	–	–	–
Total de títulos do mercado monetário	52.572.712	–	150.382.501	1
Derivados				
Futuros sobre ações dos Estados Unidos	31.920	–	–	–
Contratos a prazo em moeda estrangeira	3.211.505	–	1.381.887	–
Total dos derivados	3.243.425	–	1.381.887	–
Total dos ativos financeiros ao valor justo através dos lucros ou perdas	16.220.795.477	100	16.016.472.342	100
Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas				
Derivados				
Futuras de ações dos EUA	–	–	778,604	3
Contratos a prazo em moeda estrangeira	32.963.125	100	26.618.937	97
Total de Derivados	32.963.125	100	27.397.541	100
Total de passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	32.963.125	100	27.397.541	100

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

As transações em ativos financeiros resultantes do investimento de novos fundos, do reequilíbrio periódico da carteira de investimento ou das vendas para gerar dinheiro para transferências orçamentais são resumidas da seguinte forma:

	<i>Em</i> 31/12/2023 <i>USD</i>	<i>Em</i> 31/12/2022 <i>USD</i>
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	16.016.472.342	18.665.502.427
Compras a custo	12.946.352.314	12.593.363.946
Produto das vendas	(13.948.433.913)	(12.923.936.750)
Ganhos (perdas) não realizados líquidos em ativos financeiros/passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	1.206.404.734	(2.318.457.281)
Valor justo final	16.220.795.477	16.016.472.342

A tabela seguinte fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados após o reconhecimento inicial ao valor justo, agrupados em níveis 1 a 3 (ver políticas contabilísticas abaixo para definições dos níveis) com base no grau em que o valor justo é observável.

	<i>Em 31/12/2023</i> <i>USD</i>			
	Preço de mercado cotado (Nível 1)	Técnica de avaliação: entradas observáveis no mercado (Nível 2)	Técnica de avaliação: entradas não observáveis no mercado (Nível 3)	Total
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros designados ao valor justo através de lucros ou perdas				
Títulos de ações	5.565.115.327	–	–	5.565.115.327
Títulos do mercado monetário	52.572.712	–	–	52.572.712
Títulos de juros fixos	10.003.068.877	–	596.795.136	10.599.864.013
Derivados	31.920	3.211.505	–	3.243.425
Total	15.620.788.836	3.211.505	596.795.136	16.220.795.477
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros designados ao valor justo através de lucros ou perdas				
Derivados	–	(32.963.125)	–	(32.963.125)
Total	–	(32.963.125)	–	(32.963.125)

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

	<i>Em 31/12/2022</i>			
	<i>USD</i>			
	Preço de mercado cotado (Nível 1)	Técnica de avaliação: entradas observáveis no mercado (Nível 2)	Técnica de avaliação: entradas não observáveis no mercado (Nível 3)	Total
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros designados ao valor justo através de lucros ou perdas				
Títulos de ações	4.583.430.201	–	–	4.583.430.201
Títulos do mercado monetário	150.382.501	–	–	150.382.501
Títulos de juros fixos	10.720.519.836	–	560.757.917	11.281.277.753
Derivados	–	1.381.887	–	1.381.887
Total	15.454.332.538	1.381.887	560.757.917	16.016.472.342
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros designados ao valor justo através de lucros ou perdas				
Derivados	(778.604)	(26.618.937)	–	(27.397.541)
Total	(778.604)	(26.618.937)	–	(27.397.541)

Não houve transferências entre níveis para o ano terminado em 31 de dezembro de 2023 (2022: nulo). Não houve movimentos em todos os níveis de instrumentos para o ano terminado em 31 de dezembro de 2023 (2022: nulo). Um cronograma detalhado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado está na Nota 24.

A tabela seguinte apresenta os valores justos e montantes nominais dos ativos e passivos derivadas detidos pelo Fundo Petrolífero na data do relatório.

	Em 31/12/2023		Em 31/12/2022	
	<i>Valor justo USD</i>	<i>Valor nominal USD</i>	<i>Valor justo USD</i>	<i>Valor nominal USD</i>
Instrumentos financeiros derivadas				
Futuros de ações	31.920	964.000	(778.604)	25.868.700
Contratos a prazo em moeda estrangeira	(29.751.620)	3.924.201.531	(25.237.050)	4.116.402.237
Total	(29.719.700)	3.925.165.531	(26.015.654)	4.142.270.937

Política contabilística

Reconhecimento

O Fundo Petrolífero reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro quando, e somente quando, se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Como os ativos financeiros publicamente negociados do Fundo Petrolífero são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo não é manter ativos financeiros para coletar fluxos de caixa contratuais, ou é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros, todos os ativos financeiros publicamente negociados são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de resultado (*Fair value through profit or loss - FVTPL*).

Compras ou vendas de ativos financeiros que exigem entrega de ativos dentro do prazo geralmente estabelecido por regulamentação ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Fundo Petrolífero se compromete a comprar ou vender o ativo.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

Ativos e passivos financeiros (medição inicial)

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Todos os custos de transação para tais instrumentos são reconhecidos diretamente no resultado. Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados e registrados ao valor justo se suas características econômicas e riscos não estiverem intimamente relacionados com os do contrato principal e o contrato principal não for classificado como mantido para negociação ou designado ao valor justo por meio de resultado. Derivados embutidos separados do contrato principal são contabilizados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Medição subsequente

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo de instrumentos financeiros avaliados de acordo com o Nível 1 é baseado nos seus preços de mercado cotados na data do balanço patrimonial, sem qualquer dedução para custos futuros estimados de venda. Ativos financeiros mantidos ou um passivo a ser emitido são precificados a preços de oferta atuais, enquanto passivos financeiros mantidos e ativos a serem adquiridos são precificados a preços de procura atuais.

Todas as mudanças no valor justo, exceto receita de juros ou dividendos, são reconhecidas no resultado como parte do ganho líquido de ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado. A receita de juros e dividendos é apresentada separadamente das outras variações de valor justo na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo ou de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- ou os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou o Fundo Petrolífero transferiu os seus direitos de recebê-los ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos recebidos de caixa na íntegra sem atraso substancial a uma terceira parte sob um arranjo de “passagem (*pass through*)”, e
- ou (a) o Fundo Petrolífero transferiu substancialmente todos os riscos e recompensas do ativo ou (b) o Fundo não transferiu nem manteve substancialmente todos os risco e benefícios do ativos, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Fundo Petrolífero tiver transferido os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo (ou tiver entrado em um acordo de passagem) e não tiver transferido nem retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo nem transferido o controle do ativo, o ativo é reconhecido na medida do envolvimento contínuo do Fundo Petrolífero no ativo. Nesse caso, o Fundo Petrolífero também reconhece uma responsabilidade associada. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Fundo Petrolífero manteve.

O Fundo Petrolífero desreconhece um passivo financeiro quando a obrigação sob o passivo é cumprida, cancelada ou expirada.

Compensação

O Fundo Petrolífero compensa ativos financeiros e passivos financeiros se o Fundo Petrolífero tiver um direito legalmente exigível de compensar os valores reconhecidos e os interesses e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Receitas e despesas são apresentadas de forma líquida apenas quando permitido de acordo com as IFRS.

Estimativas contábilísticas críticas

A maneira como os ativos são avaliados pode ter um efeito material sobre a posição financeira e o lucro do Fundo Petrolífero. Para avaliar a confiabilidade e a objetividade do processo de avaliação, o Fundo Petrolífero categoriza o método de avaliação em três níveis, conforme segue:

Nível 1 (Preço de mercado cotado) as medições de valor justo são aquelas derivadas de preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. O Fundo Petrolífero não ajusta os preços cotados para esses instrumentos.

Nível 2 (Técnica de avaliação: entradas observáveis no mercado) as medições de valor justo são aquelas derivadas de entradas diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços). Como os investimentos de nível 2 incluem posições que não são negociadas em mercados ativos e/ou estão sujeitas a restrições de transferência, as avaliações podem ser ajustadas para refletir a iliquidez e/ou a não transferibilidade, geralmente com base nas informações de mercado disponíveis. Instrumentos financeiros que negociam em mercados que não são considerados ativos, mas são avaliados com base em preços de mercado cotados, cotações de revendedores ou fontes alternativas de preços suportadas por entradas observáveis são classificados no nível 2. Os instrumentos de nível 2 incluem derivativos de balcão.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

Nível 3 (Técnica de avaliação: entradas não observáveis no mercado) as medições de valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis no mercado (entradas não observáveis).

Riscos

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como taxas de juros, preços de ações, taxas de câmbio e spreads de crédito (não relacionados a mudanças na condição de crédito do devedor/emissor) afetem o rendimento do Fundo Petrolífero ou o valor justo das suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo da gestão do risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. O risco máximo resultante dos instrumentos financeiros é igual ao seu valor justo. A estratégia do Fundo Petrolífero para a gestão dos riscos de mercado é impulsionada pelos objetivos de investimento do Fundo Petrolífero, incluindo a diversificação de sua carteira de investimentos, especificando *benchmarks* em mandatos de investimento individuais com limites de risco definidos por erros máximos ou alvo de rastreamento.

O risco de mercado do Fundo Petrolífero é, portanto, gerenciado regularmente pelos gestores de investimentos de acordo com esses mandatos de investimento.

(i) Risco do preço de ações

O risco do preço das ações é o risco de alterações desfavoráveis nos valores justos das ações ou derivados ligados a ações como resultado de alterações nos níveis dos índices de ações e no valor das ações individuais. A exposição ao risco do preço de ações resulta dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos de capital e de derivados ligados a ações. O Fundo Petrolífero gere este risco investindo numa variedade de bolsas de valores e limitando a exposição a qualquer empresa ou entidade emitente, excluindo Estados soberanos, a 3% dos ativos líquidos (de acordo com a alínea a) do n.º 5 do artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero). A Lei do Fundo Petrolífero limita os investimentos de capital a não mais de 5% do capital social de um determinado emissor (de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero).

A melhor estimativa do risco de gestão nos lucros ou prejuízos de um ano devido a uma alteração razoavelmente possível dos índices de ações, com todas as outras variáveis mantidas constantes, é indicada no quadro abaixo. Não há efeito sobre "outros rendimentos compreensivos", uma vez que o Fundo Petrolífero não tem ativos classificados como "Ativos financeiros ao valor justo através de outros rendimentos compreensivos" ou instrumentos de cobertura designados. Na prática, os resultados reais de negociação podem diferir da análise de sensibilidade abaixo e a diferença pode ser material. Uma diminuição equivalente em cada um dos índices mostrados abaixo teria resultado num impacto equivalente.

O Fundo Petrolífero gere a sua exposição ao risco do preço de ações através da análise mensal da carteira por sector industrial e país e da avaliação comparativa do desempenho de cada sector/país ao Índice Mundial MSCI, considerando o desempenho do Fundo Petrolífero atribuível à atribuição de ações, à seleção de títulos e ao efeito de interação.

O quadro seguinte resume a sensibilidade do lucro operacional e dos ativos líquidos do Fundo Petrolífero ao risco do preço. A análise baseia-se em movimentos razoavelmente possíveis na referência com todas as outras variáveis mantidas constantes e o valor justo da carteira do Fundo Petrolífero movendo-se de acordo com o movimento na referência. Os movimentos razoavelmente possíveis nas variáveis de risco foram determinados com base nas melhores estimativas dos gestores de investimento, tendo em conta uma série de fatores, incluindo níveis históricos de alterações no índice de mercado, preços de títulos e/ou rendimentos da benchmark e taxas de juro. Contudo, os movimentos reais nas variáveis de risco podem ser maiores ou menores do que o previsto devido a uma série de fatores, incluindo choques de mercado excepcionalmente grandes resultantes de alterações no desempenho das economias, mercados e títulos aos quais a variável está exposta. Como resultado, as variações históricas das variáveis de risco não são um indicador definitivo de variações futuras das variáveis de risco. O quadro abaixo mostra o impacto no lucro operacional/ativos líquidos resultante de uma variação de 10% no preço das ações.

	<i>Risco de preço</i>	
	<i>Impacto nos lucros (perdas) do ano/Ativos líquidos</i>	
	<i>(-10,00%)</i>	<i>(+10,00%)</i>
31 de dezembro de 2023	(556.551.553)	556.551.553
31 de dezembro de 2022	(458.343.020)	458.343.020

A sensibilidade ao risco de preço para 2022 foi revista em relação ao Relatório Anual de 2022.

O Fundo Petrolífero determinou que uma flutuação nos preços das ações de 10% é razoavelmente possível dentro de um período de um ano com base em movimentos históricos nos mercados de ações globais.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

(ii) *Risco de taxa de juro*

O risco de taxa de juro surge da possibilidade de que o valor justo de um investimento ou os fluxos de caixa futuros associados mudem devido a uma alteração no nível absoluto das taxas de juro, no diferencial entre duas taxas, na forma da curva de rendimento ou em qualquer outra relação de taxa de juro.

A maior parte da exposição às taxas de juro surge em investimentos em títulos de juro fixo nos Estados Unidos da América e, em menor medida, no resto do mundo desenvolvido. A maior parte dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos de juro fixo têm taxas de juro fixas e amadurecem dentro de dez anos.

O Fundo Petrolífero gere este risco através de investimentos de acordo com padrões de referência com objetivos de duração especificados e limites de erro de rastreio. Os ativos e o Fundo Petrolífero irão reapreciar ou amadurecer dentro dos períodos seguintes:

	<i>Em 31/12/2023</i>							
	<i>USD</i>							
	Demonstração da posição financeira	Não sensível aos interesses	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Mais de 10 anos
ATIVOS FINANCEIROS								
Caixa e equivalentes de caixa	2.065.968.190	–	2.065.968.190	–	–	–	–	–
Outros a receber	43.011.253	43.011.253	–	–	–	–	–	–
Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	16.220.795.477	5.568.358.752	482.745.152	345.701.673	484.231.180	5.855.942.614	2.443.250.794	1.040.565.312
Total de Ativos	18.329.774.920	5.611.370.005	2.548.713.342	345.701.673	484.231.180	5.855.942.614	2.443.250.794	1.040.565.312
PASSIVOS FINANCEIROS								
Contas a pagar	8.406.820	8.406.820	–	–	–	–	–	–
Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	32.963.125	32.963.125	–	–	–	–	–	–
Total de Passivos	41.369.945	41.369.945	–	–	–	–	–	–

	<i>Em 31/12/2022</i>							
	<i>USD</i>							
	Demonstração da posição financeira	Não sensível aos interesses	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Mais de 10 anos
ATIVOS FINANCEIROS								
Caixa e equivalentes e caixa	1.275.184.933	–	1.275.184.933	–	–	–	–	–
Outros a receber	10.784.913	10.784.913	–	–	–	–	–	–
Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	16.016.472.342	4.584.812.088	574.543.838	505.305.356	560.261.987	6.992.826.442	1.835.418.800	963.303.831
Total de Ativos	17.302.442.188	4.595.597.001	1.849.728.771	505.305.356	560.261.987	6.992.826.442	1.835.418.800	963.303.831
PASSIVOS FINANCEIROS								
Contas a pagar	2.042.925	2.042.925	–	–	–	–	–	–
Passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas	27.397.541	27.397.541	–	–	–	–	–	–
Total de Passivos	29.440.466	29.440.466	–	–	–	–	–	–

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

A tabela seguinte resume a sensibilidade do lucro operacional e dos ativos líquidos do Fundo Petrolífero atribuíveis ao risco de taxa de juro. A análise baseia-se em movimentos razoavelmente possíveis na referência com todas as outras variáveis mantidas constantes e o valor justo da carteira do Fundo Petrolífero movendo-se de acordo com o movimento na referência. Os movimentos razoavelmente possíveis nas variáveis de risco foram determinados com base nas melhores estimativas dos gestores de investimento, tendo em conta uma série de factores, incluindo níveis históricos de taxas de juro. Contudo, os movimentos reais nas variáveis de risco podem ser maiores ou menores do que o previsto devido a uma série de factores, incluindo choques de mercado excepcionalmente grandes resultantes de alterações no desempenho das economias, mercados e títulos aos quais a variável está exposta. Como resultado, as variações históricas das variáveis de risco não são um indicador definitivo de variações futuras das variáveis de risco.

	<i>Risco de taxa de juro</i>	
	<i>Impacto nos lucros/(perdas) do ano / Ativos líquidos</i>	
	(-1,00%)	(+1,00%)
31 de dezembro de 2023	498.998.290	(498.998.290)
31 de dezembro de 2022	500.648.393	(500.648.393)

*A sensibilidade à taxa de juros para 2022 foi revista em relação ao Relatório Anual de 2022.

O Fundo Petrolífero determinou que uma flutuação nas taxas de juro de +1% / -1% é razoavelmente possível num determinado período de um ano, dado o ambiente económico em que o Fundo Petrolífero opera.

Ao determinar o impacto de um aumento/diminuição dos ativos líquidos resultantes do risco de mercado, a gestão do Fundo Petrolífero considerou períodos anteriores e esperou movimentos futuros da carteira com base em informações de mercado.

(iii) Risco cambial

O risco cambial é o risco de que o valor de um instrumento financeiro flutue devido a alterações nas taxas de câmbio estrangeiras.

O Fundo Petrolífero investe em títulos de rendimento fixo e de capital que são denominados em moedas que não o US dólar. Consequentemente, os ativos do Fundo Petrolífero podem ser afectados favoravelmente ou desfavoravelmente por flutuações nas taxas de câmbio. Por conseguinte, o Fundo Petrolífero está necessariamente sujeito a riscos cambiais. Os ativos do Fundo Petrolífero são de 88% (2022: 91%) em US dólares, pelo que a exposição aos movimentos cambiais é limitada.

Os ativos do Fundo Petrolífero a que o Fundo Petrolífero tinha uma exposição cambial significativa à data da posição financeira, reportados em equivalentes em US dólares, são apresentados na tabela seguinte:

	Em 31/12/2023						
	USD						
	USD	EUR	AUD	GBP	JPY	Outras moedas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.042.894.243	2.107.479	2.528.439	4.206.189	2.934.246	11.297.594	2.065.968.190
Títulos de ações	3.866.368.460	500.839.074	129.161.365	216.609.151	352.058.244	500.079.033	5.565.115.327
Títulos do mercado monetário	-	21.148.191	-	-	22.707.033	8.717.488	52.572.712
Títulos a juro fixo no FVTPL	9.341.095.323	356.318.218	131.675.682	128.796.599	119.377.215	522.600.976	10.599.864.013
Contas a receber	4.269.571	30.404.647	191.226	485.040	490.925	7.169.844	43.011.253
Contas a pagar	(8.403.227)	-	-	-	-	(3.593)	(8.406.820)
Total de exposição física	15.246.224.370	910.817.609	263.556.712	350.096.979	497.567.663	1.049.861.342	18.318.124.675
Futuras	31.920	-	-	-	-	-	31.920
Contratos de câmbio a prazo							
- comprar moeda estrangeira	(1.314.558.224)	(793.871.415)	(260.797.321)	(250.010.820)	(284.380.179)	(1.050.335.190)	(3.953.953.149)
- vender moeda estrangeira	2.607.791.700	396.348.420	130.328.850	125.057.880	141.575.374	523.099.305	3.924.201.529
Total de exposição a derivados	1.293.265.396	(397.522.995)	(130.468.471)	(124.952.940)	(142.804.805)	(527.235.885)	(29.719.700)
Total de exposição líquida	16.539.489.766	513.294.614	133.088.241	225.144.039	354.762.858	522.625.457	18.288.404.975
Exposição (% do património líquido)	90,44%	2,81%	0,73%	1,23%	1,94%	2,85%	100%

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

	<i>Em 31/12/2022</i>						
	<i>USD</i>						
	USD	EUR	AUD	GBP	JPY	Outros Moedas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.256.551.801	2.582.258	1.261.430	1.198.160	2.626.315	10.964.969	1.275.184.933
Títulos de ações	3.079.352.744	416.029.112	119.518.480	212.770.038	288.927.577	466.832.250	4.583.430.201
Títulos do mercado monetário	150.382.501	-	-	-	-	-	150.382.501
Títulos a juro fixo no FVTPL	9.977.148.958	392.640.740	128.134.797	119.848.165	138.996.789	524.508.304	11.281.277.753
Contas a receber	3.603.088	566.191	190.395	437.411	433.606	5.554.222	10.784.913
Contas a pagar	(2.042.925)	-	-	-	-	-	(2.042.925)
Total de exposição física	14.464.996.167	811.818.301	249.105.102	334.253.774	430.984.287	1.007.859.745	17.299.017.376
Futuras	(778.604)	-	-	-	-	-	(778.604)
Contratos de câmbio a prazo							
- comprar moeda estrangeira	(1.408.881.072)	(835.213.929)	(266.677.589)	(259.325.315)	(286.926.372)	(1.084.615.010)	(4.141.639.287)
- vender moeda estrangeira	2.707.566.137	438.106.125	137.935.710	132.800.160	147.159.801	552.834.304	4.116.402.237
Total de exposição a derivados	1.297.906.461	(397.107.804)	(128.741.879)	(126.525.155)	(139.766.571)	(531.780.706)	(26.015.654)
Exposição total líquida	15.762.902.628	414.710.497	120.363.223	207.728.619	291.217.716	476.079.039	17.273.001.722
Exposição (% do património líquido)	15.762.902.628	414.710.497	120.363.223	207.728.619	291.217.716	476.079.039	17.273.001.722
Exposição (% do património líquido)	91,25%	2,40%	0,70%	1,20%	1,69%	2,78%	100%

O Fundo Petrolífero está principalmente exposto ao euro, ao dólar australiano, à libra esterlina e ao iene japonês.

O quadro seguinte detalha a sensibilidade do Fundo Petrolífero a um aumento e diminuição de 10% do US dólar em relação às moedas estrangeiras relevantes. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada na comunicação interna do risco cambial ao pessoal chave da gestão e representa a avaliação da gestão sobre a variação razoavelmente possível das taxas de câmbio estrangeiras. A análise de sensibilidade inclui apenas itens monetários denominados em moeda estrangeira pendentes e ajusta a sua conversão no final do período para uma variação de 10% nas taxas de câmbio estrangeiras. A análise de sensibilidade inclui caixa e equivalentes de caixa, juros a receber e instrumentos de qualificação. Um número negativo abaixo indica uma diminuição no lucro onde o US dólar se fortalece 10% em relação à moeda relevante.

Para um enfraquecimento de 10% do US dólar em relação à moeda relevante, haveria um impacto comparável no lucro, e os saldos abaixo seriam positivos. A análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, permaneçam constantes.

	<i>Em 31/12/2023</i>	<i>Em 31/12/2022</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Impacto do EUR	(51.329.461)	(41.471.050)
Impacto do AUD	(13.308.824)	(12.036.322)
Impacto da libra esterlina	(22.514.404)	(20.772.862)
Impacto do JPY	(35.476.286)	(29.121.772)
Impacto de outras moedas	(52.262.545)	(47.607.904)
Impacto total das moedas	(174.891.520)	(151.009.910)

Isto é principalmente atribuível à exposição pendente em todas as moedas estrangeiras relevantes relacionadas com caixa e equivalentes de caixa, juros a receber e instrumentos de qualificação no Fundo Petrolífero no final do período abrangido pelo relatório.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda que resulta de uma contraparte não cumprir integral e atempadamente os seus compromissos contratuais ou de perdas resultantes da alteração do valor de um instrumento financeiro negociado em resultado de alterações do risco de crédito sobre esse instrumento. Surge principalmente de títulos de juro fixo detidos e também de instrumentos financeiros derivados, caixa e equivalentes de caixa, saldos devidos por corretores e contas a receber de acordos de recompra invertidos. Para efeitos de relatórios de gestão de risco o Fundo Petrolífero considera e consolida todos os elementos de exposição ao risco de crédito reflectindo o facto de a principal concentração a que o Fundo Petrolífero está exposto resultar dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos de Juros Fixos.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

(i) Gestão do risco de crédito

O Artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero prevê amplas restrições quanto à extensão do risco de crédito que pode ser assumido pelo Fundo Petrolífero. Para se qualificar como um investimento elegível, a dívida deve ter uma qualidade de crédito pelo menos igual ao grau de investimento, enquanto que os depósitos só são detidos em instituições financeiras com uma classificação de crédito de pelo menos grau de investimento. A classificação de grau de investimento reflecte a avaliação das agências de classificação de crédito sobre a capacidade de pagamento por parte do emitente. Notações mais elevadas reflectem um menor risco de crédito associado às obrigações. O risco de crédito é também gerido limitando a exposição a qualquer empresa ou emitente (excepto para um Estado soberano) a 3% do valor total do Fundo Petrolífero. Os limites reflectem-se nos mandatos de investimento subjacentes com os gestores e são monitorizados pelo BCTL. A exposição máxima do Fundo Petrolífero ao risco de crédito na data do relatório em relação a cada classe de activo financeiro é o montante transportado desses activos, tal como indicado na demonstração de posição financeira. Os pesos da alocação de activos para os investimentos no mercado financeiro eram de 60% de títulos de juro fixo, 35% de acções globais e 5% em dinheiro no final de Dezembro. As afectações foram ajustadas para separar o investimento do Fundo em dívida privada, que é limitada a 5% do valor total do Fundo ao abrigo da Lei do Fundo Petrolífero. O CAI monitoriza e analisa regularmente a alocação estratégica de activos entre classes de activos, tendo em consideração o perfil de risco desejado do Fundo Petrolífero. A actual alocação estratégica de activos é continuamente monitorizada e discutida nas reuniões do CAI e o CAI considera que este é um nível apropriado dado o actual horizonte de investimento do Fundo Petrolífero.

O mandato no Acordo de Gestão Operacional prescreve que o desempenho do Fundo Petrolífero deve ser medido em relação a índices de referência para uma série de mandatos, restringe o universo de investimento admissível a instrumentos financeiros altamente qualificados e estabelece limites de erro de rastreio que restringem o desvio admissível dos investimentos da carteira em relação ao índice de referência para cada mandato. A perda máxima que o Fundo Petrolífero sofreria com o incumprimento de um único emissor é o montante divulgado abaixo no que respeita a investimentos em títulos do tesouro emitidos pelo Governo dos Estados Unidos e pelos outros governos o investimento na Timor Gap, E.P.

(ii) Concentração da exposição de crédito

As concentrações de risco de crédito surgem quando vários instrumentos financeiros ou contratos são celebrados com a mesma contraparte, ou quando várias contrapartes estão envolvidas em actividades comerciais ou actividades semelhantes nas mesmas regiões geográficas, ou têm características económicas semelhantes que fariam com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais fosse afectada de forma semelhante por alterações nas condições económicas, políticas ou outras.

A atribuição a cada emissor soberano é constantemente monitorizada e quaisquer alterações reais ou previstas ao perfil de risco de crédito de cada país emissor serão consideradas na atribuição. Os títulos emitidos pelo Tesouro dos EUA foram 54% (2022: 58%) dos Investimentos do Fundo Petrolífero medidos ao valor justo através de lucros ou perdas. A diversificação dentro do mandato de obrigações soberanas não americanas é conseguida através da limitação de cada país a um peso máximo de 10% do índice e o peso da zona Euro a 30%.

As concentrações significativas de fim de ano do Fundo Petrolífero de exposição ao crédito por parte da indústria ou país do emissor foram as seguintes:

	<i>Em 31/12/2023</i>	<i>Em 31/12/2022</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Títulos a juro fixo e títulos do mercado monetário		
Ativos financeiros na FVTPL - Emissores soberanos:		
Governo dos Estados Unidos	8.744.300.187	9.566.773.397
Governo da Austrália	131.675.682	128.134.799
Governo do Japão	142.084.248	138.996.792
Governo do Reino Unido	128.796.599	119.848.312
Governos europeus	377.466.409	392.640.735
Governo de Timor-Leste (nota 13)	596.795.136	560.757.917
Governos de outros países	531.318.464	524.508.302
	10.652.436.725	11.431.660.254

(iii) Exposição de crédito por notação de crédito

A tabela seguinte apresenta uma análise dos títulos de dívida do Fundo Petrolífero classificados de acordo com a classificação de crédito do emitente em cada final de período. São avaliadas as classificações de crédito da Standard & Poor's, Moody's Investors Service e Fitch Ratings, sendo aplicada a mais baixa dentre as duas classificações mais altas. Se uma classificação estiver disponível apenas de uma das três agências, essa classificação única se aplica. AAA/Aaa é a classificação mais elevada possível e indica que a entidade tem uma capacidade extremamente forte para pagar juros e capital. AA/Aa2 é uma classificação elevada, indicando uma capacidade muito forte, e A/A2 é uma classificação média superior, indicando uma forte capacidade -

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

14. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas (continuação)

para pagar juros e capital. BBB/Baa2 é a classificação de investimento mais baixa, indicando uma capacidade média de pagamento de juros e de capital. Classificações inferiores a AAA podem ser modificadas por sinais + ou - para indicar a posição relativa dentro das categorias principais. Os títulos do Governo dos Estados Unidos são classificados como AA+/Aa+. Em 31 de dezembro de 2023, a classificação de crédito da S&P era AA+, a classificação de crédito da Moody's era Aaa e a classificação de crédito da Fitch era AA+ (2022: AAA/Aaa).

	<i>Em 31/12/2023</i>	<i>Em 31/12/2022</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Títulos internacionais de juro fixo e títulos do mercado monetário		
Classificação de crédito Standard & Poor's / Moody's		
AAA / Aaa	716.703.363	10.031.625.048
AA / Aa2	8.861.651.408	203.083.615
A / A2	144.197.953	78.255.983
BBB / Baa2	158.869.823	89.375.866
Não classificado	771.014.178	1.029.319.742
Total	10.652.436.725	11.431.660.254

(iv) Exposição de crédito por contraparte como uma percentagem do capital do Fundo Petrolífero

Não mais de 1% (2022: 1%) dos ativos do Fundo Petrolífero está exposto a um único emissor soberano, para além do Governo dos Estados Unidos, todos eles nações desenvolvidas. Os ativos expostos ao Governo dos Estados Unidos ascendiam a 48% (2022: 55%) do capital do Fundo Petrolífero. Uma alteração nas notações de crédito das contrapartes do Fundo Petrolífero pode ter um impacto no desempenho financeiro futuro do Fundo Petrolífero.

(c) Instrumentos financeiros derivados

A Lei do Fundo Petrolífero estabelece limites à utilização de instrumentos financeiros derivados, em que os derivados só podem ser utilizados para reduzir o risco para o Fundo Petrolífero ou para facilitar eficazmente a exposição desejada a um activo e em que o risco decorrente da utilização dos derivados não pode ser superior ao que resultaria da exposição direta aos ativos subjacentes. Como tal, o objectivo da utilização de instrumentos derivados é reduzir os riscos financeiros e os custos associados à implementação da estratégia de investimento. O Fundo Petrolífero não adquire ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivados, para fins especulativos. Os mandatos de investimento individuais estabelecidos pelo IAB incluem regras para a utilização de derivados dentro destes requisitos estatutários.

Os contratos a prazo e futuros são acordos contratuais para comprar ou vender um instrumento financeiro específico a um preço e data específicos no futuro. Os contratos a prazo são contratos personalizados transaccionados no mercado OTC. Os contratos de futuros são transaccionados em montantes padronizados em bolsas regulamentadas e estão sujeitos a requisitos diários de margem de caixa. As principais diferenças no risco associado aos contratos a prazo e de futuros são o risco de crédito e o risco de liquidez. O Fundo Petrolífero tem exposição de crédito às contrapartes dos contratos a prazo. O risco de crédito relacionado com contratos de futuros é considerado mínimo porque a bolsa assegura que estes contratos são sempre honrados. Os contratos a prazo são liquidados brutos e, portanto, considerados como suportando um risco de liquidez mais elevado do que os contratos de futuros que são liquidados numa base líquida. Ambos os tipos de contratos resultam em exposição ao risco de mercado.

15. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são montantes devidos pelo Fundo Petrolífero a terceiros. Um tipo de responsabilidade financeira é o montante a pagar por títulos adquiridos.

Outro tipo de responsabilidades financeiras surge quando os contratos derivados são "sem dinheiro", ou seja, um montante deve ser pago na data de vencimento do contrato derivado. Como um derivado é frequentemente utilizado pelo Fundo Petrolífero para cobertura, um derivado "sem dinheiro" pode ser indicativo de um activo correspondente ter subido de valor.

Em 31 de dezembro de 2023, existiam passivos de instrumentos financeiros designados pelo valor justo através de lucros ou perdas de \$32.963.125 (2022: \$27.397.541).

Política contabilística

Classificação

As responsabilidades financeiras do Fundo Petrolífero são categorizadas pelo valor justo através de lucros ou perdas, salvo indicação em contrário.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

15. Passivos financeiros (continuação)

Os passivos financeiros que não estão ao justo valor através de lucros ou perdas incluem saldos a pagar a intermediários financeiros para a compra de títulos e outras contas a pagar a curto prazo.

PARTE IV: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL

A demonstração das alterações de capital detalha a mudança na riqueza líquida do Fundo Petrolífero ao longo do ano. Normalmente, isto inclui contribuições para o Fundo Petrolífero por participantes no sector petrolífero, levantamentos pelo Governo, reembolsos de impostos e o lucro ou perda líquida dos investimentos do Fundo Petrolífero.

16. Receitas e pagamentos de capital

As receitas e pagamentos de capital reflectem o dinheiro recebido pelo Fundo Petrolífero nos termos da Lei do Fundo Petrolífero e os montantes transferidos para o Orçamento Geral do Estado de acordo com uma dotação aprovada pelo Parlamento Nacional.

As receitas de capital são classificadas na Lei do Fundo Petrolífero da seguinte forma:

- As receitas da alínea a), do n.º 1 do artigo 6.º são as receitas brutas, incluindo receitas fiscais, de Timor-Leste provenientes de quaisquer operações petrolíferas.
- As receitas da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º são montantes recebidos pela Autoridade Nacional do Petróleo nos termos do Tratado do Mar de Timor.
- As receitas da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º são montantes recebidos do investimento do capital do Fundo Petrolífero.
- ao alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º inclui quaisquer outras -receitas relacionadas com o petróleo.

A tabela seguinte mostra as receitas e pagamentos de capital do Fundo Petrolífero.

Mês	Ano terminado em 31/12/2023				
	USD				
	Receitas do artigo 6.º, n.º 1, a)	Receitas do artigo 6.º, n.º 1, b)	Receitas do artigo 6.º, n.º 1, e)	Ao Fundo Consolidado	Total
Janeiro	15.042.718	–	–	–	15.042.718
Fevereiro	1.884.252	–	–	(300.000.000)	(298.115.748)
Março	4.235.487	–	–	–	4.235.487
Abril	1.798.334	308.297.276	–	–	310.095.610
Mai	4.494.688	–	5.333.600	(190.000.000)	(180.171.712)
Junho	2.303.321	9.986.667	–	–	12.289.988
Julho	5.444.934	36.357.759	–	(300.000.000)	(258.197.307)
Agosto	1.629.594	12.145.998	–	–	13.775.592
Setembro	1.407.107	–	–	–	1.407.107
Outubro	1.831.225	–	–	–	1.831.225
Novembro	2.872.656	–	–	(200.000.000)	(197.127.344)
Dezembro	11.633.476	–	–	(100.000.000)	(88.366.524)
Totais	54.577.792	366.787.700	5.333.600	(1.090.000.000)	(663.300.908)
Total de receitas do artigo 6.º, n.º 1			426.699.092		

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

16. Receitas e pagamentos de capital (continuação)

Mês	Ano terminado em 31/12/2022			Ao Fundo Consolidado	Total
	Receitas do artigo 6.º, n.º 1, a)	Receitas do artigo 6.º, n.º 1, b)	Receitas do artigo 6.º, n.º 1, e)		
Janeiro	72.709.695	13.761.706	122.143	–	86.593.544
Fevereiro	15.602.866	354.218.909	125.370	–	369.947.145
Março	56.685.096	20.146.440	90.000	(150.000.000)	(73.078.464)
Abril	13.203.969	11.429.576	–	–	24.633.545
Maio	10.244.861	–	–	(300.000.000)	(289.755.139)
Junho	13.108.042	–	1.074.550	–	14.182.592
Julho	12.056.609	–	–	(104.000.000)	(91.943.391)
Agosto	12.121.795	–	995.800	(300.000.000)	(286.882.405)
Setembro	68.381.669	–	395.250	–	68.776.919
Outubro	78.656.047	–	85.000	(350.000.000)	(271.258.953)
Novembro	98.014.253	174.594.106	–	–	272.608.359
Dezembro	41.010.237	37.522.524	60.030	(200.000.000)	(121.407.209)
Totais	491.795.139	611.673.261	2.948.143	(1.404.000.000)	(297.583.457)
Total de receitas do artigo 6.º, n.º 1			1.106.416.543		

Políticas contabilísticas, estimativas, pressupostos, julgamentos e riscos

Capital

Foram proferidos julgamentos sobre se determinadas transacções devem ser reconhecidas como capital ou receita.

Receitas brutas do Fundo Petrolífero

A Lei do Fundo Petrolífero exige que certas partes depositem impostos e outros pagamentos relacionados com o petróleo a pagar ao Governo de Timor-Leste directamente no Fundo Petrolífero. O Fundo Petrolífero reconhece estas e outras transacções como se segue:

- Os pagamentos efectuados como receitas do Fundo Petrolífero em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º são reconhecidos como aumentos na declaração das alterações de capital do Fundo Petrolífero.
- Os pagamentos efectuados pela Autoridade Designada em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º são reconhecidos como aumentos na declaração das alterações de capital do Fundo Petrolífero.
- Os rendimentos obtidos pelo Fundo Petrolífero a partir do investimento dos seus ativos são reconhecidos na declaração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º.
- Note-se que a principal fonte de receitas de capital está actualmente relacionada com as receitas petrolíferas geradas a partir do Campo Bayu Undan, para o qual se espera que a produção de gás se esgote por volta de 2024. A 6 de março de 2018, os Governos de Timor-Leste e da Austrália assinaram um novo Tratado das Fronteiras Marítimas e, no mesmo ano, iniciaram-se as negociações entre os Governos de Timor-Leste, Austrália e o Consórcio do Greater Sunrise sobre o novo Contrato de Partilha da Produção do Greater Sunrise.
- Espera-se que a data de início da produção do Greater Sunrise se torne mais clara assim que o Contrato de Partilha de Produção e o plano de desenvolvimento forem acordados. Os pagamentos recebidos por Timor-Leste relacionados directamente com recursos do Fundo Petrolífero não abrangidos pelas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei do Fundo Petrolífero são reconhecidos como aumentos na declaração das alterações de capital do Fundo Petrolífero de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º.
- As taxas de gestão pagas a partir das receitas brutas do Fundo Petrolífero nos termos do n.º 2 do artigo 6.º são reconhecidas na declaração de lucros ou perdas e outros rendimentos abrangentes.
- Os contratantes pagam tanto o Imposto sobre o Rendimento como o Imposto sobre o Petróleo Suplementar antecipadamente com base em informações financeiras previstas. Quando o montante do imposto baseado na informação financeira real for inferior ao montante pago com base na previsão, poderá ocorrer um pagamento excessivo do imposto. A fim de verificar e validar o pagamento excessivo de impostos reclamados pelos contratantes, a Autoridade Tributária realiza um exercício de auditoria para verificar o montante do pagamento excessivo reclamado por um contratante. O montante do pagamento excessivo de impostos a reembolsar é determinado após a conclusão da inspecção de auditoria. É possível que futuros reembolsos de impostos possam ser pagas nos próximos anos a partir do Fundo Petrolífero. Os reembolsos de impostos efectuados nos termos do artigo 10.º são reconhecidos como reduções na declaração das alterações de capital do Fundo Petrolífero.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

16. Receitas e pagamentos de capital (continuação)

Transferências para o Fundo Consolidado

O Governo da República Democrática de Timor-Leste ("o Fundo Consolidado") compreende:

- Ministérios, e
- Serviços e entidades da administração indireta.

O Fundo Consolidado é a Conta do Orçamento Geral do Estado no BCTL. As transferências para o Fundo Consolidado são dotações aprovadas pelo Parlamento Nacional de Timor-Leste. Todas as transferências para o Fundo Consolidado são autorizadas e reconhecidas no momento do pagamento ao Fundo Consolidado.

Objectivos da gestão do capital

O Fundo Petrolífero é uma reserva financeira obrigatória estabelecida com o objectivo de atribuir a riqueza financeira obtida a partir de recursos naturais de forma justa e equitativa entre as gerações actuais e futuras de cidadãos timorenses. A estrutura de capital do Fundo Petrolífero consiste unicamente em capital pago, proveniente de receitas petrolíferas e outras fontes, tal como descrito na Nota 16. A Lei do Fundo Petrolífero exige que o Governo calcule anualmente o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) que é definido como o montante máximo que pode ser apropriado do Fundo Petrolífero num ano fiscal e deixa recursos suficientes no Fundo Petrolífero para um montante de igual valor real a ser apropriado em todos os anos fiscais posteriores. O cálculo do ESI é apresentado com o orçamento anual ao Parlamento, que deve ter em consideração o RSE ao determinar o montante de capital a ser apropriado a partir do Fundo Petrolífero. São permitidas transferências para além do RSE, desde que sejam satisfeitas determinadas disposições da Lei do Fundo Petrolífero.

Não houve qualquer alteração durante o ano nestes objectivos e políticas de gestão de capital e o Fundo Petrolífero cumpriu todos os requisitos legislativos relacionados com a gestão do capital do Fundo Petrolífero.

PARTE V: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa apresenta o movimento de fluxos de caixa durante o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro como classificado em actividades operacionais e de financiamento.

Fluxo de caixa geralmente significa movimentos de caixa nas contas bancárias do Fundo Petrolífero e movimentos a curto prazo de investimentos que são altamente líquidos e envolvem um risco muito baixo de mudança de valor.

O fluxo de caixa proveniente de actividades operacionais apresenta o movimento em caixa durante o ano relacionado com as actividades geradoras de receitas do Fundo Petrolífero, nomeadamente o investimento em títulos.

O fluxo de caixa das actividades de financiamento inclui o movimento de caixa resultante das receitas para o Fundo Petrolífero depositadas pelos participantes na exploração dos recursos petrolíferos e transferências do Fundo Petrolífero para o Fundo Consolidado ou para reembolso de impostos.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos com um prazo de vencimento original inferior a 90 dias.

17. Reconciliação dos fluxos de caixa líquidos

	<i>Ano terminado em 31/12/2023 USD</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2022 USD</i>
Lucro (prejuízo) do ano	1.678.704.161	(2.050.438.544)
Ajustamentos do capital circulante:	(198.757.551)	2.663.765.281
Aumento dos ativos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	(33.226.287)	2.171.635
Aumento dos créditos	(1.514.187)	214.246
(Diminuição)/aumento das contas a pagar	8.176.831	750
Diminuição das contas a pagar por títulos adquiridos	1,453,382,967	615,713,368

Política contabilística

Os influxos de dinheiro provenientes de investimentos são apresentados líquidos de impostos retidos na fonte, quando aplicável.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

PARTE VI: DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS

18. Pessoal

O Fundo Petrolífero não empregou qualquer pessoal durante o ano (2022: nulo). O BCTL como gestor operacional do Fundo Petrolífero emprega pessoal, tal como o Ministério das Finanças, o executivo do Fundo Petrolífero.

19. Ativos e passivos contingentes e compromissos

Não havia ativos contingentes, passivos contingentes ou compromissos em 31 de dezembro de 2023 (2022: nulo).

20. Partes relacionadas

A gestão do fundo alarga o processo de tomada de decisão por vários intervenientes para assegurar uma gestão prudente com controlos e equilíbrios.

O Governo, representado pelo Ministro das Finanças, é responsável pela gestão global e estratégia de investimento do Fundo Petrolífero. O Ministro das Finanças é considerado o pessoal chave de gestão do Fundo. Nenhuma remuneração foi paga ao Ministério das Finanças pelo Fundo Petrolífero.

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é o gestor operacional responsável pela gestão operacional do Fundo Petrolífero através da implementação da política de investimento determinada pelo Ministro das Finanças. Ao fazê-lo, o Banco Central assegura que a gestão do Fundo Petrolífero está de acordo com o quadro legal. A administração do BCTL é, em última instância, responsável pelas operações diárias, no entanto, não é remunerada pelo Fundo.

O Conselho Consultivo de Investimento é responsável pelo desenvolvimento de indicadores de desempenho para o Ministro das Finanças e aconselha o Ministro sobre a política de investimento e a gestão do Fundo prestando aconselhamento ao Ministro das Finanças (artigo 16º da Lei do Fundo Petrolífero). Nos termos do n.º 4 do artigo 17.º, o despacho que nomeia os Membros do CAI determina a sua remuneração, em conformidade com a legislação aplicável. As despesas do CAI são apresentadas na tabela sobre o BCTL.

As seguintes partes são consideradas partes relacionadas do Fundo Petrolífero:

O Governo

A parte que exerce o controlo final do Fundo Petrolífero é a República Democrática de Timor-Leste ("o Governo"). O Governo, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 11.º da Lei do Fundo Petrolífero, é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero.

O Fundo Petrolífero recebe receitas em nome do Governo, conforme divulgado na Nota 16. O Governo, através do Orçamento Geral do Estado, assume as despesas do Fundo Petrolífero, incluindo a taxa de auditoria, não cobertas de outra forma pela taxa de gestão.

O Fundo Petrolífero faz transferências para o Fundo Consolidado de Timor-Leste (de acordo com o artigo 7.º da Lei do Fundo Petrolífero) conforme divulgado na declaração das alterações de capital.

Banco Central de Timor-Leste (BCTL)

O BCTL é o gestor operacional do Fundo Petrolífero, em conformidade com o n.º 3 do artigo 11.º da Lei do Fundo Petrolífero.

O gestor operacional é, em particular, responsável pela supervisão dos gestores de investimentos e prestadores de serviços, pela cobrança de dividendos, juros e receitas de títulos vencidos, pelo exercício de opções e, em geral, por qualquer outra operação relativa à administração corrente dos títulos e outros ativos e passivos do Fundo Petrolífero.

Além disso, o BCTL também gere internamente seis (6) carteiras, compostas por quatro (4) carteiras de renda fixa, uma (1) de ações do mercado australiano e uma (1) de dívida privada.

A taxa de gestão cobre a gestão operacional do Fundo Petrolífero que é efectuada pela BCTL em conformidade com as disposições do n.º 3 do artigo 11.º da Lei do Fundo Petrolífero. A taxa de auditoria e as despesas incorridas no Ministério das Finanças relacionadas com a gestão global do Fundo Petrolífero são cobertas directamente pelo Orçamento Geral do Estado. A taxa de gestão paga ao BCTL para o período foi composta da seguinte forma:

	<i>Ano terminado em 31/12/2023</i>	<i>Ano terminado em 31/12/2022</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Custódia e serviços de gestão externa	5.855.910	6.819.831
Despesas do IAB	677.455	287.254
Despesas de funcionamento do BCTL	7.188.017	6.210.821
Total das despesas de gestão	13.721.382	13.317.906
Outras despesas	1.580.593	8.040
Total	15.301.975	13.325.946

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

20. Partes relacionadas (continuação)

O BCTL tinha direito a receber uma taxa de gestão pelos seus respetivos serviços dentro dos parâmetros do Anexo 2 do Acordo de Gestão Operacional atualizado à data de 20 de abril de 2015. No ano corrente, estas taxas ascendem a um agregado de 0,08% (2022: 0,08%) por ano dos ativos líquidos do Fundo Petrolífero a 31 de dezembro de 2023. As despesas de gestão são pagas mensalmente em atraso. O total das despesas de gestão para o ano ascendeu a US\$13.721.382 (2022: US\$13.317.906).

A despesa de gestão a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de US\$229.240 (2022: US\$1.138.526).

Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais

A Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais gere as receitas dos contratos de partilha de produção entre Timor-Leste e a Austrália e transfere a parte de Timor-Leste para o Fundo Petrolífero como receitas da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º, conforme divulgado na Nota 16.

Timor Gap E.P.

Timor Gap E.P., é a empresa petrolífera nacional e tem o mandato de conduzir negócios de petróleo e gás em nome do Governo de Timor-Leste. A Timor Gap está a construir uma empresa petrolífera e de gás integrada para cobrir as actividades de *upstream* e *downstream*, bem como os serviços ao sector.

Durante o ano financeiro de 2019, algumas subsidiárias da Timor Gap E.P., emitiram instrumentos de dívida com um valor nominal de US\$650.000.000 que foram comprados pelo Fundo Petrolífero. Mais detalhes sobre estas transacções são apresentados na Nota 13.

21. Encargos sobre o Fundo Petrolífero

Encargos sobre os ativos do Fundo Petrolífero

Nos termos do artigo 20.º da Lei do Fundo Petrolífero, ónus ou encargos, em qualquer das suas formas, podem ser colocados por contrato ou acordo sobre os ativos do Fundo Petrolífero, até um limite de 10% do valor total do Fundo Petrolífero no momento em que o ónus ou encargo é colocado, desde que tal esteja em conformidade com os princípios das regras gerais de criação, emissão e gestão da dívida pública.

Durante o ano financeiro de 2023 e à data da posição financeira, não havia quaisquer ónus ou encargos sobre os ativos do Fundo Petrolífero.

22. Aplicação das IFRS novas e revistas

Esta nota fornece informações sobre as novas IFRS que foram adoptadas e normas futuras que ainda não são eficazes.

22.1. IFRS novas e revistas aplicadas sem efeito material nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras adoptaram todas as IFRS novas e revistas que são relevantes sem impacto material.

22.2. Adopção das IFRS que ainda não são eficazes

Foram publicadas algumas novas normas e interpretações contabilísticas que não são obrigatórias para os períodos de relatório de 31 de dezembro de 2020 e que não foram adoptadas antecipadamente pelo Fundo Petrolífero. Não se espera que estas normas tenham um impacto material na entidade nos períodos de reporte actuais ou futuros e nas transacções futuras previsíveis.

23. Eventos subsequentes

Não ocorreram acontecimentos subsequentes após a data do relatório mas antes da emissão das demonstrações financeiras que tenham um efeito material nas demonstrações financeiras e que, por conseguinte, exijam ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

PARTE VII: LISTA DOS ATIVOS FINANCEIROS

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados

(a) Títulos de juros fixos – emitidos por Estados soberanos e supranacionais

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Estados Unidos					
EUA 0% 02/24	161.200.000	160.490.720	EUA 0,25% 07/29	20.000.000	22.296.682
EUA 0,5% 04/24	40.000.000	48.232.723	EUA 2,5% 01/29	13.650.000	20.474.644
EUA 2,375% 08/24	134.500.000	133.510.439	EUA 0,125% 01/30	71.300.000	77.474.057
EUA 2,25% 11/24	170.000.000	166.688.809	EUA 0,125% 07/30	74.000.000	80.442.830
EUA 2,25% 01/24	187.300.000	188.597.506	EUA 0,625% 08/30	202.200.000	164.741.145
EUA 0,25% 01/25	26.000.000	32.825.259	EUA 1,5% 02/30	207.500.000	182.203.185
EUA 0,375% 07/25	39.750.000	50.065.492	EUA 0,125% 01/31	101.200.000	107.077.334
EUA 0,125% 04/25	90.200.000	103.649.393	EUA 0,125% 07/31	59.300.000	60.709.894
EUA 0,125% 10/25	20.400.000	23.272.975	EUA 1,125% 02/31	137.900.000	115.883.309
EUA 1,5% 02/25	131.000.000	127.172.567	EUA 1,25% 08/31	125.900.000	104.958.647
EUA FLT 01/25	25.000.000	25.238.655	EUA 0,125% 01/32	37.000.000	36.190.456
EUA 0,125% 04/26	30.000.000	33.524.286	EUA 0,625% 07/32	71.300.000	69.393.482
EUA 0,125% 07/26	18.000.000	22.038.705	EUA 1,875% 02/32	124.800.000	108.377.608
EUA 0,125% 10/26	22.700.000	24.291.449	EUA 3,375% 04/32	6.000.000	11.739.539
EUA 0,625% 01/26	51.700.000	64.806.199	EUA 2,75% 08/32	107.000.000	99.288.112
EUA 0,75% 04/26	354.600.000	328.624.211	EUA 1,125% 01/33	41.050.000	40.454.543
EUA 2% 01/26	7.200.000	11.180.672	EUA 3,5% 02/33	97.000.000	95.531.491
EUA 0,125% 04/27	23.700.000	24.292.577	EUA 1,375% 07/33	52.300.000	51.871.694
EUA 0,375% 01/27	16.400.000	19.899.655	EUA 3,875% 08/33	72.300.000	73.414.706
EUA 0,375% 07/27	29.000.000	34.751.520			8.744.300.187
EUA 1,625% 10/27	33.400.000	34.579.110	Austrália		
EUA 2,375% 01/27	7.000.000	10.898.686	Austrália 2,75% 04/24	22.120.000	15.105.956
EUA 4,125% 10/27	1.167.000.000	1.183.404.926	Austrália 0,25% 11/25	2.500.000	1.599.021
EUA 2,75% 04/27	1.426.700.000	1.379.881.507	Austrália 3,70% 06/25	12.500.000	8.471.089
EUA 2,375% 10/28	18.600.000	19.362.376	Austrália 4,75% 04/27	13.713.000	9.773.589
EUA 3,625% 04/28	5.500.000	11.300.693	Austrália 2,75% 11/27	6.573.000	4.358.910
EUA 4,875% 10/28	936.500.000	986.272.467	Austrália 3,30% 07/28	15.000.000	9.954.550
EUA 0,5% 01/28	44.900.000	53.179.197	Austrália 3,45% 07/28	10.000.000	15.867.590
EUA 0,75% 07/28	8.500.000	10.018.884	Austrália 3,25% 04/29	23.594.000	5.518.222
EUA 1,25% 04/28	93.450.000	93.719.051	Austrália 2,75% 11/29	8.497.000	5.590.613
EUA 1,75% 01/28	7.000.000	10.310.441	Austrália 1,75% 11/32	37.500.000	21.465.652
EUA 3,5% 04/28	1.300.000.000	1.288.199.222	Austrália 4,50% 04/33	12.640.000	9.066.866
EUA 0,875% 01/29	41.000.000	48.080.228	Austrália 3,75% 04/37	11.289.000	7.492.887
EUA 1,625% 08/29	196.400.000	176.162.594	Austrália 2,75% 05/41	10.000.000	6.688.463
EUA 2,625% 02/29	293.700.000	279.724.309	Austrália 3,00% 03/47	19.272.000	10.722.274
EUA 3,875% 04/29	6.500.000	13.529.326			131.675.682

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Japão			Áustria		
Japão 0,1% 12/26	314.500.000	2.233.608	Áustria 0% 07/24	725.000	786.039
Japão 2,1% 03/27	99.100.000	752.765	Áustria 4,85% 03/26	2.438.000	2.931.492
Japão 0,4% 09/28	2.000.000.000	14.322.581	Áustria 6,25% 07/27	195.000	249.691
Japão 0,1% 12/29	1.500.000.000	10.537.802	Áustria 0,5% 04/27	60.000	62.687
Japão 0,1% 09/30	990.000.000	6.915.479	Áustria 0,5% 02/29	2.764.000	2.794.329
Japão 0,1% 12/30	700.000.000	4.876.777	Áustria 2,4% 05/34	1.255.000	1.377.026
Japão 0,1% 09/31	1.000.000.000	6.907.166	Áustria 4,15% 03/37	1.624.000	2.115.118
Japão 0,2% 03/32	890.000.000	6.167.277	Áustria 0% 10/40	1.800.000	1.242.880
Japão 1,6% 03/33	501.650.000	3.899.815	Áustria 3,8% 01/62	153.000	208.043
Japão 1,7% 06/33	714.500.000	5.586.049	Áustria 2,1% 09/17	124.000	107.601
Japão 0,5% 03/33	2.200.000.000	15.511.279			11.874.906
Japão 0,5% 09/36	550.000.000	3.722.862	Bélgica		
Japão 0,2% 06/36	453.350.000	2.960.428	Bélgica 0,5% 10/24	2.845.000	3.078.900
Japão 2,3% 03/39	438.900.000	3.651.887	Bélgica 4,5% 03/26	1.034.000	1.231.785
Japão 2,3% 03/40	38.750.000	321.712	Bélgica 0,8% 06/27	2.640.000	2.787.351
Japão 2% 09/40	43.550.000	346.569	Bélgica 5,5% 03/28	559.000	723.462
Japão 0,4% 06/40	600.000.000	3.747.815	Bélgica 0,9% 06/29	770.000	794.941
Japão 2,2% 03/41	1.163.050.000	9.493.140	Bélgica 3% 06/34	5.100.000	5.889.114
Japão 1,9% 09/42	164.350.000	1.279.316	Bélgica 4,25% 03/41	3.622.400	4.807.079
Japão 0,3% 06/46	656.000.000	3.597.105	Bélgica 3,75% 06/45	892.000	1.108.737
Japão 0,8% 09/47	72.850.000	442.974			20.421.369
Japão 0,4% 03/50	160.000.000	844.703	Finlândia		
Japão 0,7% 12/51	400.000.000	2.245.340	Finlândia 0,5% 09/29	2.290.000	2.290.977
Japão 0,7% 06/51	150.000.000	845.897	Finlândia 0,125% 09/31	7.000.000	6.486.595
Japão 2% 03/52	91.750.000	706.720	Finlândia 2,625% 07/42	250.000	272.036
Japão 1,3% 06/52	1.000.000.000	6.541.406			9.049.608
Japão 0,4% 03/56	189.300.000	918.743	França		
		119.377.215	França 0,75% 11/28	1.000.000	1.031.244
Reino Unido			França 0,5% 05/29	5.326.000	5.388.923
RU 1% 04/24	5.028.000	6.344.926	França 0% 11/30	6.500.000	6.138.015
RU 0,625% 06/25	10.000.000	12.153.026	França 5,75% 10/32	1.126.000	1.578.108
RU 0,375% 10/26	6.400.000	7.485.376	França 2% 11/32	11.000.000	11.742.408
RU 1,25% 07/27	6.400.000	7.620.752	França 0% 05/32	7.000.000	6.336.438
RU 0,5% 01/29	8.000.000	8.876.479	França 3,5% 11/33	5.000.000	6.002.438
RU 0,375% 10/30	3.500.000	3.660.458	França 1,25% 05/34	3.200.000	3.139.142
RU 0,25% 07/31	3.500.000	3.532.964	França 1,25% 05/36	809.000	764.615
RU 4,25% 06/32	734.000	993.568	França 4% 10/38	798.124	1.017.432
RU 4,25% 03/36	1.407.120	1.906.997	França 1,75% 06/39	1.970.000	1.916.120
RU 1,75% 09/37	4.800.000	4.781.795	França 3,25% 05/45	8.000.000	9.419.610
RU 4,75% 12/38	700.000	976.200	França 2% 05/48	165.000	153.457
RU 4,25% 09/39	2.106.000	2.805.023	França 0,75% 05/52	6.000.000	3.840.727
RU 1,125% 01/39	8.000.000	6.985.359	França 4% 04/55	7.214.000	9.658.136
RU 4,25% 12/40	2.372.300	3.117.084	França 1,75% 05/66	626.000	503.943
RU 3,25% 01/44	11.835.000	13.515.372			68.630.756
RU 3,5% 01/45	11.091.000	13.102.858	Alemanha		
RU 4,25% 12/46	3.881.000	5.043.534	Alemanha 1,3% 10/27	14.000.000	15.138.021
RU 1,5% 07/47	8.961.000	7.009.433	Alemanha 0,0% 08/30	5.100.000	4.981.612
RU 3,75% 07/52	12.766.500	15.559.404	Alemanha 1,7% 08/32	5.400.000	5.883.187
RU 1,625% 10/54	1.000.000	733.598	Alemanha 4,75% 07/34	100	141
RU 2,5% 07/65	1.024.000	927.960	Alemanha 0,0% 05/35	500.000	435.718
RU 3,5% 07/68	1.900	2.217	Alemanha 1,0% 05/38	4.000.000	3.789.707
RU 1,625% 10/71	2.500.000	1.662.216	Alemanha 2,5% 07/44	4.080.039	4.720.032
		128.796.599	Alemanha 2,5% 08/46	4.224.000	4.897.032
			Alemanha 0,0% 08/52	6.500.000	3.833.020
					43.678.470

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Irlanda			Portugal		
Irlanda 1% 05/26	2.210.000	2.385.082	Portugal 0,70% 10/27	3.000.000	3.139.708
Irlanda 1,1% 05/29	1.265.000	1.331.443	Portugal 1,95% 6/29	1.925.000	2.113.705
Irlanda 0,4% 05/35	1.885.000	1.663.323			5.253.413
Irlanda 1,7% 05/37	610.000	610.522	Eslovênia		
Irlanda 1,5% 05/50	298.000	252.649	Slovênia 3,125% 8/45	245.000	271.490
		6.243.019			271.490
Itália			Espanha		
Itália 0,35% 02/25	5.698.000	6.110.695	Espanha 4,65% 07/25	5.640.000	6.520.820
Itália 1,45% 05/25	14.000.000	15.165.205	Espanha 1,45% 04/29	10.035.000	10.588.613
Itália 3,6% 09/25	14.000.000	15.766.309	Espanha 1,25% 10/30	21.609.000	21.761.440
Itália 2,5% 11/25	7.665.000	8.436.706	Espanha 4,9% 07/40	860.000	1.148.959
Itália 0,85% 01/27	800.000	837.668	Espanha 4,7% 07/41	2.164.000	2.852.573
Itália 2,2% 06/27	11.410.000	12.376.596	Espanha 2,9% 10/46	703.000	708.629
Itália 2,05% 08/27	1.269.000	1.376.923	Espanha 3,45% 07/66	710.000	741.956
Itália 0,95% 09/27	2.000.000	2.070.067			44.322.990
Itália 6,5% 11/27	872.000	1.099.449	Canadá		
Itália 0,25% 03/28	3.000.000	2.978.716	Canadá 2,25% 03/24	32.080.000	24.403.293
Itália 4,75% 09/28	840.000	1.013.585	Canadá 0,25% 04/24	6.000.000	4.503.095
Itália 1,35% 04/30	9.150.000	9.092.481	Canadá 2,5% 06/24	5.500.000	4.137.193
Itália 6% 05/31	1.557.000	2.038.911	Canadá 1,5% 09/24	4.665.000	3.482.525
Itália 4,4% 05/33	5.000.000	6.005.975	Canadá 0,625% 09/25	20.000.000	14.312.486
Itália 2,45% 09/33	1.202.000	1.217.166	Canadá 0,875% 08/27	10.000.000	6.887.718
Itália 4,35% 11/33	7.000.000	8.222.174	Canadá 1,5% 12/31	4.000.000	2.696.478
Itália 3,35% 03/35	7.430.000	7.983.556	Canadá 5,75% 06/33	6.447.000	5.958.823
Itália 3,1% 03/40	1.855.000	1.835.196	Canadá 5% 06/37	21.600.000	19.790.170
Itália 5% 09/40	1.610.000	1.994.409	Canadá 4% 06/41	19.655.000	16.742.483
Itália 1,8% 03/41	18.000.000	14.450.578	Canadá 3,5% 12/45	3.331.000	2.703.608
Itália 3,85% 09/49	339.000	358.413	Canadá 2,75% 12/48	2.825.000	2.037.564
Itália 2,45% 09/50	4.260.000	3.477.506	Canadá 2% 12/51	12.000.000	7.340.317
Itália 2,8% 03/67	1.500.000	1.227.163	Canadá 2,75% 12/64	2.545.000	1.834.241
		125.135.447			116.829.994
Luxemburgo			Dinamarca		
Luxemburgo 0% 03/31	12.000.000	11.165.412	Dinamarca 7% 11/24	4.882.000	753.529
		11.165.412	Dinamarca 1,75% 11/25	109.158.000	16.002.252
Holanda			Dinamarca 0,5% 11/27	81.174.000	11.335.023
Holanda 5,5% 01/28	2.444.000	3.185.858	Dinamarca 0,5% 11/29	70.000.000	9.479.239
Holanda 0,25% 07/29	645.000	644.293	Dinamarca 0% 11/31	51.500.000	6.457.933
Holanda 2,5% 01/33	3.327.000	3.831.075	Dinamarca 4,5% 11/39	144.817.200	27.510.585
Holanda 0,5% 01/40	2.871.000	2.366.721	Dinamarca 0,25% 11/52	30.000.000	2.525.902
Holanda 2,75% 01/47	205.000	243.391			74.064.463
		10.271.338	Hong Kong		
			Hong Kong 1,25% 06/27	47.000.000	5.665.981
			Hong Kong 2,49% 08/28	10.350.000	1.309.914
					6.975.895

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Nova Zelândia			Suécia		
NZ 0,5% 05/26	22.000.000	12.720.593	Suécia 2,5% 05/25	124.610.000	12.494.555
NZ 4% 05/27	15.000.000	9.378.213	Suécia 0,75% 05/28	65.000.000	6.130.710
NZ 3% 04/29	10.246.000	6.172.322	Suécia 0,75% 11/29	81.790.000	7.567.926
NZ 4,5% 05/30	7.000.000	4.528.139	Suécia 2,25% 06/32	19.175.000	1.964.608
NZ 1,5% 05/31	21.935.000	11.496.146	Suécia 3,5% 03/39	58.910.000	6.983.711
NZ 3,5% 04/33	12.019.000	7.185.773	Suécia 0,5% 11/45	75.000.000	5.253.382
NZ 2,75% 04/37	21.984.000	11.522.443			40.394.892
NZ 2,75% 05/51	5.000.000	2.269.403	Suíça		
		65.273.032	Suíça 0% 06/29	24.375.000	27.826.163
Noruega			Suíça 0% 06/34	17.000.000	18.785.338
Noruega 3% 03/24	39.160.000	3.935.327	Suíça 0% 07/39	11.000.000	11.753.617
Noruega 1,75% 03/25	51.060.000	4.974.675	Suíça 0,5% 06/45	17.000.000	19.660.578
Noruega 2% 04/28	220.000.000	20.880.658	Suíça 0,5% 05/58	2.000.000	2.379.766
Noruega 1,75% 09/29	34.390.000	3.139.008			80.405.462
Noruega 1,375% 08/30	34.474.000	3.027.049	Timor-Leste		
		35.956.717	TL Debt Ins1 4,5% 4/37	143.000.000	131.294.930
Singapura			TL Debt Ins2 4,5% 4/37	279.650.000	256.759.630
Singapura 3% 09/24	15.519.000	11.823.134	TL Debt Ins3 4,5% 4/37	226.600.000	208.051.966
Singapura 3,5% 03/27	24.701.000	19.287.992	TL Debt Ins4 4,5% 4/37	750.000	688.610
Singapura 2,875% 09/30	18.137.000	13.985.138			596.795.136
Singapura 1,625% 07/31	23.500.000	16.632.695			
Singapura 3,375% 09/33	9.020.000	7.299.436	Total de títulos de rendimento fixo		10.599.864.013
Singapura 2,25% 08/36	15.000.000	10.886.452			
Singapura 2,75% 04/42	7.924.000	6.039.940			
Singapura 2,75% 03/46	13.582.000	10.344.983			
Singapura 1,875% 10/51	10.000.000	6.400.751			
		102.700.521			

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

(b) Títulos de ações

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Estados Unidos			APA Corp.	29.402	1.054.650
3M Co.	65.169	7.122.971	Apollo Global Mgmt, Inc.	26.491	2.468.166
A O Smith Corp.	34.077	2.809.308	Apple, Inc.	1.413.428	272.070.756
Abbott Laboratories	168.241	18.521.652	Applied Materials, Inc.	79.482	12.880.853
AbbVie, Inc.	164.023	25.421.925	Aptiv plc	19.330	1.734.288
Accenture plc	61.654	21.646.719	Arch Capital Group Ltd.	46.542	3.456.674
Adobe, Inc.	42.276	25.226.089	Archer-Daniels-Midland Co.	52.162	3.766.096
Advanced Micro Devices, Inc.	130.052	19.172.266	Ares Management Corp.	10.569	1.256.654
AECOM	8.586	793.604	Arista Networks, Inc.	32.589	7.672.754
AerCap Holdings NV	15.475	1.149.793	Armstrong World Industries	3.996	392.927
AES Corp. (The)	56.825	1.093.881	Array Technologies, Inc.	22.821	383.393
Aflac, Inc.	55.494	4.578.255	Arthur J Gallagher & Co.	16.882	3.795.411
Agilent Technologies, Inc.	28.169	3.915.773	Aspen Technology, Inc.	2.056	452.505
Air Products and Chemicals	19.655	5.381.539	Assurant, Inc.	4.033	679.440
Airbnb, Inc.	36.757	5.005.201	Assured Guaranty Ltd.	4.793	358.564
Akamai Technologies, Inc.	12.367	1.463.634	AT&T, Inc.	666.876	11.203.517
Albemarle Corp.	7.784	1.124.243	ATI, Inc.	14.730	669.037
Albertsons Cos., Inc.	22.916	526.839	Atkore, Inc.	5.160	825.548
Alexandria Real Estate Equities, Inc.	11.902	1.508.936	Atlassian Corp.	9.930	2.360.460
Align Technology, Inc.	6.535	1.790.850	Atmos Energy Corp.	13.159	1.525.128
Allegion plc	14.179	1.796.196	Autodesk, Inc.	18.899	4.601.529
Alliant Energy Corp.	20.210	1.036.570	Automatic Data Processing, Inc.	38.840	9.048.166
Allstate Corp. (The)	25.285	3.540.910	AutoZone, Inc.	2.065	5.333.461
Ally Financial, Inc.	24.783	865.175	AvalonBay Communities, Inc.	12.076	2.260.506
Alnylam Pharmaceuticals, Inc.	8.309	1.590.343	Avantor, Inc.	47.540	1.085.338
Alphabet, Inc.	1.130.193	158.544.128	Avery Dennison Corp.	6.744	1.363.367
Altria Group, Inc.	141.862	5.721.294	Axcelis Technologies, Inc.	2.008	260.297
Amazon.com, Inc.	756.064	114.876.364	Axon Enterprise, Inc.	4.613	1.191.722
Amcor plc	119.140	1.148.510	Baker Hughes Co.	66.805	2.283.395
Amdocs Ltd.	4.160	365.622	Ball Corp.	24.653	1.418.041
Ameren Corp.	17.794	1.286.862	Bank of America Corp.	692.037	23.293.965
American Electric Power Co.	42.313	3.435.816	Bank of New York Mellon	107.849	5.611.383
American Express Co.	55.473	10.392.312	Bath & Body Works, Inc.	17.829	769.143
American Financial Group, Inc.	6.825	812.107	Baxter International, Inc.	38.969	1.506.152
American Homes 4 Rent	21.076	757.893	Becton Dickinson & Co.	22.776	5.554.155
American International Group	83.443	5.652.429	Bentley Systems, Inc.	13.855	722.815
American Tower Corp.	37.017	7.997.523	Berkshire Hathaway, Inc.	135.790	48.467.525
American Water Works Co.	14.944	1.972.459	Best Buy Co., Inc.	16.626	1.300.652
Ameriprise Financial, Inc.	9.147	3.474.579	BILL Holdings, Inc.	6.185	504.387
AMETEK, Inc.	20.264	3.341.331	Biogen, Inc.	12.156	3.145.487
Amgen, Inc.	52.862	15.225.313	BioMarin Pharmaceutical, Inc.	11.794	1.137.060
Amphenol Corp.	45.833	4.544.800	Bio-Rad Laboratories, Inc.	1.876	605.742
Analog Devices, Inc.	44.287	8.793.627	Bio-Techne Corp.	12.860	992.278
Annaly Capital Mgmt, Inc.	36.102	699.296	BlackRock, Inc.	12.453	10.117.938
ANSYS, Inc.	6.419	2.329.198	Blackstone, Inc.	48.958	6.410.071
Aon plc	22.442	6.528.602	Block, Inc.	49.319	3.814.331

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Boeing Co. (The)	39.485	10.296.898	Chipotle Mexican Grill, Inc.	1.902	4.344.491
Booking Holdings, Inc.	3.073	10.883.613	Chubb Ltd.	41.653	9.413.995
Booz Allen Hamilton Holding	11.483	1.468.446	Church & Dwight Co., Inc.	28.914	2.734.686
Borg Warner, Inc.	21.498	770.703	Cigna Group (The)	23.604	7.069.634
Boston Properties, Inc.	13.557	951.159	Cincinnati Financial Corp.	13.298	1.375.678
Boston Scientific Corp.	110.125	6.366.326	Cintas Corp.	11.032	6.648.545
Bristol-Myers Squibb Co.	187.028	9.592.666	Cisco Systems, Inc.	407.224	20.572.956
Broadcom, Inc.	41.233	46.031.697	Citigroup, Inc.	175.149	9.013.168
Broadridge Financial Solutions	9.168	1.886.958	Citizens Financial Group, Inc.	35.466	1.175.343
Brown & Brown, Inc.	22.907	1.629.146	Cleveland-Cliffs, Inc.	37.877	773.448
Brown-Forman Corp.	26.561	1.515.836	Clorox Co. (The)	11.014	1.569.825
Builders First Source, Inc.	13.529	2.260.019	Cloudflare, Inc.	23.590	1.963.868
Bunge Global SA	11.330	1.143.537	CME Group, Inc.	32.404	6.824.606
Burlington Stores, Inc.	4.199	815.950	CMS Energy Corp.	18.852	1.094.359
Cadence Design Systems, Inc.	29.504	8.034.529	Coca-Cola Co. (The)	454.916	26.799.102
Caesars Entertainment, Inc.	14.177	664.618	Coca-Cola Europacific Partners	17.107	1.141.721
Camden Property Trust	7.311	725.982	Cognizant Tech Solutions	45.281	3.420.074
Campbell Soup Co.	16.495	712.914	Coinbase Global, Inc.	25.531	4.440.096
Canadian Pacific Kansas Cit	20.864	1.649.925	Colgate-Palmolive Co.	108.643	8.659.933
Capital One Financial Corp.	29.770	3.902.549	Comcast Corp.	424.318	18.614.831
Cardinal Health, Inc.	19.998	2.015.398	Conagra Brands, Inc.	37.996	1.088.965
Carlisle Cos., Inc.	5.139	1.605.321	Contra Abiomed Inc.	1.900	66.500
Carlyle Group, Inc.(The)	15.199	618.447	Confluent, Inc.	11.523	269.408
Car Max, Inc.	13.352	1.024.232	ConocoPhillips	119.003	13.811.488
Carnival Corp.	113.941	2.113.606	Consolidated Edison, Inc.	28.740	2.614.190
Carrier Global Corp.	64.723	3.718.336	Constellation Brands, Inc.	13.301	3.217.645
Catalent, Inc.	11.108	499.082	Constellation Energy Corp.	22.082	2.580.944
Caterpillar, Inc.	49.765	14.717.501	Cooper Cos., Inc. (The)	3.832	1.450.489
Choe Global Markets, Inc.	9.979	1.781.551	Copart, Inc.	100.704	4.934.496
CBRE Group, Inc.	25.954	2.416.836	Corning, Inc.	61.646	1.876.504
CDW Corp.	10.818	2.459.148	Corteva, Inc.	57.209	2.741.455
Celanese Corp.	8.966	1.393.675	CoStar Group, Inc.	32.191	2.813.171
Celsius Holdings, Inc.	23.294	1.269.290	Costco Wholesale Corp.	45.564	30.081.808
Cencora, Inc.	12.305	2.526.709	Coterra Energy, Inc.	61.088	1.558.355
Centene Corp.	45.164	3.349.814	Crowdstrike Holdings, Inc.	25.702	6.560.950
Center Point Energy, Inc.	45.128	1.288.856	Crown Castle, Inc.	34.649	3.990.525
Ceridian HCM Holding, Inc.	9.897	664.485	Crown Holdings, Inc.	9.649	888.480
CF Industries Holdings, Inc.	16.400	1.303.636	CSX Corp.	178.168	6.177.085
CH Robinson Worldwide, Inc.	9.634	832.281	Cummins, Inc.	12.705	3.043.737
Charles River Lab International	3.677	868.912	CVS Health Corp.	100.919	7.966.546
Charles Schwab Corp. (The)	139.849	9.628.604	CyberArk Software Ltd.	2.558	560.304
Charter Communications, Inc.	8.201	3.187.565	Danaher Corp.	57.261	13.251.341
Check Point Software Tech Ltd.	9.562	1.459.352	Darden Restaurants, Inc.	8.586	1.410.079
Cheniere Energy, Inc.	16.226	2.770.103	Darling Ingredients, Inc.	10.992	547.402
Chesapeake Energy Corp.	6.994	538.118	Datadog, Inc.	31.290	3.797.354
Chevron Corp.	164.068	24.467.461	DaVita, Inc.	4.495	470.806

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Deckers Outdoor Corp.	1.756	1.173.746	Equity Residential	27.260	1.667.222
Deere & Co.	22.169	8.865.605	Erie Indemnity Co.	2.195	735.193
Dell Technologies, Inc.	20.869	1.596.270	Essent Group Ltd.	13.515	712.781
Delta Air Lines, Inc.	13.689	550.845	Essential Utilities, Inc.	21.698	809.986
Devon Energy Corp.	50.201	2.274.105	Essex Property Trust, Inc.	5.850	1.450.449
Dexcom, Inc.	26.166	3.246.939	Estee Lauder Cos., Inc. (The)	18.179	2.659.951
Diamondback Energy, Inc.	14.344	2.224.468	Etsy, Inc.	8.468	686.416
Dick's Sporting Goods, Inc.	4.172	612.575	Evercore, Inc.	4.441	759.056
Digital Realty Trust, Inc.	24.011	3.232.841	Everest Group Ltd.	7.594	2.685.087
Discover Financial Services	19.646	2.208.014	Evergy, Inc.	23.185	1.210.257
DocuSign, Inc.	14.907	885.774	Eversource Energy	30.717	1.895.239
Dollar General Corp.	17.970	2.442.482	Exact Sciences Corp.	11.552	854.617
Dollar Tree, Inc.	18.231	2.589.531	Exelon Corp.	82.170	2.949.903
Dominion Energy, Inc.	65.967	3.099.789	Expedia Group, Inc.	9.486	1.440.070
Domino's Pizza, Inc.	2.826	1.164.792	Expeditors Int of Washington	12.611	1.603.993
DoorDash, Inc.	17.158	1.696.583	Extra Space Storage	17.386	2.788.714
Dover Corp.	11.742	1.805.098	Exxon Mobil Corp.	364.670	36.459.707
Dow, Inc.	57.926	3.176.083	F5, Inc.	5.099	912.619
DR Horton, Inc.	32.018	4.865.775	FactSet Research Systems, Inc.	4.172	1.988.584
DraftKings, Inc.	28.607	1.008.111	Fair Isaac Corp.	2.720	3.170.405
Dropbox, Inc.	19.843	584.972	Fastenal Co.	62.129	4.022.853
DTE Energy Co.	15.801	1.742.060	FedEx Corp.	19.596	4.957.200
Duke Energy Corp.	62.235	6.040.529	Fidelity Nat Financial	21.692	1.106.726
DuPont de Nemours, Inc.	39.794	3.062.148	Fidelity Nat Information Services,	46.837	2.813.030
Dynatrace, Inc.	33.396	1.826.093	Fifth Third Bancorp	53.592	1.848.388
Eastman Chemical Co.	9.970	895.505	First American Financial Corp.	10.738	691.957
Eaton Corp. plc	34.069	8.206.881	First Citizens BancShares, Inc.	810	1.149.366
eBay, Inc.	35.744	1.559.511	First Solar, Inc.	12.092	2.083.089
Ecolab, Inc.	19.806	3.928.322	FirstEnergy Corp.	44.478	1.630.563
Edison International	28.896	2.065.197	Fiserv, Inc.	56.997	7.571.481
Edwards Lifesciences Corp.	61.902	4.720.647	FleetCor Technologies, Inc.	6.212	1.755.573
Electronic Arts, Inc.	28.415	3.886.604	FMC Corp.	9.067	571.312
Elevance Health, Inc.	18.621	8.780.919	Ford Motor Co.	346.315	4.218.117
Eli Lilly & Co.	76.212	44.446.838	Fortinet, Inc.	82.051	4.802.445
Emerson Electric Co.	61.274	5.963.798	Fortive Corp.	31.504	2.319.955
Encore Wire Corp.	1.997	426.479	Fortune Brands Innovations	10.519	800.811
Enphase Energy, Inc.	9.543	1.261.012	Fox Corp.	41.445	1.183.587
Entegris, Inc.	9.796	1.173.365	Franklin Resources, Inc.	26.208	780.474
Entergy Corp.	16.222	1.640.693	Freeport-McMoRan, Inc.	108.077	4.597.596
EOG Resources, Inc.	46.799	5.659.403	Futu Holdings Ltd.	4.228	230.933
EPAM Systems, Inc.	4.223	1.255.878	Gaming and Leisure Properties, Inc.	15.903	784.813
EQT Corp.	30.866	1.193.280	Garmin Ltd.	14.029	1.803.709
Equifax, Inc.	8.281	2.049.216	Gartner, Inc.	5.662	2.554.128
Equinix, Inc.	7.304	5.882.569	GE HealthCare Technologies, Inc.	29.978	2.317.899
Equitable Holdings, Inc.	26.874	894.904	Gen Digital, Inc.	49.457	1.128.114
Equity Life Style Properties	15.120	1.066.565	Generac Holdings, Inc.	3.783	488.877

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
General Dynamics Corp.	19.600	5.088.748	Incyte Corp.	13.457	844.965
General Electric Co.	73.897	9.430.735	Ingersoll Rand, Inc.	27.445	2.122.871
General Mills, Inc.	53.033	3.453.509	Insulet Corp.	4.517	979.828
General Motors Co.	113.123	4.062.247	Intel Corp.	365.310	18.356.828
Gentex Corp.	50.473	1.648.448	Intercontinental Exchange, Inc.	45.488	5.841.569
Genuine Parts Co.	10.235	1.416.422	International Business Machines Corp.	69.536	11.374.699
Gilead Sciences, Inc.	122.379	9.913.923	International Flavors & Fragrances, Inc.	19.555	1.583.368
Global Payments, Inc.	21.425	2.720.761	International Paper Co.	26.716	965.783
Global-e Online Ltd.	7.504	297.008	Interpublic Group of Cos., Inc. (The)	29.798	972.309
Globe Life, Inc.	11.991	1.460.144	Intuit, Inc.	29.808	18.636.856
GMS, Inc.	3.037	250.310	Intuitive Surgical, Inc.	32.558	10.983.767
GoDaddy, Inc.	10.513	1.116.060	Invitation Homes, Inc.	44.435	1.514.345
Goldman Sachs Group, Inc. (The)	27.013	10.418.104	IQVIA Holdings, Inc.	13.070	3.024.267
Grab Holdings Ltd.	113.243	381.629	Iron Mountain, Inc.	22.814	1.596.752
Graco, Inc.	23.096	2.004.502	J M Smucker Co. (The)	9.046	1.142.691
Graphic Packaging Holding Co.	15.185	374.310	Jabil, Inc.	8.861	1.129.069
Halliburton Co.	58.520	2.114.913	Jack Henry & Associates, Inc.	6.001	979.963
Hartford Financial Services Group, Inc. (The)	43.638	3.506.750	Jacobs Solutions, Inc.	10.153	1.317.352
Hasbro, Inc.	11.865	605.708	Jardine Matheson Holdings Ltd.	15.300	629.136
HCA Healthcare, Inc.	16.846	4.560.381	Jazz Pharmaceuticals plc	3.908	480.684
Healthpeak Properties, Inc.	35.123	695.084	JB Hunt Transport Services, Inc.	7.292	1.456.431
HEICO Corp.	14.207	2.328.280	Johnson & Johnson	269.307	42.211.179
Henry Schein, Inc.	11.534	873.239	Johnson Controls International plc	52.388	3.019.120
Hershey Co. (The)	15.681	2.923.409	JPMorgan Chase & Co.	277.387	47.222.363
Hess Corp.	18.523	2.670.646	Juniper Networks, Inc.	21.131	622.731
Hewlett Packard Enterprise Co.	100.188	1.700.190	Kellanova	25.836	1.443.974
HF Sinclair Corp.	11.782	654.372	Kenvue, Inc.	123.464	2.656.945
Hilton Worldwide Holdings, Inc.	29.753	5.415.046	Keurig Dr Pepper, Inc.	81.990	2.731.907
Hologic, Inc.	18.252	1.303.923	KeyCorp	72.717	1.047.125
Home Depot, Inc. (The)	100.011	34.653.812	Keysight Technologies, Inc.	14.518	2.309.814
Honeywell International, Inc.	55.909	11.724.676	Kimberly-Clark Corp.	44.025	5.348.597
Hongkong Land Holdings Ltd.	84.100	290.986	Kimco Realty Corp.	36.454	776.106
Hormel Foods Corp.	27.093	869.956	Kinder Morgan, Inc.	148.398	2.616.257
Host Hotels & Resorts, Inc.	46.947	914.528	KKR & Co., Inc.	39.744	3.292.393
Howmet Aerospace, Inc.	43.959	2.379.940	KLA Corp.	12.165	7.071.515
HP, Inc.	86.301	2.596.797	Knight-Swift Transportation Holdings, Inc.	13.978	805.692
Hubbell, Inc.	6.490	2.136.054	Kraft Heinz Co. (The)	70.995	2.625.395
HubSpot, Inc.	3.973	2.304.976	Kroger Co. (The)	55.955	2.557.703
Humana, Inc.	12.495	5.716.213	L3Harris Technologies, Inc.	15.769	3.321.740
Huntington Bancshares, Inc.	112.978	1.437.080	Laboratory Corp. of America Holdings	7.009	1.592.655
Huntington Ingalls Industries, Inc.	3.500	908.985	Lam Research Corp.	12.905	10.106.680
Hyatt Hotels Corp.	3.130	408.183	Lamb Weston Holdings, Inc.	14.900	1.611.137
IDEX Corp.	8.529	1.851.731	Las Vegas Sands Corp.	24.789	1.219.619
IDEXX Laboratories, Inc.	6.721	3.730.491	Lattice Semiconductor Corp.	9.858	680.103
Illinois Tool Works, Inc.	29.015	7.599.899	Lear Corp.	5.274	745.322
Illumina, Inc.	10.498	1.461.532	Leidos Holdings, Inc.	9.924	1.074.372

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Lennar Corp.	25.956	3.867.444	Moderna, Inc.	25.210	2.507.135
Lennox International, Inc.	6.195	2.772.386	Molina Healthcare, Inc.	4.356	1.573.866
Liberty Broadband Corp.	9.667	778.774	Molson Coors Beverage Co.	15.526	950.036
Liberty Global Ltd.	20.207	376.658	Monday.com Ltd.	2.244	420.862
Liberty Media Corp-Liberty Formula One	14.079	888.948	Mondelez International, Inc.	136.799	9.908.352
Liberty Media Corp-Liberty SiriusXM	9.986	287.397	MongoDB, Inc.	6.607	2.700.545
Lincoln Electric Holdings, Inc.	3.305	718.705	Monolithic Power Systems, Inc.	4.154	2.620.551
Linde plc	48.262	19.824.099	Monster Beverage Corp.	114.892	6.620.077
Live Nation Entertainment, Inc.	11.088	1.037.948	Moody's Corp.	10.956	4.278.866
LKQ Corp.	22.651	1.082.491	Morgan Stanley	116.865	10.901.167
Lockheed Martin Corp.	19.653	8.906.936	Mosaic Co. (The)	26.708	954.010
Loews Corp.	14.249	991.303	Motorola Solutions, Inc.	11.528	3.608.610
Lowe's Cos., Inc.	48.726	10.840.073	MSC Industrial Direct Co., Inc.	5.302	536.828
LPL Financial Holdings, Inc.	5.241	1.192.590	MSCI, Inc.	8.732	4.935.239
Lucid Group, Inc.	67.212	282.290	Mueller Industries, Inc.	7.226	340.561
Lululemon Athletica, Inc.	11.644	5.953.111	Nasdaq, Inc.	26.361	1.532.629
Lyondell Basell Industries NV	20.432	1.941.857	NetApp, Inc.	25.772	2.271.544
M&T Bank Corp.	13.915	1.906.633	Netflix, Inc.	38.790	18.885.299
Manhattan Associates, Inc.	6.595	1.419.640	Neurocrine Biosciences, Inc.	9.696	1.277.642
Marathon Oil Corp.	63.017	1.521.230	Newmont Corp.	80.305	3.323.021
Marathon Petroleum Corp.	34.343	5.094.097	News Corp.	34.857	856.088
Markel Group, Inc.	1.186	1.684.606	NextEra Energy, Inc.	166.253	10.094.882
Market Axess Holdings, Inc.	2.890	846.337	NEXTracker, Inc.	17.484	818.426
Marriott International, Inc.	17.830	4.020.843	NIKE, Inc.	108.782	11.803.935
Marsh & McLennan Cos., Inc.	46.765	8.859.162	NiSource, Inc.	30.609	812.363
Martin Marietta Materials, Inc.	4.744	2.367.256	NMI Holdings, Inc.	7.693	228.328
Marvell Technology, Inc.	73.443	4.428.613	Nordson Corp.	8.492	2.243.332
Masco Corp.	36.835	2.467.208	Norfolk Southern Corp.	18.369	4.344.269
Mastercard, Inc.	83.047	35.421.206	Northern Trust Corp.	17.530	1.478.480
Match Group, Inc.	17.653	644.158	Northrop Grumman Corp.	11.588	5.429.673
McCormick & Co., Inc. (Non-Voting)	20.171	1.379.696	NRG Energy, Inc.	19.141	989.398
McDonald's Corp.	79.441	23.547.107	Nucor Corp.	27.891	4.854.429
McKesson Corp.	11.952	5.533.178	Nutanix, Inc.	8.312	396.399
Medpace Holdings, Inc.	3.845	1.178.608	NVIDIA Corp.	201.536	99.794.581
Medtronic plc	127.706	10.524.251	NVR, Inc.	465	3.260.733
MercadoLibre, Inc.	4.152	6.516.938	NXP Semiconductors NV	21.904	5.029.816
Merck & Co., Inc.	277.727	30.277.798	Occidental Petroleum Corp.	55.465	3.311.261
Meta Platforms, Inc.	206.400	73.055.280	Okta, Inc.	14.833	1.342.683
MetLife, Inc.	62.765	4.150.649	Old Dominion Freight Line, Inc.	11.546	4.676.938
Mettler-Toledo International, Inc.	1.758	2.135.531	Old Republic International Corp.	14.573	428.300
MGIC Investment Corp.	27.966	539.184	Omnicom Group, Inc.	17.529	1.516.434
MGM Resorts International	22.714	1.014.634	ON Semiconductor Corp.	35.433	2.960.073
Microchip Technology, Inc.	45.481	4.101.477	ONEOK, Inc.	42.557	2.987.501
Micron Technology, Inc.	85.423	7.289.999	Oracle Corp.	155.215	16.359.661
Microsoft Corp.	715.064	268.799.708	O'Reilly Automotive, Inc.	7.120	6.764.570
Mid-America Apartment Communities, Inc.	9.512	1.278.983	Otis Worldwide Corp.	41.152	3.683.516

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Ovintiv, Inc.	15.936	699.590	Regency Centers Corp.	11.084	742.628
Owens Corning	16.198	2.400.868	Regeneron Pharmaceuticals, Inc.	8.423	7.393.709
PACCAR, Inc.	66.855	6.527.722	Regions Financial Corp.	72.895	1.411.247
Packaging Corp. of America	6.622	1.079.717	Reinsurance Group of America, Inc.	4.187	677.875
Palantir Technologies, Inc.	148.232	2.543.661	Reliance Steel & Aluminum Co.	6.272	1.754.090
Palo Alto Networks, Inc.	29.551	8.709.271	Repligen Corp.	3.701	665.440
Paramount Global	39.622	585.613	Republic Services, Inc.	15.598	2.571.954
Parker-Hannifin Corp.	8.836	4.070.922	ResMed, Inc.	11.210	1.928.232
Paychex, Inc.	34.562	4.115.989	Revvity, Inc.	10.602	1.159.117
Paycom Software, Inc.	3.899	805.572	Rivian Automotive, Inc.	45.120	1.058.966
Paylocity Holding Corp.	3.551	585.382	Robert Half, Inc.	8.462	743.979
PayPal Holdings, Inc.	90.947	5.584.146	Robinhood Markets, Inc.	31.615	402.775
Pentair plc	20.340	1.478.311	ROBLOX Corp.	26.471	1.210.784
PepsiCo, Inc.	149.068	25.317.709	Rockwell Automation, Inc.	11.640	3.612.707
Pfizer, Inc.	548.017	15.771.929	Roku, Inc.	7.581	694.874
PG&E Corp.	143.092	2.579.949	Rollins, Inc.	54.282	2.370.495
Philip Morris International, Inc.	134.132	12.620.480	Roper Technologies, Inc.	8.557	4.665.020
Phillips 66	36.515	4.860.512	Ross Stores, Inc.	27.791	3.845.996
Pinterest, Inc.	37.138	1.375.592	Royal Caribbean Cruises Ltd.	17.239	2.231.761
Pioneer Natural Resources Co.	18.376	4.134.784	Royalty Pharma plc	22.368	628.317
PNC Financial Services Group, Inc. (The)	31.239	4.838.609	RPM International, Inc.	10.383	1.159.158
Pool Corp.	3.371	1.344.085	RTX Corp.	115.767	9.740.635
PPG Industries, Inc.	18.402	2.751.835	S&P Global, Inc.	26.111	11.504.245
PPL Corp.	56.720	1.537.112	Salesforce, Inc.	78.698	20.711.740
Primerica, Inc.	3.242	667.042	SBA Communications Corp.	7.362	1.867.592
Principal Financial Group, Inc.	20.724	1.630.564	Schlumberger NV	95.899	4.989.625
Procter & Gamble Co. (The)	252.356	36.982.772	Sea Ltd.	25.300	1.024.650
Progress Software Corp.	7.419	402.778	Seagate Technology Holdings plc	16.251	1.387.673
Progressive Corp. (The)	48.706	7.761.301	SEI Investments Co.	8.723	554.347
Progyny, Inc.	7.872	292.760	Sempra	49.826	3.724.992
Prologis, Inc.	88.826	11.841.394	ServiceNow, Inc.	18.404	13.012.364
Prudential Financial, Inc.	42.003	4.355.711	Sherwin-Williams Co. (The)	22.983	7.170.926
PTC, Inc.	8.188	1.432.572	Simon Property Group, Inc.	26.753	3.815.513
Public Service Enterprise Group, Inc.	35.392	2.163.513	Sirius XM Holdings, Inc.	62.482	342.401
Public Storage	14.488	4.420.868	Skyworks Solutions, Inc.	13.681	1.537.608
PulteGroup, Inc.	29.074	3.001.018	Snap, Inc.	73.991	1.253.408
Pure Storage, Inc.	10.260	365.769	Snap-on, Inc.	12.943	3.738.974
Qorvo, Inc.	9.394	1.057.577	Snowflake, Inc.	24.013	4.776.906
QUALCOMM, Inc.	98.299	14.216.984	Sonoco Products Co.	5.730	320.078
Qualys, Inc.	5.655	1.109.963	Southern Co. (The)	83.677	5.868.268
Quanta Services, Inc.	9.741	2.102.303	Southwest Airlines Co.	8.066	232.865
Quest Diagnostics, Inc.	8.964	1.235.508	Splunk, Inc.	10.730	1.634.716
Radian Group, Inc.	21.455	612.326	SS&C Technologies Holdings, Inc.	15.367	939.077
Rambus, Inc.	6.009	410.114	Stanley Black & Decker, Inc.	12.654	1.241.231
Raymond James Financial, Inc.	15.496	1.727.804	Starbucks Corp.	109.582	10.520.968
Realty Income Corp.	61.121	3.510.179	State Street Corp.	36.106	2.796.771

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Steel Dynamics, Inc.	21.100	2.491.910	Tyson Foods, Inc.	25.494	1.370.048
STERIS plc	8.224	1.807.800	Uber Technologies, Inc.	153.135	9.428.522
Stryker Corp.	32.238	9.661.729	UDR, Inc.	22.092	845.461
Sun Communities, Inc.	9.362	1.250.576	U-Haul Holding Co.	7.541	531.188
Super Micro Computer, Inc.	6.091	1.731.367	UiPath, Inc.	24.773	615.114
Synchrony Financial	37.421	1.428.734	Ulta Beauty, Inc.	4.023	1.970.948
Synopsys, Inc.	16.223	8.347.545	Union Pacific Corp.	54.535	13.397.613
Sysco Corp.	34.699	2.536.844	United Parcel Service, Inc.	60.600	9.528.744
T Rowe Price Group, Inc.	19.766	2.128.601	United Rentals, Inc.	7.267	4.166.825
Take-Two Interactive Software, Inc.	13.897	2.236.861	United Therapeutics Corp.	8.476	1.863.364
Targa Resources Corp.	12.809	1.112.590	UnitedHealth Group, Inc.	94.138	49.567.423
Target Corp.	32.075	4.567.480	Unity Software, Inc.	29.394	1.201.627
TE Connectivity Ltd.	25.886	3.638.277	Universal Health Services, Inc.	6.565	1.000.769
Teledyne Technologies, Inc.	3.428	1.531.630	Unum Group	14.785	668.282
Teleflex, Inc.	3.336	831.898	US Bancorp	133.954	5.797.529
Teradata Corp.	5.909	257.101	Vail Resorts, Inc.	3.055	651.723
Teradyne, Inc.	16.687	1.811.374	Valero Energy Corp.	28.501	3.704.560
Terex Corp.	3.989	229.168	Veeva Systems, Inc.	18.606	3.582.213
Tesla, Inc.	232.066	57.663.760	Ventas, Inc.	25.403	1.265.831
Teva Pharmaceutical Industries Ltd.	71.180	743.119	Veralto Corp.	18.244	1.500.569
Texas Instruments, Inc.	86.719	14.780.386	VeriSign, Inc.	8.017	1.650.219
Texas Pacific Land Corp.	445	699.140	Verisk Analytics, Inc.	16.712	3.991.828
Textron, Inc.	17.237	1.386.717	Verizon Communications, Inc.	387.109	14.590.138
Thermo Fisher Scientific, Inc.	33.257	17.667.449	Vertex Pharmaceuticals, Inc.	22.950	9.337.896
TJX Cos., Inc. (The)	107.592	10.092.130	Vertiv Holdings Co.	23.716	1.138.842
T-Mobile US, Inc.	45.766	7.338.120	VF Corp.	30.782	578.394
Toast, Inc.	21.979	401.337	Viatis, Inc.	99.253	1.076.895
Toll Brothers, Inc.	3.871	397.900	VICI Properties, Inc.	76.522	2.438.756
Toro Co. (The)	6.674	640.637	Visa, Inc.	154.913	40.362.582
Tractor Supply Co.	8.760	1.883.663	Vistra Corp.	28.037	1.079.425
Tradeweb Markets, Inc.	9.519	865.182	Vulcan Materials Co.	11.400	2.586.546
Trane Technologies plc	24.011	5.857.964	W R Berkley Corp.	18.181	1.285.760
TransDigm Group, Inc.	4.608	4.661.453	Walgreens Boots Alliance, Inc.	57.130	1.492.236
TransUnion	14.508	996.845	Walmart, Inc.	141.363	22.284.463
Travelers Cos., Inc. (The)	21.808	4.154.424	Walt Disney Co. (The)	147.787	13.342.210
Trimble, Inc.	21.761	1.157.685	Warner Bros Discovery, Inc.	157.829	1.797.672
Truist Financial Corp.	104.833	3.870.434	Waste Connections, Inc.	20.069	2.995.700
Twilio, Inc.	11.079	840.231	Waste Management, Inc.	45.904	8.227.833
Tyler Technologies, Inc.	3.106	1.298.122	Waters Corp.	6.678	2.197.396

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Watsco, Inc.	3.556	1.525.951	Goodman Group	178.768	3.084.934
WEC Energy Group, Inc.	27.528	2.317.307	GPT Group (THE)	191.192	605.334
Wells Fargo & Co.	357.965	17.619.037	Idp Education Ltd	25.526	348.702
Welltower, Inc.	40.011	3.607.792	Igo Ltd	68.360	422.141
West Pharmaceutical Services, Inc.	6.003	2.113.836	Insurance Australia Group	249.295	961.101
Western Digital Corp.	27.505	1.440.437	James Hardie Industries plc	47.502	1.825.500
Westinghouse Air Brake Technologies Corp.	13.897	1.763.529	Lottery Corp Ltd/The	224.250	740.602
Westlake Corp.	2.408	337.000	Macquarie Group Ltd	39.182	4.909.235
Westrock Co.	20.700	858.843	Medibank Pvt Ltd	278.543	674.727
Weyerhaeuser Co.	57.622	2.003.517	Mineral Resources Ltd	19.186	916.410
Williams Cos., Inc. (The)	82.119	2.860.205	Mirvac Group	399.809	570.172
Willis Towers Watson plc	8.755	2.111.706	National Australia Bank	334.621	7.005.123
Wix.com Ltd.	3.788	465.962	Northern Star Resources	115.631	1.076.996
Workday, Inc.	14.071	3.884.300	Orica Ltd	45.607	495.741
WP Carey, Inc.	15.753	1.020.952	Origin Energy Ltd	172.151	994.947
WW Grainger, Inc.	5.678	4.709.844	Pilbara Minerals Ltd	294.529	791.829
Wynn Resorts Ltd.	6.778	617.476	Qantas Airways Ltd	92.410	338.611
Xcel Energy, Inc.	47.500	2.940.250	Qbe Insurance Group Ltd	158.393	1.599.576
Xylem, Inc.	18.157	2.076.616	Ramsay Health Care Ltd	18.347	658.378
Yum! Brands, Inc.	22.486	2.937.121	Rea Group Ltd	5.257	649.806
Zebra Technologies Corp.	3.594	982.420	Reece Ltd	22.342	341.337
Zillow Group, Inc.	13.913	804.867	Rio Tinto Ltd	38.360	3.550.631
Zimmer Biomet Holdings, Inc.	15.786	1.921.156	Santos Ltd	352.881	1.829.991
Zoetis, Inc.	43.654	8.618.173	Scentre Group	520.792	1.058.980
Zoom Video Communications, Inc.	15.710	1.129.706	SEEK Ltd	33.572	612.098
Zscaler, Inc.	13.384	2.965.359	Sonic Healthcare Ltd	45.827	1.003.143
		3.866.368.460	South32 Ltd	460.877	1.044.072
Austrália			Stockland	241.076	732.017
Ampol Ltd	23.623	582.708	Suncorp Group Ltd	127.098	1.200.278
Anz Group Holdings Ltd	314.903	5.567.388	Telstra Group Ltd	405.774	1.096.444
Apa Group Stapled	136.731	796.768	Transurban Group	324.463	3.035.357
Aristocrat Leisure Ltd.	59.381	1.653.565	Treasury Wine Estates Ltd	87.285	642.045
Asx Ltd	19.341	832.092	Vicinity Ltd.	383.891	534.374
Aurizon Holdings Ltd	183.960	475.740	Washington H Soul	25.713	574.607
Bhp Group Ltd	540.875	18.600.929	Wesfarmers Ltd	121.160	4.714.044
Bluescope Steel Ltd	46.587	743.536	Westpac Banking Corp	367.333	5.737.371
Brambles Ltd	139.255	1.292.281	Wisetech Global Ltd	17.057	874.659
Car Group Ltd	34.540	733.683	Woodside Energy Group Ltd	202.405	4.289.729
Cochlear Ltd	6.573	1.339.516	Woolworths Group Ltd	126.538	3.211.967
Coles Group Ltd	133.854	1.470.498	Xero Ltd	14.987	1.147.911
Commonwealth bank of Australia	177.832	13.566.222			129.161.365
Computershare Ltd	60.295	1.003.049	Japão		
Csl Ltd	51.248	10.023.885	Advantest Corp	64.100	2.174.253
Dexus	108.084	566.409	Aeon Co Ltd	48.900	1.090.868
Endeavour Group	144.083	511.238	Agc Inc	24.700	915.431
Fortescue Ltd	176.799	3.500.938	Aisin Corp	24.800	867.068

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Ajinomoto Co Inc	32.200	1.239.533	Hirose Electric Co Ltd	2.891	326.873
Ana Holdings Inc	24.000	520.244	Hitachi Construction	4.500	118.900
Asahi Group Holdings Ltd	40.300	1.500.459	Hitachi Ltd	81.100	5.833.125
Asahi Intecc Co Ltd	29.400	597.781	Honda Motor Co Ltd	471.100	4.885.432
Asahi Kasei Corp	99.200	728.625	Hoshizaki Corp	8.800	321.589
Astellas Pharma Inc	264.900	3.164.219	Hoya Corp	34.500	4.297.205
Azbil Corp	11.200	370.606	Hulic Co Ltd	40.100	419.403
Bandai Namco Holdings Inc	46.300	924.325	Ibiden Co Ltd	13.500	748.255
Baycurrent Consulting Inc	30.700	1.076.612	Idemitsu Kosan Co Ltd	84.430	459.580
Biprogy Inc	7.400	231.322	Iida Group Holdings Co	14.500	216.862
Bridgestone Corp	62.200	2.571.739	Inpex Corp	277.900	3.745.283
Brother Industries Ltd	19.600	311.768	Isuzu Motors Ltd	96.000	1.234.218
Canon Inc	81.000	2.076.422	Itochu Corp	134.300	5.481.360
Capcom Co Ltd	10.700	345.181	Japan Airlines Co Ltd	15.500	304.767
Central Japan Railway Co	57.000	1.445.013	Japan Exchange Group Inc	42.000	887.934
Chiba Bank Ltd/The	43.200	311.636	Japan Metropolitan Fund	599	432.106
Chubu Electric Power Co	111.600	1.437.549	Japan Petroleum	8.800	327.082
Chugai Pharmaceutical Co	51.300	1.939.488	Japan Post Bank Co Ltd	96.000	975.798
Concordia Financial Group	71.400	325.650	Japan Post Holdings Co	155.400	1.386.673
Dai Nippon Printing Co	14.000	413.505	Japan Post Insurance Co	14.300	253.684
Daifuku Co Ltd	21.600	436.581	Japan Real Estate	105	432.721
Dai-Ichi Life Holdings	76.300	1.614.434	Japan Tobacco Inc	131.600	3.402.483
Daiichi Sankyo Co Ltd	124.600	3.412.403	Jfe Holdings Inc	68.600	1.063.694
Daikin Industries Ltd	22.800	3.709.164	Jsr Corp	15.300	436.058
Daito Trust Construction	5.200	601.220	Jtekt Corp	23.300	196.756
Daiwa House Industry Co	50.700	1.533.803	Kajima Corp	73.700	1.229.815
Daiwa House Reit	270	481.856	Kansai Electric Power Co	95.800	1.269.020
Daiwa Securities Group	127.000	852.642	Kao Corp	42.800	1.758.692
Denso Corp	152.000	2.287.332	Kawasaki Kisen Kaisha Ltd	9.900	424.496
Dentsu Group Inc	18.000	460.789	Kddi Corp	202.700	6.422.620
Dexerials Corp	6.700	195.326	Kdx Realty Investment	358	406.045
Disco Corp	10.000	2.477.656	Keisei Electric Railway	12.000	565.016
East Japan Railway Co	25.900	1.490.104	Keyence Corp	17.560	7.721.268
Ebara Corp	5.000	295.290	Kikkoman Corp	11.400	695.499
Eisai Co Ltd	18.700	933.541	Kintetsu Group Holdings	15.500	490.903
Eneos Holdings Inc	272.700	1.082.637	Kirin Holdings Co Ltd	122.300	1.790.518
Fanuc Corp	81.000	2.376.337	Kobe Bussan Co Ltd	17.600	519.211
Fast Retailing Co Ltd	12.000	2.976.592	Kobe Steel Ltd	52.700	681.646
Fuji Electric Co Ltd	19.200	824.628	Koei Tecmo Holdings Co	13.840	157.416
Fujifilm Holdings Corp	33.600	2.013.664	Koito Manufacturing Co	18.000	280.125
Fujikura Ltd	28.400	218.066	Komatsu Ltd	94.400	2.464.123
Fujitsu Ltd	14.300	2.155.448	Konami Group Corp	10.600	555.038
Glp J-Reit Reit Jpy	346	344.331	Kose Corp	2.900	217.119
Hamamatsu Photonics Kk	13.100	538.570	Kubota Corp	85.800	1.286.878
Hankyu Hanshin Holdings	19.200	610.129	Makita Corp	18.500	509.544
Hikari Tsushin Inc	1.500	247.961	Marubeni Corp	164.800	2.600.352

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Matsukiyococokara & Co	26.100	461.073	Ntt Data Group Corp	51.400	727.358
Mazda Motor Corp	129.200	1.394.367	Obayashi Corp	90.400	781.013
Mcdonald'S Holdings Co	7.800	336.941	Obic Co Ltd	14.600	2.509.278
Meiji Holdings Co Ltd	24.300	576.043	Odakyu Electric Railway	25.000	380.196
Minebea Mitsumi Inc	34.900	716.542	Oji Holdings Corp	93.300	357.965
Misumi Group Inc	19.700	333.760	Olympus Corp	83.300	1.202.704
Mitsubishi Chemical Group	167.500	1.024.152	Omron Corp	12.200	569.241
Mitsubishi Corp	336.000	5.357.696	Ono Pharmaceutical Co Ltd	28.300	504.153
Mitsubishi Electric Corp	161.700	2.285.914	Open House Group Co Ltd	3.400	100.519
Mitsubishi Estate Co Ltd	112.300	1.547.331	Oracle Corp Japan	8.700	668.946
Mitsubishi Gas Chemical	17.500	279.481	Oriental Land Co	72.800	2.705.859
Mitsubishi Hc Capital Inc	38.000	254.771	Orix Corp	101.100	1.900.376
Mitsubishi Heavy	24.400	1.424.920	Osaka Gas Co Ltd	37.200	775.902
Mitsubishi Ufj Financial	903.600	7.748.989	Otsuka Corp	10.700	440.356
Mitsui & Co Ltd	154.800	5.804.176	Otsuka Holdings Co Ltd	32.800	1.226.568
Mitsui Chemicals Inc	16.000	473.826	Pan Pacific International	28.700	682.994
Mitsui Fudosan Co Ltd	67.800	1.659.652	Panasonic Holdings Corp	183.900	1.817.085
Mitsui Mining & Smelting	4.500	138.020	Rakuten Group Inc	131.000	581.964
Mitsui Osk Lines Ltd	26.100	834.023	Recruit Holdings Co Ltd	118.200	4.983.549
Mizuho Financial Group	264.190	4.509.670	Renesas Electronics Corp	130.000	2.343.559
Monotaro Co Ltd	23.600	257.628	Resona Holdings Inc	178.000	902.752
Ms&Ad Insurance Group	46.300	1.818.436	Ricoh Co Ltd	59.600	457.632
Murata Manufacturing Co	131.700	2.788.980	Rohm Co Ltd	30.400	581.779
Nec Corp	22.300	1.317.627	Sanrio Co Ltd	7.800	325.212
Nexon Co Ltd	34.200	621.146	Sanwa Holdings Corp	70.500	1.066.151
Ngk Insulators Ltd	16.800	200.497	Sbi Holdings Inc	20.280	456.149
Nidec Corp	32.500	1.310.097	Scsk Corp	10.000	198.291
Nintendo Co Ltd	84.900	4.425.664	Secom Co Ltd	19.400	1.389.843
Nippon Building Fund Inc	123	532.203	Seiko Epson Corp	17.900	267.649
Nippon Express Holdings	5.700	323.369	Sekisui Chemical Co Ltd	35.700	514.178
Nippon Paint Holdings Co	72.100	582.252	Sekisui House Ltd	62.700	1.392.493
Nippon Prologis Reit Inc	173	333.042	Seven & I Holdings Co Ltd	66.000	2.614.626
Nippon Sanso Holdings	16.600	444.613	Sg Holdings Co Ltd	25.800	369.486
Nippon Steel Corp	97.524	2.231.610	Sharp Corp/Japan	27.900	198.296
Nippon Telegraph &	4.712.300	5.745.811	Shimadzu Corp	19.300	538.834
Nippon Yusen Kk	49.800	1.541.546	Shimano Inc	6.000	928.855
Nissan Chemical Corp	9.800	381.629	Shimizu Corp	32.800	217.162
Nissan Motor Co Ltd	217.100	851.892	Shin-Etsu Chemical Co Ltd	192.900	8.074.215
Nissin Foods Holdings Co	29.100	1.014.723	Shionogi & Co Ltd	21.400	1.030.382
Niterra Co Ltd	17.300	409.982	Shiseido Co Ltd	26.400	794.921
Nitori Holdings Co Ltd	6.400	855.951	Shizuoka Financial Group	44.500	376.725
Nitto Denko Corp	21.600	1.612.569	Smc Corp	4.500	2.411.193
Nomura Holdings Inc	228.000	1.029.542	Softbank Corp	295.600	3.685.040
Nomura Real Estate	5.300	139.398	Softbank Group Corp	86.600	3.857.625
Nomura Real Estate Master	398	465.246	Sompo Holdings Inc	29.000	1.416.470
Nomura Research Institute	28.821	836.541	Sony Group Corp	101.700	9.641.229

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Square Enix Holdings Co	9.200	330.333	Zensho Holdings Co Ltd	6.900	360.711
Subaru Corp	61.400	1.122.560	Zozo Inc	16.500	371.127
Sumco Corp	35.600	533.949			352.058.244
Sumitomo Chemical Co Ltd	120.900	294.489	Reino Unido		
Sumitomo Corp	127.200	2.770.827	3i Group plc	81.006	2.499.049
Sumitomo Electric	130.100	1.652.320	abrdrn plc	175.127	397.389
Sumitomo Forestry Co Ltd	16.900	502.876	Admiral Group plc	15.399	526.887
Sumitomo Heavy Industries	10.100	253.969	Anglo American plc	106.236	2.668.778
Sumitomo Metal Mining Co	43.000	1.292.928	Antofagasta plc	29.878	639.697
Sumitomo Mitsui Financial	126.100	6.132.371	Ashtead Group plc	36.185	2.519.547
Sumitomo Mitsui Trust	59.200	1.133.988	Associated British Foods plc	30.376	913.484
Sumitomo Realty &	22.900	680.113	AstraZeneca plc	157.329	21.255.668
Suntory Beverage & Food	10.500	345.581	Auto Trader Group plc	73.413	673.638
Suzuki Motor Corp	30.300	1.293.843	Aviva plc	220.031	1.216.790
Sysmex Corp	15.300	851.278	BAE Systems plc	246.485	3.489.403
T&D Holdings Inc	46.500	737.509	Barclays plc	1.307.371	2.562.954
Taisei Corp	25.400	864.984	Barratt Developments plc	102.145	732.586
Takeda Pharmaceutical Co	122.338	3.515.330	BP plc	1.730.059	10.280.841
Tdk Corp	30.200	1.436.524	British American Tobacco plc	181.551	5.310.419
Technopro Holdings Inc	17.400	458.018	BT Group plc	549.175	863.559
Terumo Corp	57.300	1.872.878	Bunzl plc	27.127	1.103.150
Tis Inc	25.100	552.812	Burberry Group plc	30.182	544.820
Tobu Railway Co Ltd	12.200	327.803	Centrica plc	800.808	1.434.322
Toho Co Ltd/Tokyo	9.900	334.611	Coca-Cola HBC AG	17.414	511.473
Tokio Marine Holdings Inc	221.000	5.517.946	Compass Group plc	136.478	3.733.657
Tokyo Electric Power Co	106.200	554.578	Croda International plc	11.054	711.628
Tokyo Electron Ltd	42.500	7.596.822	DCC plc	8.054	593.241
Tokyo Gas Co Ltd	35.100	804.178	Diageo plc	177.165	6.450.274
Tokyu Corp	48.600	591.901	Drax Group plc	51.924	324.146
Toppan Holdings Inc	27.100	754.679	Endeavour Mining plc	11.324	252.627
Toray Industries Inc	101.200	525.453	Entain plc	36.948	466.774
Tosoh Corp	24.500	312.897	Experian plc	79.777	3.255.408
Toto Ltd	10.000	263.158	Ferguson plc	15.091	2.902.053
Toyota Industries Corp	13.400	1.092.588	Flutter Entertainment plc	1.599	283.746
Toyota Motor Corp	1.075.300	19.720.444	Glencore plc	829.788	4.993.939
Toyota Tsusho Corp	31.700	1.861.796	GSK plc	428.122	7.914.755
Trend Micro Inc/Japan	11.000	587.296	Haleon plc	446.446	1.830.605
Unicharm Corp	38.200	1.379.460	Halma plc	35.260	1.026.645
Uss Co Ltd	39.800	800.489	Hargreaves Lansdown plc	24.574	229.376
West Japan Railway Co	17.300	721.058	Hikma Pharmaceuticals plc	16.622	378.766
Yakult Honsha Co Ltd	23.200	520.182	HSBC Holdings plc	1.711.476	13.863.091
Yamaha Corp	16.000	368.847	IMI plc	16.761	359.819
Yamaha Motor Co Ltd	123.300	1.099.800	Imperial Brands plc	70.666	1.627.386
Yamato Holdings Co Ltd	18.900	348.627	Informa plc	93.258	924.214
Yaskawa Electric Corp	15.200	633.208	InterContinental Hotels Group plc	31.278	2.827.009
Yokogawa Electric Corp	18.500	352.797	Intertek Group plc	13.768	745.234

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
J Sainsbury plc	136.169	524.757	Europa		
JD Sports Fashion plc	164.243	347.461	ABN AMRO Bank NV	34.324	514.141
Kingfisher plc	161.778	501.769	Acciona SA	1.673	246.349
Land Securities Group plc	66.439	596.940	Accor SA	14.258	544.481
Legal & General Group plc	456.911	1.462.583	Acerinox SA	18.686	219.935
Lloyds Banking Group plc	5.320.930	3.235.888	ACS Actividades de Construccion y Servicios SA	22.218	984.179
London Stock Exchange Group plc	31.587	3.734.372	Adidas AG	12.777	2.598.408
M&G plc	183.160	519.287	Adyen NV	2.110	2.719.125
Melrose Industries plc	88.409	637.678	Aegon Ltd.	129.908	752.816
Mondi plc	43.208	846.328	Aena SME SA	4.670	846.545
Moneysupermarket.com Group plc	77.145	275.561	Aeroports de Paris SA	2.332	301.655
National Grid plc	343.476	4.632.593	Ageas SA/NV	23.598	1.024.715
NatWest Group plc	371.606	1.038.875	AIB Group plc	90.053	382.987
Next plc	8.391	868.370	Air Liquide SA	59.228	11.520.247
NMC Health plc	6.918	441	Airbus SE	40.855	6.304.727
Ocado Group plc	38.026	366.087	Akzo Nobel NV	15.676	1.295.620
Pearson plc	52.093	640.307	Allianz SE (Registered)	33.799	9.037.195
Persimmon plc	27.778	491.333	Alstom SA	26.625	358.230
Phoenix Group Holdings plc	59.626	405.900	Amadeus IT Group SA	30.245	2.166.982
Prudential plc	181.614	2.053.596	Amplifon SpA	9.294	320.934
Reckitt Benckiser Group plc	55.168	3.811.787	Amundi SA	3.155	214.164
RELX plc	192.958	7.647.607	Anheuser-Busch InBev SA/NV	65.150	4.204.367
Rentokil Initial plc	170.946	960.382	ArcelorMittal SA	40.514	1.148.606
Rightmove plc	48.256	354.090	Argenx SE	4.029	1.527.903
Rio Tinto plc	132.373	9.858.322	Arkema SA	8.600	975.649
Rolls-Royce Holdings plc	538.492	2.054.604	ASM International NV	4.552	2.363.081
Sage Group plc (The)	100.366	1.500.174	ASML Holding NV	38.883	29.271.860
Schroders plc	64.569	353.862	ASR Nederland NV	27.267	1.285.844
Segro plc	119.209	1.347.041	Assicurazioni Generali SpA	118.429	2.498.712
Severn Trent plc	31.614	1.038.167	AXA SA	168.021	5.473.474
Shell plc	652.674	21.378.980	Azimut Holding SpA	14.136	368.522
Smith & Nephew plc	66.635	914.872	Banco Bilbao Vizcaya Argenteria SA	621.108	5.643.916
Smiths Group plc	33.488	752.420	Banco BPM SpA	83.131	438.216
Spirax-Sarco Engineering plc	5.758	771.098	Banco Santander SA	1.322.296	5.519.888
SSE plc	89.331	2.113.597	Bank of Ireland Group plc	71.779	650.818
St James's Place plc	38.788	337.228	BASF SE	70.934	3.820.307
Standard Chartered plc	189.303	1.607.697	Bayer AG (Registered)	78.787	2.927.758
Taylor Wimpey plc	355.006	665.492	Bayerische Motoren Werke AG	31.493	3.424.753
Tesco plc	599.863	2.220.704	BE Semiconductor Industries NV	5.457	822.531
Unilever plc	257.112	12.453.484	Bechtle AG	6.318	316.436
United Utilities Group plc	74.860	1.010.620	Beiersdorf AG	7.636	1.141.270
Vodafone Group plc	2.055.227	1.796.012	BioMerieux	2.693	299.267
Whitbread plc	14.509	676.031	BNP Paribas SA	110.100	7.605.021
Wise plc	44.207	492.543	Bollere SE	78.538	489.309
WPP plc	81.592	782.389	Bouygues SA	13.504	508.676
		216.609.151	Brenntag SE	23.063	2.114.553

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Bureau Veritas SA	37.453	943.292	Eurofins Scientific SE	9.870	642.835
CaixaBank SA	463.959	1.909.108	Euronext NV	6.833	593.279
Capgemini SE	13.266	2.765.997	Evonik Industries AG	13.503	276.395
Carl Zeiss Meditec AG	3.099	337.812	EXOR NV	7.730	772.262
Carrefour SA	56.862	1.040.177	Ferrari NV	13.139	4.429.672
Cellnex Telecom SA	37.540	1.478.354	Ferrovial SE	38.364	1.399.348
Cie de Saint-Gobain SA	49.210	3.612.210	FinecoBank Banca Fineco SpA	71.425	1.071.457
Cie Generale des Etablissements Michelin SCA	56.360	2.020.897	Flutter Entertainment plc	10.119	1.788.473
CNH Industrial NV	81.201	991.170	Fortum OYJ	38.245	552.173
Commerzbank AG	91.390	1.084.246	Fresenius Medical Care AG	15.022	627.421
Continental AG	8.959	760.847	Fresenius SE & Co. KGaA	35.332	1.102.193
Corp. ACCIONA Energias Renovables SA	2.632	81.583	Galp Energia SGPS SA	69.582	1.024.594
Covestro AG	13.819	806.611	GEA Group AG	9.430	391.153
Covivio SA	4.913	264.085	Gecina SA	3.695	448.985
Credit Agricole SA	98.247	1.394.592	Getlink SE	26.073	477.098
CRH plc	53.018	2.948.229	Grifols SA	27.417	467.922
Daimler Truck Holding AG	36.369	1.370.370	Groupe Bruxelles Lambert NV	7.955	624.791
Danone SA	55.195	3.564.984	Hannover Rueck SE	6.034	1.435.073
Dassault Aviation SA	1.881	372.350	Heidelberg Materials AG	17.117	1.529.681
Dassault Systemes SE	51.300	2.505.883	Heineken Holding NV	9.806	829.746
Davide Campari-Milano NV	44.461	501.452	Heineken NV	21.608	2.194.064
Delivery Hero SE	11.170	308.535	HelloFresh SE	11.804	186.527
Deutsche Bank AG (Registered)	159.389	2.171.284	Henkel AG & Co. KGaA	28.541	2.190.007
Deutsche Boerse AG	20.257	4.166.578	Hermes International SCA	3.361	7.123.241
Deutsche Lufthansa AG (Registered)	52.378	463.106	Iberdrola SA	732.057	9.598.875
Deutsche Post AG	86.817	4.305.059	IMCD NV	4.093	707.815
Deutsche Telekom AG (Registered)	302.307	7.241.563	Industria de Diseno Textil SA	105.103	4.577.903
DiaSorin SpA	2.296	236.330	Infineon Technologies AG	91.659	3.819.192
D'ieteren Group	1.815	354.473	Infrastrutture Wireless Italiane SpA	35.935	454.515
Dr Ing hc F Porsche AG	7.801	689.390	ING Groep NV	346.120	5.171.551
DSM-Firmenich AG	14.592	1.482.630	InPost SA	17.301	239.085
E.ON SE	180.347	2.423.515	Intesa Sanpaolo SpA	1.273.997	3.720.253
Edenred SE	64.649	3.864.954	Ipsen SA	5.324	633.989
EDP - Energias de Portugal SA	301.832	1.518.722	Italgas SpA	47.747	272.949
EDP Renovaveis SA	17.740	362.143	JDE Peet's NV	3.695	99.430
Eiffage SA	9.746	1.041.064	Jeronimo Martins SGPS SA	28.277	719.057
Elia Group SA/NV	3.178	396.695	KBC Group NV	33.803	2.185.165
Elisa OYJ	8.188	378.076	Kering SA	5.670	2.499.083
Enagas SA	16.780	282.860	Kerry Group plc	13.681	1.181.814
Endesa SA	24.270	494.776	Kesko OYJ	19.677	389.513
Enel SpA	773.143	5.747.773	Kingspan Group plc	12.262	1.061.945
Engie SA	184.513	3.244.443	Klepierre SA	21.730	592.180
Eni SpA	283.329	4.802.982	Knorr-Bremse AG	6.845	445.665
Erste Group Bank AG	33.124	1.339.941	Kone OYJ	32.106	1.604.122
EssilorLuxottica SA	23.301	4.659.638	Koninklijke Ahold Delhaize NV	84.472	2.427.045
Eurazeo SE	2.870	227.631	Rexel SA	9.393	256.805

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Rheinmetall AG	2.802	891.426	Voestalpine AG	7.260	228.082
RWE AG	48.876	2.216.865	Volkswagen AG	18.379	2.289.293
Safran SA	23.131	4.073.957	Vonovia SE	66.615	2.109.718
Sampo OYJ	33.888	1.480.343	Wacker Chemie AG	764	96.253
Sanofi SA	104.816	10.387.072	Warehouses De Pauw CVA	11.078	348.519
SAP SE	100.546	15.500.669	Wartsila OYJ Abp	42.374	613.425
Sartorius AG	1.594	584.061	Wolters Kluwer NV	30.739	4.356.534
Sartorius Stedim Biotech	1.870	492.668	Worldline SA	16.210	280.593
Schneider Electric SE	52.783	10.579.175	Zalando SE	11.550	275.843
Scout24 SE	7.905	560.087			500.839.074
SEB SA	2.118	264.380	Canadá		
Shell plc	32.569	1.071.945	Agnico Eagle Mines Ltd	38.568	2.118.812
Siemens AG (Registered)	69.926	13.098.996	Air Canada	25.786	365.298
Siemens Energy AG	38.506	508.301	Algonquin Power &	58.928	373.160
Siemens Healthineers AG	23.295	1.357.149	Alimentation Couche-Tard	68.519	4.050.551
Smurfit Kappa Group plc	19.829	784.167	Altagas Ltd	34.778	730.586
Snam SpA	155.586	800.046	Arc Resources Ltd	43.549	648.975
Societe Generale SA	69.671	1.849.014	Bank Of Montreal	65.032	6.461.772
Sodexo SA	5.383	592.373	Bank Of Nova Scotia/The	115.998	5.673.222
Sofina SA	1.293	321.656	Barrick Gold Corp	137.430	2.487.831
Solvay SA	3.213	98.420	Bce Inc	27.700	1.095.732
Stellantis NV	163.909	3.827.416	Brookfield Asset	27.243	1.098.108
STMicroelectronics NV	52.102	2.604.052	Brookfield Corp	112.315	4.520.368
Stora Enso OYJ	49.440	682.128	Brookfield Renewable Corp	13.061	376.695
Syensqo SA	9.685	1.007.374	Brp Inc	1.494	107.161
Symrise AG	10.815	1.190.139	Cae Inc	20.227	437.490
Talanx AG	1.973	140.249	Cameco Corp	30.982	1.340.924
Telecom Italia SpA	879.829	285.934	Canadian Apartment	10.840	399.862
Telefonica SA	432.847	1.689.284	Canadian Imperial Bank Of	83.051	4.016.504
Teleperformance SE	5.123	747.287	Canadian National Railway	59.376	7.481.664
Tenaris SA	50.493	878.210	Canadian Natural	85.434	5.620.658
Terna - Rete Elettrica Nazionale	206.077	1.718.704	Canadian Pacific Kansas	65.705	5.218.629
Thales SA	8.171	1.208.143	Canadian Tire Corp Ltd	4.132	439.930
TotalEnergies SE	245.677	16.717.445	Canadian Utilities Ltd	13.112	315.917
UCB SA	10.643	926.670	Ccl Industries Inc	10.116	455.703
Umicore SA	14.812	407.088	Cenovus Energy Inc	91.709	1.533.584
Unibail-Rodamco-Westfield	11.107	820.819	Cgi Inc	19.269	2.069.963
UniCredit SpA	188.507	5.103.822	Constellation Software	1.912	4.748.839
Unilever plc	34.906	1.691.001	Descartes Systems Group	6.580	552.259
Universal Music Group NV	57.666	1.642.205	Dollarama Inc	56.782	4.095.228
UPM-Kymmene OYJ	47.994	1.803.624	Element Fleet Management	27.026	440.049
Veolia Environnement SA	51.587	1.627.508	Emera Inc	21.344	812.257
Verallia SA	3.728	143.393	Empire Co Ltd	9.522	252.745
Verbund AG	15.009	1.388.549	Enbridge Inc	175.204	6.337.958
Vinci SA	46.173	5.799.269	Fairfax Financial	2.505	2.317.685
Vivendi SE	55.802	596.445	First Quantum Minerals	38.625	317.530

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Firstservice Corp	2.421	393.022	Tmx Group Ltd	21.135	510.984
Fortis Inc/Canada	41.980	1.731.922	Toromont Industries Ltd	15.479	1.358.903
Franco-Nevada Corp	14.846	1.647.516	Toronto-Dominion Bank/The	204.652	13.273.046
George Weston Ltd	5.834	723.830	Tourmaline Oil Corp	26.669	1.203.402
Gfl Environmental Inc	12.470	431.239	West Fraser Timber Co Ltd	6.686	572.716
Gildan Activewear Inc	11.699	387.808	Wheaton Precious Metals	36.338	1.795.956
Great-West Lifeco Inc	25.883	859.561	Wsp Global Inc	11.109	1.557.922
Hydro One Ltd	20.437	613.916			175.105.569
Ia Financial Corp Inc	9.662	659.545	Dinamarca		
Igm Financial Inc	7.580	200.393	AP Moller - Maersk A/S	614	1.096.816
Imperial Oil Ltd	17.791	1.016.648	Carlsberg A/S	9.289	1.163.130
Intact Financial Corp	14.840	2.285.310	Chr Hansen Holding A/S	10.274	860.182
Ivanhoe Mines Ltd	50.481	489.267	Coloplast A/S	11.502	1.316.151
Keyera Corp	18.987	460.780	Danske Bank A/S	76.717	2.047.992
Kinross Gold Corp	116.998	709.832	Demant A/S	5.985	262.340
Loblaw Cos Ltd	19.426	1.884.702	DSV A/S	15.039	2.638.597
Lundin Mining Corp	57.323	469.939	Genmab A/S	5.265	1.673.509
Magna International Inc	25.095	1.487.886	Novo Nordisk A/S	346.952	35.819.342
Manulife Financial Corp	227.121	5.034.693	Novozymes A/S	17.303	949.462
Meg Energy Corp	11.490	206.168	Orsted A/S	16.189	897.690
Metro Inc/Cn	21.849	1.136.526	Pandora A/S	8.874	1.223.465
National Bank Of Canada	28.537	2.180.637	ROCKWOOL A/S	638	186.578
Northland Power Inc	17.484	318.759	Tryg A/S	27.161	590.645
Nutrien Ltd	40.930	2.312.517	Vestas Wind Systems A/S	67.831	2.152.025
Onex Corp	4.037	282.492			52.877.924
Open Text Corp	19.815	834.166	Hong Kong		
Pan American Silver Corp	20.996	343.458	AIA Group Ltd.	1.050.000	9.150.547
Parkland Corp/Canada	13.890	448.217	BOC Hong Kong Holdings Ltd.	307.000	829.565
Pembina Pipeline Corp	39.617	1.369.740	Budweiser Brewing Co. APAC Ltd.	181.300	338.985
Power Corp Of Canada	52.215	1.494.855	CK Asset Holdings Ltd.	145.841	731.208
Quebecor Inc	12.750	303.617	CK Hutchison Holdings Ltd.	197.740	1.058.523
Rb Global Inc	13.808	923.500	CK Infrastructure Holdings Ltd.	52.500	290.451
Restaurant Brands	21.772	1.709.431	CLP Holdings Ltd.	116.000	955.209
Riocan Real Estate	11.651	164.082	ESR Group Ltd.	196.000	270.585
Rogers Communications Inc	30.649	1.438.313	Galaxy Entertainment Group Ltd.	162.000	907.659
Royal Bank Of Canada	134.674	13.675.754	Hang Lung Properties Ltd.	161.000	223.504
Saputo Inc	26.868	546.285	Hang Seng Bank Ltd.	69.600	811.111
Shopify Inc	96.665	7.550.808	Henderson Land Development Co. Ltd.	83.953	258.034
Stantec Inc	7.185	577.590	HKT Trust & HKT Ltd.	582.040	693.211
Sun Life Financial Inc	72.685	3.780.326	HK & China Gas Co. Ltd.	1.066.119	813.732
Suncor Energy Inc	110.159	3.546.375	HK Exchanges & Clearing Ltd.	98.575	3.378.178
Tc Energy Corp	82.500	3.234.681	HSBC Holdings plc	45.200	364.677
Teck Resources Ltd	36.302	1.537.590	Link REIT	208.340	1.167.294
Telus Corporation	61.904	1.107.944	MTR Corp. Ltd.	101.866	394.625
Tfi International Inc	6.683	909.600	New World Development Co. Ltd.	62.499	96.847
Thomson Reuters Corp	14.318	2.097.751	Power Assets Holdings Ltd.	95.500	551.581

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Sands China Ltd.	176.000	513.898	Singapura		
Sino Land Co. Ltd.	254.012	275.854	CapitaLand Ascendas REIT	391.395	896.075
SITC International Holdings Co. Ltd.	93.000	160.309	CapitaLand Integrated Commercial Trust	599.552	931.758
Sun Hung Kai Properties Ltd.	95.500	1.031.004	CapitaLand Investment Ltd.	246.600	588.879
Swire Pacific Ltd.	56.000	472.969	City Developments Ltd.	40.000	201.653
Swire Properties Ltd.	110.523	223.635	DBS Group Holdings Ltd.	231.658	5.858.624
Techtronic Industries Co. Ltd.	114.000	1.358.472	Genting Singapore Ltd.	512.800	388.750
WH Group Ltd.	760.587	488.970	Jardine Cycle & Carriage Ltd.	4.800	108.183
Wharf Holdings Ltd. (The)	43.000	138.220	Keppel Ltd.	101.900	544.610
Wharf Real Estate Investment Co. Ltd.	138.000	465.682	Mapletree Logistics Trust	232.829	305.355
Xinyi Glass Holdings Ltd.	201.572	225.617	Mapletree Pan Asia Commercial Trust	288.000	340.596
		28.640.156	Oversea-Chinese Banking Corp. Ltd.	487.878	4.800.740
Israel			Seatrium Ltd.	3.248.469	288.129
Azrieli Group Ltd.	3.560	230.947	Sembcorp Industries Ltd.	73.800	295.961
Bank Hapoalim BM	103.022	932.116	Singapore Airlines Ltd.	97.750	484.637
Bank Leumi Le-Israel BM	126.611	1.024.238	Singapore Exchange Ltd.	75.100	557.941
Elbit Systems Ltd.	2.730	581.041	Singapore Technologies Engineering Ltd.	200.800	590.633
ICL Group Ltd.	64.893	329.250	Singapore Telecommunications Ltd.	1.111.200	2.072.286
Israel Discount Bank Ltd.	86.356	435.749	United Overseas Bank Ltd.	164.963	3.557.878
Mizrabi Tefahot Bank Ltd.	12.952	505.002	UOL Group Ltd.	53.884	256.124
Nice Ltd.	4.944	1.000.772	Wilmar International Ltd.	214.800	579.704
Teva Pharmaceutical Industries Ltd.	20.189	214.286	Yangzijiang Shipbuilding Holdings Ltd.	247.600	279.679
		5.253.401			23.928.195
Nova Zelândia			Suécia		
Auckland International Airport Ltd.	96.390	531.565	Alfa Laval AB	26.928	1.074.411
EBOS Group Ltd.	6.399	142.006	Assa Abloy AB	80.846	2.324.016
Fisher & Paykel Healthcare Corp. Ltd.	54.896	813.323	Atlas Copco AB	457.254	7.495.574
Mercury NZ Ltd.	67.907	279.470	Beijer Ref AB	26.080	347.290
Meridian Energy Ltd.	184.966	632.401	Boliden AB	22.725	708.617
Spark New Zealand Ltd.	196.703	640.148	Epiroc AB	80.447	1.523.287
		3.038.913	EQT AB	24.118	679.421
Noruega			Essity AB	53.785	1.331.569
Adevinta ASA	18.292	202.270	Evolution AB	14.605	1.744.568
Aker BP ASA	61.645	1.793.682	Fastighets AB Balder	41.616	294.182
DNB Bank ASA	71.389	1.514.144	Getinge AB	17.722	393.555
Equinor ASA	158.174	5.017.454	H & M Hennes & Mauritz AB	58.445	1.022.890
Gjensidige Forsikring ASA	13.034	238.459	Hexagon AB	152.431	1.823.361
Kongsberg Gruppen ASA	7.449	341.215	Holmen AB	3.681	155.344
Mowi ASA	34.574	618.578	Husqvarna AB	40.095	329.502
Norsk Hydro ASA	115.859	778.957	Industrivarden AB	24.529	798.496
Orkla ASA	62.559	484.175	Indutrade AB	18.996	491.966
Salmar ASA	4.404	246.486	Investment AB Latour	10.696	277.434
Telenor ASA	45.969	527.555	Investor AB	163.497	3.782.486
Yara International ASA	13.932	495.509	L E Lundbergforetagen AB	6.467	350.627
		12.258.484	Lifco AB	22.253	543.416

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Nibe Industrier AB	104.212	731.087	EMS-Chemie Holding AG	661	534.439
Nordea Bank Abp	236.383	2.924.456	Geberit AG (Registered)	2.927	1.873.781
Saab AB	5.722	344.529	Givaudan SA (Registered)	793	3.274.134
Sagax AB	11.987	328.761	Helvetia Holding AG	1.089	149.962
Sandvik AB	89.923	1.941.609	Holcim AG	47.041	3.688.833
Securitas AB	52.833	516.385	Julius Baer Group Ltd.	16.682	934.541
Skandinaviska Enskilda Banken AB	195.761	2.696.173	Kuehne + Nagel International AG	5.069	1.743.570
Skanska AB	32.739	592.546	Logitech International SA	14.965	1.417.110
SKF AB	33.083	660.816	Lonza Group AG (Registered)	5.761	2.421.037
Svenska Cellulosa AB SCA	41.873	625.321	Nestle SA (Registered)	256.445	29.707.583
Svenska Handelsbanken AB	100.803	1.093.766	Novartis AG (Registered)	220.896	22.264.133
Swedbank AB	57.844	1.165.162	Partners Group Holding AG	2.001	2.882.686
Swedish Orphan Biovitrum AB	15.161	400.468	Roche Holding AG	76.318	22.218.605
Tele2 AB	43.173	370.048	Sandoz Group AG	34.503	1.108.901
Telefonaktiebolaget LM Ericsson	228.064	1.426.609	Schindler Holding AG	4.151	1.035.222
Telia Co. AB	213.755	544.470	Schindler Holding AG (Registered)	1.426	337.503
Volvo AB	135.311	3.509.021	SGS SA (Registered)	13.078	1.126.232
Volvo Car AB	41.348	133.425	SIG Group AG	22.096	507.999
Zalando SE	2.614	62.280	Sika AG (Registered)	11.576	3.761.701
		47.558.944	Sonova Holding AG (Registered)	4.623	1.505.022
Suíça			Straumann Holding AG (Registered)	9.662	1.554.369
ABB Ltd. (Registered)	131.479	5.825.286	Swatch Group AG (The)	2.205	598.899
Adecco Group AG (Registered)	11.700	573.705	Swatch Group AG (The) (Registered)	6.721	351.761
Alcon, Inc.	33.527	2.613.963	Swiss Life Holding AG (Registered)	2.811	1.949.815
Avolta AG	11.061	434.607	Swiss Prime Site AG (Registered)	4.525	481.989
Bachem Holding AG	2.968	228.864	Swiss Re AG	23.219	2.608.672
Baloise Holding AG (Registered)	3.821	597.904	Swisscom AG (Registered)	1.819	1.093.583
Banque Cantonale Vaudoise (Registered)	1.204	154.783	Swissquote Group Holding SA (Registered)	1.007	244.556
Barry Callebaut AG (Registered)	287	483.534	Temenos AG (Registered)	4.427	411.219
BKW AG	1.426	252.619	UBS Group AG (Registered)	328.270	10.179.822
Chocoladefabriken Lindt & Spruengli AG	110	1.317.412	VAT Group AG	2.324	1.163.864
Chocoladefabriken Lindt & Spruengli AG (Registered)	7	846.670	Zurich Insurance Group AG	17.464	9.119.501
Cie Financiere Richemont SA	40.887	5.618.228			151.417.447
Clariant AG (Registered)	14.841	218.828	Total de ações		5.565.115.327

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023

24. Lista de aplicações financeiras avaliadas através dos resultados (continuação)

(c) Títulos de dinheiro de mercado

Títulos	Unidade	Valor Justo
Títulos de dinheiro de mercado		
Títulos de Tesouro Europeu	19.500.000	21.148.191
Títulos de Tesouro do Japão	3.200.000.000	22.707.033
Títulos de Tesouro de outras nações	50.000.000	8.717.488
		52.572.712

(d) Derivados

Títulos	Unidade	Valor Justo	Títulos	Unidade	Valor Justo
Futuros			Compra Nzd: Venda Usd 2/2/2024	64.074.538	-261.529
S&P500 EMINI 03/15/2024	4	31.920	Compra Gbp: Venda Usd 2/2/2024	124.680.794	-272.146
		31.920	Compra Usd: Venda Chf 1/5/2024	78.544.399	-363.072
Contrato CCY fwd estrangeiro			Compra Jpy: Venda Usd 2/2/2024	142.216.663	-588.141
Venda Aud: Compra Usd 1/3/2024	130.328.850	710.520	Compra Cad: Venda Usd 2/2/2024	120.187.771	-600.112
Venda Cad: Compra Usd 1/3/2024	119.975.732	593.381	Compra Aud: Venda Usd 2/2/2024	129.743.015	-725.456
Venda Jpy: Compra Usd 1/3/2024	141.575.374	560.787	Compra Dkk: Venda Usd 1/3/2024	71.951.516	-777.373
Venda Usd: Compra Chf 2/2/2024	79.385.007	349.078	Compra Sgd: Venda Usd 1/3/2024	100.515.882	-1.220.150
Venda Gbp: Compra Usd 1/3/2024	125.057.880	269.775	Compra Gbp: Venda Usd 1/3/2024	123.796.883	-1.260.997
Venda Nzd: Compra Usd 1/4/2024	63.631.833	257.538	Compra Sek: Venda Usd 1/3/2024	41.573.339	-1.550.938
Venda Usd: Compra Sek 2/2/2024	43.479.258	159.184	Compra Nzd: Venda Usd 1/4/2024	61.737.120	-1.894.714
Venda Sgd: Compra Usd 1/3/2024	101.736.032	114.018	Compra Nok: Venda Usd 1/3/2024	34.407.427	-1.907.155
Venda Usd: Compra Eur 2/2/2024	397.630.816	107.820	Compra CHF: Venda Usd 1/4/2024	75.833.790	-2.710.609
Venda Nok: Compra Usd 1/3/2024	36.314.582	61.578	Compra Cad: Venda Usd 1/3/2024	116.293.909	-3.681.823
Venda Usd: Compra Dkk 2/2/2024	73.616.753	25.176	Compra Aud: Venda Usd 1/3/2024	126.006.692	-4.322.158
Venda Hkd: Compra Usd 1/3/2024	7.043.561	2.650	Compra Eur: Venda Usd 1/3/2024	391.953.408	-4.395.013
		3.211.505	Compra Jpy: Venda Usd 1/5/2024	135.697.327	-5.878.048
Contrato CCY fwd estrangeiro					-32.963.125
Compra Hkd: Venda Usd 1/3/2024	7.042.168	-1.393	Derivados Over-the-counter		
Compra Hkd: Venda Usd 2/2/2024	7.301.812	-3.360	Pay Fixed 3.0450% / Rcv SOFRRATE 5.3000% 8/8/2033	5.900.000	-
Compra Usd: Venda Dkk 1/3/2024	72.728.889	-36.985	Pay Fixed 3.1350% / Rcv SOFRRATE 5.3000% 8/9/2033	11.800.000	-
Compra Nok: Venda Usd 2/2/2024	36.300.290	-63.859	Pay SOFRRATE 5.3000% / Rcv Fixed 3.3900% 8/8/2025	26.500.000	-
Compra Sgd: Venda Usd 2/2/2024	102.365.523	-129.510	Pay SOFRRATE 5.3000% / Rcv Fixed 3.5225% 8/9/2025	53.000.000	-
Compra Usd: Venda Eur 1/3/2024	396.348.420	-154.284			
Compra Usd: Venda Sek 1/3/2024	43.124.278	-164.300	Total dos derivados		-29.751.620

**Anexo III: Declaração sobre as Políticas Contabilísticas do Fundo Petrolífero
para o Ano Fiscal de 2023**



REF NO: 372 /IX/DGT-MF/5/2024

14/Maio/2024

Declaração do Tesouro sobre as Políticas Contabilísticas do Fundo Petrolífero para o Ano Fiscal de 2023

A presente declaração sobre as Políticas Contabilísticas do Fundo Petrolífero de acordo com a Lei do Fundo Petrolífero n° 9/2005, de 3 de agosto, conforme alterada pela Lei n° 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n° 2/2022, de 10 de fevereiro de 2022. Pode ser mantida para os registos do Fundo Petrolífero.

Em conformidade com o Artigo 21 da Lei do Fundo Petrolífero, as Demonstrações Financeiras do Fundo Petrolífero para o Ano Fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que permaneceram em vigor durante o Ano Fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Durante o Ano Fiscal de 2023, o Fundo Petrolífero adotou todas as IFRS novas e revisadas que eram relevantes. A adoção dessas IFRS novas e revisadas não teve um impacto significativo.

As normas contabilísticas anteriormente adotadas continuaram a ser aplicadas.



Regina de Jesus de Sousa
Diretora-Geral do Tesouro

Anexo IV: Comparação dos Rendimentos Derivados do Investimento dos Ativos do Fundo Petrolífero com os Rendimentos dos Três Anos Fiscais Anteriores

(de acordo com o Artigo 24.1 (e) da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro).

Por favor, consulte as Demonstrações Financeiras Auditadas para obter detalhes.

Tabela 17 – Rendimento Anual do Fundo Petrolífero

Ano Fiscal 2023	Ano Fiscal 2022	Ano Fiscal 2021	Ano Fiscal 2020
US\$ 1.678.704.161	US\$ (2.050.438.544)	US\$ 1.144.334.490	US\$1.773.297.623

Anexo V: Comparação do Retorno Nominal do Investimento dos Ativos do Fundo Petrolífero com os Retornos Reais Após Ajuste para a Inflação

(de acordo com o Artigo 24.1 (f) da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro).

Tabela 18 – Retorno Nominal e Real do Fundo Petrolífero

Retorno	2023	2022	2021
Retorno nominal	9,99%	-10,36%	6,25%
Inflação ²¹	3,35%	6,45%	7,04%
Retorno real	6,43%	-15,79%	-0,74%

O retorno nominal do Fundo Petrolífero em 2023 foi de 9,99%. O retorno real do Fundo no ano foi de 6,43%, após o ajuste para a inflação dos EUA de 3,35%

²¹ O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) dos EUA foi utilizado no cálculo do retorno real da carteira. Fonte: Departamento de Trabalho dos EUA – Bureau of Labor Statistics (www.bls.gov).

Anexo VI: Comparação do Retorno Nominal do Investimento dos Ativos do Fundo Petrolífero com o Desempenho do Índice de Referência

(de acordo com o Artigo 24.1 (g) da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro).

Figura 20 – Retorno Mensal do Fundo Petrolífero (jan – dez 2023)

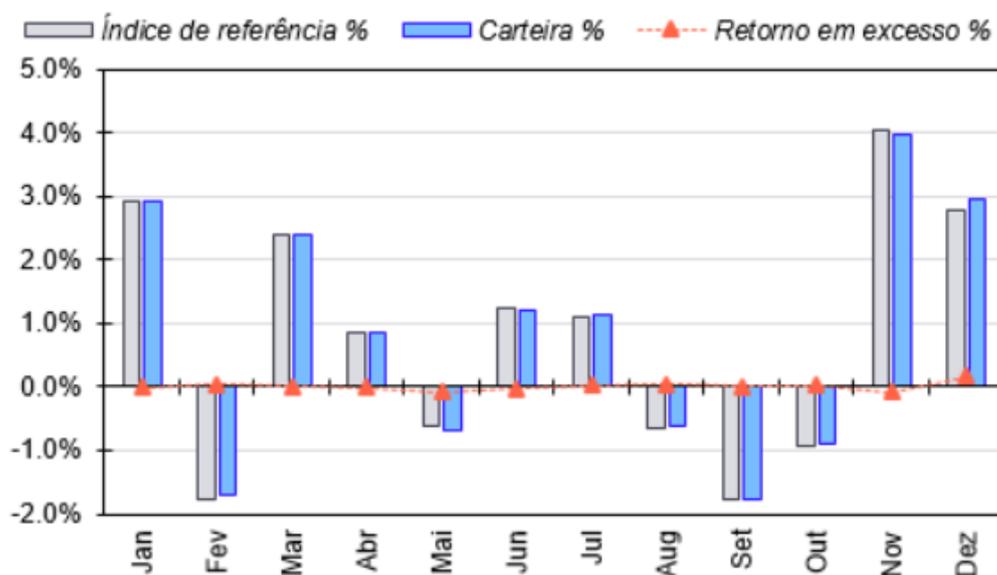


Tabela 19 – Retorno Mensal do Fundo Petrolífero (jan – dez 2023)

Período	Carteira	Índice de referência	Retorno em excesso
Janeiro	2.91%	2.93%	-0.01%
Fevereiro	-1.71%	-1.76%	0.05%
Março	2.41%	2.41%	0.00%
Abril	0.86%	0.87%	-0.01%
Mai	-0.69%	-0.62%	-0.07%
Junho	1.22%	1.25%	-0.03%
Julho	1.14%	1.12%	0.02%
Agosto	-0.62%	-0.66%	0.04%
Setembro	-1.76%	-1.77%	0.01%
Outubro	-0.90%	-0.92%	0.02%
Novembro	3.96%	4.05%	-0.09%
Dezembro	2.96%	2.80%	0.16%
Ano Fiscal de 2023	9,99%	9,90%	0,10%

Anexo VII: Comparação do Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Fiscal de 2023 com a Soma das Transferências do Fundo Petrolífero para o Mesmo Ano

(de acordo com o Artigo 24.1 (h) da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro).

O total de levantamentos do Fundo Petrolífero para o ano fiscal de 2023 foi de US\$ 1.090.0 milhões, o que representou US\$ 599.9 milhões de excesso acima do montante do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) de US\$ 490.1 milhões projetado para o ano.

Para mais detalhes, consulte a Demonstração das Alterações no Capital e as Notas às Demonstrações Financeiras do anexo II.

Anexo VIII: Declaração do Tesouro sobre Empréstimos Contraídos



REF NO: 374 /IX/DGT-MF/5/2024

14/Maio//2024

Declaração do Tesouro sobre os Empréstimos do Governo de Timor-Leste para o Ano Fiscal de 2023

Esta declaração é feita de acordo com o requisito estipulado no Artigo 24.1 (i) da Lei do Fundo Petrolífero n° 9/2005, de 3 de agosto, conforme alterada pela Lei n° 12/2011, de 28 de setembro de 2011, e pela Lei n° 2/2022, de 10 de fevereiro de 2022, para informar se houve empréstimos pelo Governo de Timor-Leste em que os ativos do Fundo Petrolífero estão sendo usados como garantia, conforme detalhado no Artigo 20.2.

O Governo de Timor-Leste periodicamente negocia e celebra acordos com instituições financeiras internacionais, tais como Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Agência de Cooperação Internacional do Japão e Facilidade Australiana de Financiamento de Infraestrutura para o Pacífico. Os ativos de Timor-Leste são usados para o pagamento de juros e principais desses empréstimos. De acordo com os termos e condições, esses contratos de empréstimo não possuem requisitos específicos de garantia que onerem os ativos do Fundo Petrolífero.

A Direção Geral da Gestão e Mobilização dos Recursos Externos do Ministério das Finanças confirmou que nenhum novo empréstimo foi assinado durante o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2023. O valor total de todos os empréstimos comprometidos ou assinados até 31 de dezembro de 2023 totaliza aproximadamente \$1.024,57 milhões dólares americanos. Os empréstimos foram denominados em dólares americanos (USD), Direitos Especiais de Saque (SDRs) e Ienes e variam de acordo com a taxa de câmbio vigente.


Regina de Jesus de Sousa
Diretora-Geral do Tesouro

Anexo IX: Lista de Pessoas que Exercem Cargos Relevantes para as Operações e Desempenho do Fundo Petrolífero

(de acordo com o Artigo 24.1 (j) da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro).

A lista das pessoas que exercem cargos relevantes para a operação e desempenho do Fundo Petrolífero é apresentada abaixo:

A. Ministro (a) das Finanças

Sr. Rui Augusto Gomes (até 2 de julho de 2023)

Sra. Santana J.R.F. Viegas Cardoso (a partir de 3 de julho de 2023)

Vice-Ministro das Finanças

Sr. Antonio Freitas (até 2 de julho de 2023)

Sr. Helder Lopes (a partir de 3 de julho de 2023)

B. Diretora-Geral do Tesouro

Sra. Regina de Jesus de Sousa

C. Membros do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI):

Nome	Posição
Sr. Olgario de Castro	Presidnete. Membro com voto desde 2008
Dr. Torres Trovik	Membro com voto desde 2006
Sr. Gualdino da Silva	Membro com voto desde 2012
Professor Michael Drew	Membro com voto desde 2017
Sr. Venancio Alves Maria	Representante do BCTL desde 2012
Sr. Filipe Nery Bernardo	Representante do Mdf desde 2022

D. Gestor Operacional

- Banco Central de Timor-Leste (BCTL) – desde 12 de outubro de 2005.

E. Gestores Externos de Investimento

- Bank for International Settlements (BIS) – desde 3 de junho de 2009.
- Barings LLC – desde abril de 2023.
- Franklin Resources Inc (Franklin Templeton) – desde abril de 2023.
- Schroders Investment Management Limited – desde 8 de outubro de 2010.
- State Street Global Advisors (SSGA) – desde 14 de setembro de 2011 (a implementação teve início em janeiro de 2012).
- BlackRock Investment Management Austrália Limited – desde abril de 2012 (a implementação teve início em fevereiro de 2013).

F. Custódia

- JP Morgan Chase Bank N.A.

G. Auditor Independente

- Ernst & Young (EY)

H. Governador do Banco Central de Timor-Leste

Sr. Abraão de Vasconcelos (até dia 12 de setembro de 2023)

Sr. Helder Lopes (a partir de 13 de setembro de 2023)

I. Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero

O CCFP foi formalmente constituído em 6 de novembro de 2006. Os membros do CCFP para o ano financeiro de 2022 são os seguintes:

O **Sr. Juvinal Dias** é Presidente do CCFP. Ele juntou-se ao CCFP em dezembro de 2017, representando organizações da sociedade civil. Ele é um dos Comissários do Conselho de Governança do Greater Sunrise. Além disso, ele lidera o Core Group Transparency Timor-Leste, Publish What You Pay Timor-Leste e foi um pesquisador anterior no Lao Hamutuk.

O **Sr. Nuno Eugénio Goulart** é Vice-Presidente do CCFP. Ele juntou-se ao CCFP em outubro de 2019, representando o Parlamento Nacional. Ele é Coordenador de Educação na PHD Australia.

A **Sra. Izilda Imanuela da Luz Pereira** é um ex-membro do Parlamento. Ela juntou-se ao CCFP em dezembro de 2017, representando o Parlamento Nacional. Ela ocupa uma posição importante no Conselho Jurídico e de Auditoria da AEMTL.

O **Pe. Mauzinho Pereira Lopes** substituiu o Pe. Julio Crispim Ximenes Belo como membro do CCFP a partir de setembro de 2022. Ele é um padre católico e professor na Universidade Católica Timorense (UCT) e no Instituto Filosofia e Teologia (ISFIT).

O **Sr. Hernani Agostinho Soares** é membro do CCFP. Ele representa o setor privado no CCFP desde outubro de 2019. Ele é Vice-Presidente da Câmara de Comércio de Timor-Leste e assessor do Ministro do Turismo, Indústria e Comércio.

A **Sra. Martinha da Silva Jesus Pinto** é membro do CCFP. Ela juntou-se ao CCFP em outubro de 2019, representando organizações da sociedade civil. Ela é Diretora da ONG Feto Hadomi Família (FFHF).

Membros do Comité de Assessoria para o Investimento



O **Sr. Olgario de Castro** é Presidente do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI). Ele está com o Fundo Petrolífero há mais de 10 anos. Ele é um cidadão timorense e contabilista certificado e sócio da prática De Castro Sullivan Lai em Darwin, Austrália. Suas áreas de especialização incluem impostos, contabilidade financeira e de gestão e auditoria.

Dr. Torres Trovik ajudou a estabelecer o Fundo Petrolífero em 2005 e é um membro do CAI desde o início. Ele é diretor não executivo e preside o comité de gestão de risco da Folketrydfondet, um fundo soberano de riqueza noruegês. Leciona como professor adjunto associado na Escola Norueguesa de Economia e atua como consultor na KLP, um fundo de pensão norueguês. Dr. Trovik também preside o Comité de Administração de Fundos da OCDE, coordenado a gestão de pensões para várias organizações internacionais. Sua ampla experiência abrange NBIM, Norges Bank, FMI e Banco Mundial, com foco na governação de fundos soberanos, estratégia de investimento e gestão.

Gualdino da Silva está com o Fundo Petrolífero como membro do CAI desde 2012. Possui qualificação em engenharia geológica pela RMIT e atualmente ocupa o cargo de Presidente de Autoridade Nacional do Petrolífero (ANP) desde setembro de 2023.

Prof. Dr. Michael Drew juntou-se com o Fundo Petrolífero em abril de 2017. Ele é Professor de Finanças na Griffith University e co-fundador da Drew, Walk & Co., uma empresa de consultoria econômica financeira especializada em governança de investimentos e elabora os planos de pensão. Ele também atua como Diretor Fiduciário da CareSuper e é Presidente do Comité de Investimentos da mesma instituição.

O **Sr. Venancio M. Alves** é o assessor senior no Banco Central de Timor-Leste. Ele foi Vice-Governador e Diretor Executivo do Fundo Petrolífero no Banco Central. Ele é um cidadão timorense com muitas experiências na gestão dos investimentos do Fundo Petrolífero. Ele é um membro sem voto no CAI, representando o Gestor Operacional (BCTL) e nomeado pelo Governador do Banco Central.

O **Sr. Filipe Nery Bernardo** juntou-se com o Fundo Petrolífero em setembro de 2009 como analista e tem vindo a liderar e coordenar os trabalhos no GPGFP (Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero) no Ministério das Finanças desde 2012. Ele é também o representante do Ministério das Finanças no Grupo de Trabalho Multilateral da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI) de Timor-Leste. Ele é um membro sem voto no Comité de Assessoria para o Investimento (IAB), como suplente nomeado à Diretora-Geral do Tesouro a partir de fevereiro de 2022.

Anexo X: Declaração sobre o Total dos Levantamentos em Comparação com o Montante de Dotação Aprovado

(de acordo com o Artigo 7.2 da Lei do Fundo Petrolífero, Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro).

De acordo com o Artigo 7.3 da Lei do Fundo Petrolífero, Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, o montante total transferido a partir do Fundo Petrolífero para um ano fiscal não deve exceder o montante de apropriação aprovada pelo Parlamento para o ano fiscal.

De acordo com o Artigo 4 da Lei n.º 15/2022, de 21 de dezembro, alterada pela Lei n.º 17/2023, de 29 de agosto, sobre o Orçamento Geral do Estado para 2023, o montante transferido do Fundo Petrolífero para o Orçamento Geral do Estado para 2023 não deve exceder US\$1.208,2 milhões.

O montante total efetivamente transferido do Fundo Petrolífero para o Fundo Consolidado de Timor-Leste em 2022 foi de US\$1.090,0 milhões.

O montante total transferido do Fundo Petrolífero para 2022 estava em conformidade com o Artigo 7.2 da Lei do Fundo Petrolífero, Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro.

**Anexo XI: Relatório do Artigo 35 sobre as Receitas do Fundo Petrolífero de
Ernst & Young**

Relatório de Compilação para o Ministério das Finanças, República Democrática de Timor-Leste relativo à Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero para o ano findo em 31 de dezembro de 2023

Compilamos a Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero que detalha os pagamentos feitos ao Fundo Petrolífero de Timor-Leste ("Fundo Petrolífero") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com base na informação que nos foi fornecida pela gestor operacional do Fundo Petrolífero, o Banco Central de Timor-Leste ("gestor operacional").

Realizámos este trabalho de compilação de acordo com a Norma Internacional de Serviços Relacionados 4410 (Revisada) *Trabalhos de Compilação*.

Aplicamos o nosso conhecimento em reporte contábilístico e financeiro para vos assistir na preparação e apresentação da Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero. Cumprimos com os requisitos éticos relevantes, incluindo princípios de integridade, objetividade, competência profissional e de diligência.

A Autoridade Nacional do Petróleo e a Direção Nacional das Receitas Petrolíferas e Minerais do Autoridade Tributária de Timor-Leste são responsáveis por controlar que todos os pagamentos devidos ao abrigo da Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto de 2005, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro de 2011, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro de 2022, (a "Lei do Fundo Petrolífero"), foram efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero e a exatidão e a plenitude das informações utilizadas para a compilação da informação são da responsabilidade do gestor operacional.

Tendo em consideração que um trabalho de compilação não é um trabalho de segurança, não nos é exigida a verificação da exatidão e da plenitude da informação que nos foi fornecida pela gestão para compilar a Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria ou uma conclusão de revisão sobre a mesma.

Tal como indicado na Nota 1, a Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero é preparada e apresentada de acordo com os requisitos previstos na Lei do Fundo Petrolífero. Deste a Demonstração dos Recebimentos do Fundo Petrolífero, destina-se apenas a essa finalidade e pode não ser adaptada para qualquer outro fim.

O nosso relatório de compilação destina-se exclusivamente à utilização pelo Ministério das Finanças, conforme exigido pela Lei do Fundo Petrolífero. Não assumimos qualquer responsabilidade para com qualquer outra parte por qualquer perda ou responsabilidade que a outra parte possa sofrer ou incorrer decorrente ou relacionada com o conteúdo do nosso relatório, a prestação do nosso relatório à outra parte ou a confiança no nosso relatório pela outra parte.



Ernst & Young
Perth
14 de maio de 2024



Ernst & Young
11 Mounts Bay Road
Perth WA 6000 Australia
GPO Box M939
Perth WA 6843

Tel: +61 8 9429 2222
Fax: +61 8 9429 2436
ey.com/au

Compilation report to the Ministry of Finance, Democratic Republic of Timor-Leste in respect of the Statement of Petroleum Fund Receipts for the year ended 31 December 2023

We have compiled the accompanying Statement of Petroleum Fund Receipts detailing the payments made to the Petroleum Fund of Timor-Leste ("the Petroleum Fund") for the year ended 31 December 2023 based on information provided to us by the Petroleum Fund's operational manager, Banco Central de Timor-Leste ("the operational manager").

We performed this compilation engagement in accordance with International Standard on Related Services 4410 (Revised) *Compilation Engagements*.

We have applied our expertise in accounting and financial reporting to assist you in the preparation and presentation of the Statement of Petroleum Fund Receipts. We have complied with relevant ethical requirements, including principles of integrity, objectivity, professional competence and due care.

The National Petroleum Authority and the National Directorate of Petroleum Tax Revenue are responsible for monitoring that all payments that should have been made under the Petroleum Fund Law No. 9/2005 dated 3 August 2005, as amended by Law No. 12/2011 dated 28 September 2011 and Law No. 2/2022, of 10 February 2022 (the "Petroleum Fund Law") have been made for the year ended 31 December 2023. This Statement of Petroleum Fund Receipts and the accuracy and completeness of the information used to compile it are the responsibility of the operational manager.

Since a compilation engagement is not an assurance engagement, we are not required to verify the accuracy or completeness of the information you provided to us to compile the Statement of Petroleum Fund Receipts. Accordingly, we do not express an audit opinion or a review conclusion on the Statement of Petroleum Fund Receipts.

As stated in Note 1, the Statement of Petroleum Fund Receipts is prepared and presented in accordance with the requirements under the Petroleum Fund Law. Accordingly, the Statement of Petroleum Fund Receipts is for use only in connection with that purpose and may not be suitable for any other purpose.

Our compilation report is intended solely for the use by the Ministry of Finance as required under the Petroleum Fund Law. We disclaim all responsibility to any other party for any loss or liability that the other party may suffer or incur arising from or relating to or in any way connected with the contents of our report, the provision of our report to the other party or the reliance upon our report by the other party.

Ernst & Young
Perth
14 May 2024

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

**PETROLEUM FUND OF TIMOR-LESTE
STATEMENT OF PETROLEUM FUND RECEIPTS
FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2023**

Article 6.1(a) receipts	US\$
Payee:	
Baker Hughes Aust Pty Ltd	118,742
BGP China National Petroleum	1,706
Brunel Energy Pty Ltd	6,105
BU13 Australia Pty Ltd	136,147
Callidus Prosess Solutions Pty.Ltd.	2,885
Caltech Unip Lda	875,433
Cameron Services Intl Pty Ltd	1,042
Carnavon Energy Limited	18,939
Caterpillar of Australia Pty Ltd	4,696
Chandler Macleod Group Limited	98,697
Clough Amec Pty Ltd	992,103
Clough Wood Pty Ltd	898,826
Compass Group (Aust) Pty Ltd	1,093,648
Competentia Pty Ltd	12,295
Concalo Cristovao c.c De Meirelles	550
Connocophilips Timor Leste	914,550
Conoco Philips (EMET) Pty Ltd	159,000
Conoco Philips Timor Leste Pty Ltd	261,952
Conoco Phillips (03-12) Pty Ltd	13,731,694
Conoco Phillips (03-13) Pty Ltd	992,482
Conoco Phillips (Timor Sea) Pty Ltd	1,312,902
Conocophilips JPDA Pty Ltd	1,057,733
ENI JPDA 03-13 Ltd	223,612
ENI JPDA 03-13 LTD BRANCH	3,476,320
ENI JPDA 06-105 Pty Ltd	316,977
ENI JPDA 11-106 BV BRANCH	46,572
Eni Timor Leste SPA Branch	85,359
Haliburton Australia Pty Ltd	220,683
Hertel Modern Pty Ltd	149,963
Inpex Timor Sea Ltd	13,625
Inpex Saul Ltd	15,981,998
Jose Pedro da Costa Duarte	2,914
Laloran Marine Services Lda	458,777
Konnekto Unipessoal Lda	228,093
KT Maritime Services BU	134,116
MMA Offshore Vessel Operation Pty	22,535
Oceaneering Aust Pty Ltd	31,753
Offshore Service Australia Pty Ltd	1,091,476
Santos (JPDA 91-12) Pty Ltd	3,977,773
Santos Ltd	1,609,285
Schlumberger Australia Pty Ltd	278,541
SGS Australia Pty Ltd	123,779
Sodexo Timor Unip Lda	292
Solar Turbines International .Co	1,829

**PETROLEUM FUND OF TIMOR-LESTE
STATEMENT OF PETROLEUM FUND RECEIPTS
FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2023**

Article 6.1(a) receipts (continued)	US\$
Payee:	
Solstad Australia Pty Ltd	12,277
Spectrum Geo Aust Pty Ltd	19,814
Sunda Gas Timor-Leste Sahul	5,258
Sundagas Pty Ltd	192,197
Tidewater Offshore Pty Ltd	512,505
Tidewater Onshore Operations Pte	91,340
Timor Gap Drilling Unip Lda	883
Timor GAP (G Sunrise RL Unip Lda)	2,903
Timor Gap Offshore Block Unip	123,708
Timor Gap (Rarahana and Serv Inip Lda)	1,947
Timor Gap Chudith Unip Lda	5,989
Timor Gap E P	9,750
Timor Gap G RL 2 Unip Lda	49
Timor Gap G S 03-20 Unip Lda	49
Timor Gap G Sunrise Unip Lda	154,722
Timor Gap Greater 03-19	49
Timor Gap Onshore Block C Unip Lda	9,862
Timor Gap Onshore Block Unip Lda	24,089
Timor Gap PSC 11-106 Unip Ld	19,233
Timor Gap Rarahana Unip Lda	144,066
Timor Gap Seismic Services Lda	191,256
Timor Resources Pty Ltd	126,979
Tokyo Timor Sea Resources Pty Ltd	1,278,492
Weatherford Australia Pty Ltd	440,943
Woodside Energy Pty Ltd	41,033
Total Article 6.1(a) receipts per the Petroleum Fund and National Directorate of Petroleum and Mineral Revenue (NDPMR) for the year	54,577,792

PETROLEUM FUND OF TIMOR-LESTE
 STATEMENT OF PETROLEUM FUND RECEIPTS
 FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2023

Article 6.1(b) receipts	US\$
2023 Article 6.1(b) receipts collected and paid per Autoridade Nacional do Petroleo e Minerals (ANPM)	366,787,700
Total Article 6.1(b) receipts per the Petroleum Fund for the year	366,787,700
Article 6.1(e) receipts	
Department Foreign Affairs & Trade (pipeline fees)	5,333,600
Total Article 6.1(e) receipts per the Petroleum Fund for the year	5,333,600
Summary of Receipts for the year ended 31 December 2023 per the Petroleum Fund	
Article 6.1(a) receipts	54,577,792
Article 6.1(b) receipts	366,787,700
Article 6.1(e) receipts	5,333,600
Total Article 6.1 receipts per the Petroleum Fund for the year	426,699,092

**PETROLEUM FUND OF TIMOR-LESTE
STATEMENT OF PETROLEUM FUND RECEIPTS
FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2023**

Note 1 Basis of Preparation

The Statement of Petroleum Fund Receipts details the payments made to the Petroleum Fund of Timor-Leste ("the Petroleum Fund") for the year ended 31 December 2023 as required under article 35 of the Petroleum Fund Law No. 9/2005 dated 3 August 2005, as amended by Law No. 12/2011 dated 28 September 2011 and Law No. 2/2022 dated 10 February 2022 (the "Petroleum Fund Law").

The National Petroleum Authority and the National Directorate of Petroleum Tax Revenue are responsible for monitoring that all payments that should have been made under the Petroleum Fund Law have been made for the year ended 31 December 2023.

Banco Central de Timor-Leste, the operational manager of the Petroleum Fund of Timor-Leste is responsible for the accuracy and completeness of the information contained in the Statement of Petroleum Fund Receipts.

The petroleum receipts are received in US\$ and the Statement of Petroleum Fund Receipts is presented in US\$.

The petroleum receipts are recorded in the Statement of Petroleum Fund Receipts on a receipt basis. The Statement of Petroleum Fund Receipts include the following types of receipts for the financial year ended 31 December 2023:

- Article 6.1 (a) receipts - the gross revenue, including Tax Revenue, of Timor-Leste from any Petroleum Operations, including prospecting or exploration for, and development, exploitation, transportation, sale or export of petroleum, and other activities relating thereto
- Article 6.1 (b) receipts - any amount received by Timor-Leste from the Designated Authority pursuant to the Treaty
- Article 6.1 (d) - any amount received from direct or indirect participation of Timor-Leste in Petroleum Operations. There is no receipt under this category for the current financial year; and
- Article 6.1 (e) any amount received by Timor-Leste relating directly to petroleum resources not covered in paragraphs above.

Anexo XII: Pareceres Prestados pelo Comit  de Assessoria para o Investimento

O conselho de CAI não foi solicitado em 2013.

Anexo XIII: Implementação dos Princípios de Santiago pelo FPTL

FUNDO PETROLÍFERO DE TIMOR-LESTE
I IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E PRÁTICAS GERALMENTE ACEITOS
“PRINCÍPIOS DE SANTIAGO”

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste é um membro ativo do Fórum Internacional para os Fundos Soberanos (IFSWF) desde 2010. O alicerce do IFSWF são os "Princípios de Santiago", que consistem em 24 Princípios e Práticas Geralmente Aceitos para fundos soberanos. Os Princípios de Santiago foram concebidos para promover a boa governação, a responsabilização, a transparência e práticas de investimento prudentes, incentivando simultaneamente um diálogo mais aberto e uma compreensão mais profunda das atividades dos fundos soberanos.

Todos os membros do IFSWF subscrevem voluntariamente aos Princípios de Santiago e procuram implementá-los nas suas práticas de governação e investimento. Os membros do IFSWF efetuam regularmente uma autoavaliação da sua adesão aos Princípios de Santiago. O Fundo Petrolífero de Timor-Leste decidiu conduzir uma revisão anual da implementação dos Princípios de Santiago, a qual é publicada no Relatório Anual do Fundo Petrolífero e no sítio web da IFSWF. O Ministério das Finanças, o órgão executivo e responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero, completou a décima terceira autoavaliação da adesão do Fundo aos Princípios de Santiago e os seus resultados são apresentados na tabela seguinte. As principais fontes são identificadas para cada princípio. Ao longo do documento é feita referência aos seguintes documentos formativos, que estão disponíveis no sítio do Ministério das Finanças em <https://www.mof.gov.tl/pagedetails/petroleum-fund-of-timor-leste>

A Lei do Fundo Petrolífero: Lei do Fundo Petrolífero n.º 9/2005, de 3 de agosto, conforme alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro.

O Acordo de Gestão Operacional do Fundo Petrolífero (OMA) assinado em 12 de outubro de 2005 e foi atualizado em 25 de junho de 2009 entre o Ministério das Finanças e o Banco Central de Timor-Leste (BCTL), o gestor operacional designado do Fundo Petrolífero.

A Lei do Fundo Petrolífero foi complementada por alterações à Lei das Atividades Petrolíferas n.º 13/2005, de 2 de setembro, 2ª alteração pela Lei n.º 6/2019, de 4 de dezembro e pela Lei do Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública n.º 2/2022, de 10 de fevereiro.

O sítio do BCTL também fornece uma visão geral do Fundo Petrolífero e publica os Relatórios Mensais e Trimestrais do Fundo Petrolífero, contendo demonstrações financeiras auditadas.

<https://www.bancocentral.tl/en/go/about-petroleum-fund>

<https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report>

As informações sobre o Comitê de Assessoria para o Investimento (CAI) do Fundo Petrolífero e seus pareceres são publicadas nos Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero, que estão disponíveis nos sites tanto do Ministério das Finanças quanto do BCTL:

<https://www.mof.gov.tl/pagedetails/petroleum-fund-of-timor-leste>

<https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fund-petroliferu-2022>

<https://www.bancocentral.tl/en/go/investment-advisory-board3>

Princípio	Implementação
I. Enquadramento legal, objetivos e coordenação com políticas macroeconômicas	
<p>1. O enquadramento legal do Fundo Soberano deve ser sólido e apoiar a sua operação eficaz e a concretização dos seus objetivos declarados.</p> <p>1.1. O enquadramento legal do Fundo Soberano deve garantir a solidez jurídica do Fundo e das suas transações.</p> <p>1.2. As principais características da base legal e da estrutura do Fundo Soberano, bem como a relação jurídica entre o Fundo Soberano e outros órgãos estatais, devem ser divulgadas publicamente.</p>	<p>O Fundo Petrolífero de Timor-Leste ("o Fundo") foi estabelecido em 2005 com o objetivo de cumprir o requisito constitucional definido pelo Artigo 139.º da Constituição da República, o qual determina uma utilização justa e equitativa dos recursos naturais de acordo com os interesses nacionais e o estabelecimento de uma reserva financeira obrigatória a partir da exploração destes recursos.</p> <p>O Parlamento Nacional de Timor-Leste, através da promulgação da Lei do Fundo Petrolífero, estabeleceu o quadro legal para o Fundo Petrolífero. Este foi complementado por alterações recentes feitas à Lei das Atividades Petrolíferas e Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e Gestão Financeira Pública.</p> <p>O Fundo é formado como uma conta do Ministério das Finanças mantida no Banco Central de Timor-Leste ("BCTL" - Banco Central de Timor-Leste), e não como uma entidade legal separada.</p> <p>A Lei do Fundo Petrolífero:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fornece mecanismos que ajudam Timor-Leste a gerir de forma sustentável as suas receitas petrolíferas, – detalha os parâmetros para operar e gerir o Fundo Petrolífero, – define as diretrizes de alocação de ativos e os limites de risco, – rege a recolha e gestão das receitas, – regula as transferências para o Orçamento do Estado, – define as funções e responsabilidades das entidades envolvidas na gestão do Fundo, e – prevê a prestação de contas e a supervisão destas atividades. <p>A Lei do Fundo Petrolífero exige que o Ministério das Finanças celebre um acordo com o Gestor Operacional. O Acordo de Gestão Operacional (AGO) foi assinado entre o Ministério das Finanças e o BCTL, o Gestor Operacional, em 12 de outubro de 2005, com as alterações subsequentes para ter em conta as principais alterações feitas às estratégias de investimento do Fundo. O acordo especifica as principais funções e competências do Ministério das Finanças, a entidade governamental responsável pela gestão global do Fundo, e do BCTL, que é responsável pela gestão operacional do Fundo.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Lei das Atividades Petrolíferas</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/13_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2019/serie_1/SERIE_1_NO_2_A.pdf</p> <p><i>Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e Gestão Financeira Pública</i> https://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2022/serie_1/SERIE_1_NO_7_A.pdf</p> <p><i>Acordo de Gestão Operacional</i></p>
<p>2. O objetivo político do fundo soberano deve ser claramente definido e divulgado publicamente.</p>	<p>O Fundo Petrolífero acumula receitas petrolíferas provenientes da extração de recursos naturais. O preâmbulo da Lei do Fundo Petrolífero decreta que o objetivo da criação do Fundo é contribuir para uma gestão prudente dos recursos petrolíferos em benefício das gerações atuais e futuras. O Fundo Petrolífero é uma ferramenta que contribui para uma política fiscal sólida, onde é dada a devida consideração e peso aos interesses a longo</p>

Princípio	Implementação
	<p>prazo dos cidadãos de Timor-Leste. O Fundo Petrolífero financia as despesas do Governo e atua como um veículo de poupança para as gerações futuras.</p> <p>O Ministério das Finanças fornece informações detalhadas sobre o objetivo da criação do Fundo Petrolífero nos Relatórios Anuais do Fundo e em consultas públicas regulares.</p> <p><i>Fontes: Lei Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>3. Sempre que as atividades do fundo soberano tenham implicações macroeconómicas nacionais diretas significativas, essas atividades devem ser estreitamente coordenadas com as autoridades fiscais e monetárias nacionais, a fim de assegurar a coerência com as políticas macroeconómicas globais.</p>	<p>O Fundo Petrolífero está integrado no Orçamento do Estado. As transferências são efetuadas a partir do Fundo Petrolífero para o Orçamento do Estado para financiar o défice orçamental do Governo. As transferências são orientadas pelo Rendimento Sustentável Estimado (RSE), o montante que pode ser transferido do Fundo Petrolífero. A justificação para a adoção do RSE é suavizar os gastos de rendimentos petrolíferos temporariamente elevados, proteger contra a volatilidade dos influxos petrolíferos e salvaguardar o uso sustentável das finanças públicas.</p> <p>Os ativos do Fundo Petrolífero são investidos principalmente no estrangeiro em instrumentos do mercado financeiro. Na sequência de alterações à Lei das Atividades Petrolíferas em 2019, o Fundo pode também ser investido em operações petrolíferas no território nacional ou no estrangeiro, sujeito a um limite de exposição de 5%.</p> <p>O Ministério das Finanças é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero e coordena também a preparação, discussão e execução do orçamento do Governo.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Lei das Atividades Petrolíferas</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/13_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2019/serie_1/SERIE_1_NO_2_A.pdf</p> <p><i>Livros orçamentais do Ministério das Finanças</i> https://www.mof.gov.tl/pagedetails/budget-and-spending-documents</p>
<p>4. Devem existir políticas, regras, procedimentos ou acordos claros e divulgados publicamente em relação à abordagem geral do FRS no que respeita às operações de financiamento, retirada e despesas.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero define claramente os mecanismos de financiamento e levantamentos.</p> <p>Todas as receitas petrolíferas entram inicialmente no Fundo antes de serem efetuadas quaisquer transferências para o Orçamento do Estado. A Lei do Fundo Petrolífero define o que constitui as receitas do Fundo Petrolífero e estabelece os mecanismos para lidar com essas receitas. Os retornos dos investimentos do Fundo Petrolífero também contribuem para a acumulação do capital do Fundo.</p>

Princípio	Implementação
<p>4.1. A fonte de financiamento do fundo soberano deve ser divulgada publicamente.</p> <p>4.2. A abordagem geral em relação às retiradas do FRS e às despesas em nome do Governo deve ser divulgada publicamente.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero também estabelece os requisitos para levantamentos. As únicas transferências permitidas a partir do Fundo Petrolífero, que requerem a aprovação do Parlamento, são para o Orçamento do Estado. O Orçamento de Estado identifica a contribuição do Fundo para as despesas do Governo. Os levantamentos são orientados pela regra do RSE (ver GAPP 3). O Parlamento Nacional pode aprovar uma transferência em excesso acima do RSE, desde que justifique que é do interesse de Timor-Leste a longo prazo.</p> <p>Informações detalhadas sobre as receitas petrolíferas e as transferências efetuadas para financiar o orçamento do Governo são divulgadas publicamente nos Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero, nos Relatórios Orçamentais preparados pelo Ministério das Finanças e nos relatórios trimestrais e mensais do Fundo Petrolífero do BCTL.</p> <p>Uma lista completa de todas as entidades que efetuam pagamentos ao Fundo Petrolífero é compilada e certificada por um auditor externo e publicada anualmente tanto no Relatório Anual do Fundo Petrolífero (Anexo XI - Relatório de Compilação das Receitas Petrolíferas) como nos relatórios da ITIE (Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas) de Timor-Leste. Timor-Leste foi aceite como um país em conformidade com a ITIE a 1 de julho de 2010.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais e Trimestrais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p> <p><i>Livros orçamentais do Ministério das Finanças</i> https://www.mof.gov.tl/pagedetails/budget-and-spending-documents</p> <p><i>Relatórios e sítio da TL-EITI - www.eiti.gov.tl</i> https://eiti.org/documents/timor-leste-2020-eiti-report</p>
<p>5. Os dados estatísticos pertinentes relativos aos fundos soberanos devem ser comunicados atempadamente ao seu proprietário, ou conforme exigido, para serem incluídos, se for caso disso, nos conjuntos de dados macroeconómicos.</p>	<p>A transparência é um princípio fundamental da Lei do Fundo Petrolífero. A Lei estabelece os requisitos para que todas as entidades envolvidas na gestão do Fundo forneçam e publiquem os relatórios relativos às atividades do Fundo.</p> <p>O Ministério das Finanças prepara e publica o Relatório Anual do Fundo Petrolífero juntamente com as demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero. A Lei exige que um auditor internacional acreditado emita e publique um relatório de auditoria anual sobre as demonstrações financeiras do Fundo. As demonstrações financeiras são submetidas juntamente com a conta nacional do Governo ao Parlamento Nacional. O Ministério das Finanças prepara também o Orçamento de Estado para o Parlamento Nacional. O Orçamento reporta o Rendimento Sustentável Estimado (RSE), os levantamentos que excedem o RSE e outros assuntos relevantes do Fundo Petrolífero. O BCTL, numa base trimestral, fornece relatórios ao Ministério das Finanças sobre o desempenho do Fundo e publica também um relatório mensal sobre o desempenho do Fundo no seu próprio sítio na Internet.</p> <p>Todas as informações estão disponíveis ao público nos sítios do MdF e do BCTL.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p>

Princípio	Implementação
	<p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais, Trimestrais e Mensais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p> <p><i>Livros orçamentais do Ministério das Finanças</i> https://www.mof.gov.tl/pagedetails/budget-and-spending-documents</p>
II. Enquadramento Institucional e Estrutura Governação	
<p>6. O enquadramento de governação do fundo soberano deve ser sólido e estabelecer uma repartição clara e eficaz das funções e das responsabilidades, a fim de facilitar a prestação de contas e a independência operacional na gestão do fundo, tendo em vista a prossecução dos seus objetivos.</p>	<p>O Parlamento Nacional de Timor-Leste estabeleceu a Lei do Fundo Petrolífero, a qual define os papéis e responsabilidades das entidades envolvidas na gestão do Fundo.</p> <p>O Ministro das Finanças é o executivo do Fundo e responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero. O Ministério das Finanças define a política de investimento, celebra um acordo de gestão com o Gestor Operacional e monitoriza o desempenho do Fundo. O Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) presta aconselhamento independente à Ministra das Finanças sobre a política de investimento e gestão do Fundo, incluindo os mandatos de investimento para o Fundo.</p> <p>O BCTL, na qualidade de Gestor Operacional, é responsável pelas operações do Fundo, incluindo a implementação dos mandatos de investimento definidos pelo Ministério das Finanças. O BCTL gere parte da carteira internamente e também contrata gestores externos para gerir e investir os ativos do Fundo e monitoriza o seu desempenho.</p> <p>O Ministério das Finanças, com o apoio do CAI, decidiu em 2022 realizar uma avaliação independente da estrutura de governança, recursos e investimentos do Fundo Petrolífero. Avaliações periódicas fazem parte da boa governança. A avaliação concluiu que os modelos de governança, investimento, operação e pessoas do Fundo Petrolífero são robustos. No entanto, a avaliação identificou algumas áreas para melhoramento. Os detalhes da avaliação são fornecidos no Quadro 1 do Relatório Anual do Fundo Petrolífero para 2023.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional.</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p>
<p>7. O proprietário deve fixar os objetivos do fundo soberano, nomear os membros do (s) seu (s) órgão (s) de governação em conformidade com procedimentos claramente definidos e exercer a supervisão das operações do fundo soberano.</p>	<p>O Parlamento Nacional, em representação do povo de Timor-Leste, define os objetivos do Fundo, tal como se encontram delineados na Lei do Fundo Petrolífero (ver GAPP 1). A Lei define a alocação geral de ativos e os limites de risco. O Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP), um órgão estatutário com representação alargada, é nomeado para aconselhar o Parlamento em matérias relacionadas com o desempenho e funcionamento do Fundo Petrolífero, bem como com as dotações do mesmo.</p> <p>O Ministério das Finanças é responsável pela gestão global do Fundo, o que inclui a determinação da política de investimento de acordo com as disposições da Lei. O Ministério das Finanças é obrigado a apresentar ao Parlamento Nacional a política de investimento do Fundo e quaisquer alterações à sua principal afetação de ativos que tenham um impacto material no nível global de risco. O Ministério das Finanças</p>

Princípio	Implementação
	<p>define os mandatos de investimento, que refletem o nível de risco aceitável, e também exerce a supervisão da gestão global do Fundo.</p> <p>O Ministro das Finanças recebe pareceres independentes do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) sobre a estratégia de investimento e a gestão do Fundo. O Primeiro-Ministro nomeia os membros do CAI de acordo com o parecer do Ministério das Finanças.</p> <p>O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é o Gestor Operacional do Fundo. As responsabilidades específicas do BCTL estão definidas num Acordo de Gestão Operacional com o Ministro das Finanças. Este inclui requisitos de informação que permitem ao Ministério das Finanças exercer o seu papel de controlo.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional.</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p>
<p>8. O (s) órgão (s) diretivo (s) deve (m) agir no melhor interesse do FRS e dispor de um mandato claro e de autoridade e competência adequadas para desempenhar as suas funções.</p>	<p>O Parlamento Nacional, através da lei do Fundo Petrolífero, estabelece o objetivo do Fundo, as orientações gerais de alocação de ativos e os limites de risco. É assistido pelo Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP). O Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP) procura salvaguardar a gestão correta do Fundo Petrolífero.</p> <p>O Ministério das Finanças tem a autoridade para determinar a estratégia e as políticas para atingir os objetivos do Fundo Petrolífero. A Ministra das Finanças é apoiada pelo Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero (GGPF) no Ministério das Finanças.</p> <p>No desempenho das suas funções, a Ministra das Finanças é obrigada a pedir aconselhamento ao CAI. A Lei exige que pelo menos três dos membros do CAI tenham conhecimentos e experiência significativos na gestão de investimentos financeiros.</p> <p>Para além da discussão no Princípio 7, o Ministro das Finanças é responsável perante o Parlamento e é obrigado a fornecer relatórios relevantes anualmente e sempre que necessário.</p> <p>Foi delegada no BCTL, através do Acordo de Gestão Operacional, a responsabilidade pela gestão operacional do Fundo. O acordo visa garantir que o BCTL atua no melhor interesse do Fundo e define as responsabilidades do gestor operacional.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fund-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>

Princípio	Implementação
<p>9. A gestão operacional do fundo soberano deve implementar as estratégias do fundo de forma independente e em conformidade com responsabilidades claramente definidas.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero define as funções e responsabilidades do Gestor Operacional, o BCTL. As responsabilidades específicas do BCTL estão claramente definidas no Acordo de Gestão Operacional (AGO) com a Ministra das Finanças. O BCTL tem autoridade delegada para tomar decisões relacionadas com a gestão operacional do Fundo, tal como estabelecido no OMA. O Gestor Operacional pode deduzir despesas de gestão razoáveis, em conformidade com o AOG.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional.</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p>
<p>10. O quadro de responsabilização pelas operações do fundo soberano deve ser claramente definido na legislação, nos estatutos, noutros documentos constitutivos ou no acordo de gestão relevantes.</p>	<p>As disposições de responsabilização estão detalhadas na Lei do Fundo Petrolífero e no Acordo de Gestão Operacional.</p> <p>O Ministério das Finanças, em nome do Governo, é responsável perante o Parlamento Nacional e o público em geral. O Ministério das Finanças, em nome do Governo, é responsável perante o Parlamento Nacional e o público em geral, reportando anualmente ao Parlamento sobre o desempenho do Fundo e é obrigado a publicar todos os pareceres recebidos do CAI no Relatório Anual do Fundo Petrolífero (Anexo XII), ou antes, mediante pedido.</p> <p>O Gestor Operacional, o BCTL, é nomeado pelo Ministro das Finanças e é responsável perante o Ministro das Finanças pela gestão operacional do Fundo Petrolífero. O BCTL pode nomear gestores de investimento externos sujeitos ao consentimento da Ministra. O BCTL informa trimestralmente a Ministra sobre o desempenho do Fundo. Estes relatórios são publicados e estão disponíveis no sítio do Banco Central.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais e Trimestrais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>11. Um relatório anual e as demonstrações financeiras que o acompanham sobre as operações e o desempenho do fundo soberano devem ser elaborados atempadamente e de forma coerente, em conformidade com as normas contabilísticas internacionais ou nacionais reconhecidas.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero requer que o Governo prepare e submeta ao Parlamento um relatório anual das operações e desempenho do Fundo para o ano fiscal, incluindo demonstrações financeiras preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Reporte Financeiro (IFRS) e auditadas por um auditor internacionalmente reconhecido, ao mesmo tempo que as contas nacionais anuais do Governo desse ano. A Lei identifica as informações mínimas que devem ser divulgadas no Relatório Anual do Fundo Petrolífero.</p> <p>A Lei do Fundo Petrolífero estabelece que o Diretor do Tesouro do Ministério das Finanças é responsável pela manutenção das contas e registos do Fundo Petrolífero e pela preparação das declarações financeiras, de acordo com as IFRS. A contabilidade e a preparação das declarações financeiras são delegadas ao BCTL enquanto Gestor Operacional do Fundo.</p>

Princípio	Implementação
	<p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais e Declarações Financeiras do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>12. As operações e as demonstrações financeiras do fundo soberano devem ser objeto de uma auditoria anual, em conformidade com as normas de auditoria internacionais ou nacionais reconhecidas e de forma coerente.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero exige que as declarações financeiras anuais do Fundo sejam auditadas por uma empresa de contabilidade reconhecida internacionalmente. O auditor internacional é nomeado pelo Ministério das Finanças e está sujeito a critérios de qualificação rigorosos e a um processo de seleção transparente. As demonstrações financeiras auditadas são submetidas ao Parlamento juntamente com o Relatório Anual do Fundo Petrolífero e a conta geral do Estado.</p> <p>A Lei do Fundo Petrolífero exige também que as contas, registos e outros documentos relacionados com o Fundo Petrolífero sejam auditados internamente de seis em seis meses. Esta é efetuada pela Auditoria Interna do BCTL, que é independente da área de gestão de investimentos.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais e Declarações Financeiras do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>13. As normas profissionais e éticas devem ser claramente definidas e dadas a conhecer aos membros do(s) órgão(s) diretivo(s), da direção e do pessoal do FRS.</p>	<p>Cada uma das instituições envolvidas na gestão do Fundo Petrolífero tem os seus próprios padrões profissionais e éticos para garantir a solidez e integridade das operações do Fundo.</p> <p>Os padrões profissionais e éticos para os funcionários do Ministério das Finanças são definidos pela Lei da Função Pública n.º 8/2004, de 16 de junho, emendada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho.</p> <p>Todos os funcionários do Gestor Operacional estão vinculados ao Código de Conduta do BCTL.</p> <p>A Lei do Fundo Petrolífero também exige que os membros do CAI, antes de tomarem posse, declarem por escrito que a sua nomeação não está em conflito com quaisquer interesses pessoais ou familiares. O CAI estabeleceu o seu próprio Padrão de Conduta no seu Regulamento Operacional, que inclui a divulgação de potenciais conflitos de interesse. Os Regulamentos Operacionais estão publicados no sítio Web do Ministério das Finanças.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, BCTL, sítios do MdF e do Ministério da Justiça.</i> <i>Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p>

Princípio	Implementação
	<p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Lei da Função Pública</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/8_2004.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2009/serie_1/serie1_no25.pdf</p> <p><i>Código de Conduta do BCTL</i> https://www.bancocentral.tl/en/go/code-of-conduct</p> <p><i>Regras e procedimentos do IAB</i> https://www.bancocentral.tl/en/go/rules</p>
<p>14. As relações com terceiros para efeitos da gestão operacional do fundo soberano devem basear-se em fundamentos económicos e financeiros e obedecer a regras e procedimentos claros.</p>	<p>As relações do BCTL com terceiros na qualidade de gestor operacional baseiam-se exclusivamente em razões económicas e financeiras e seguem um procedimento claramente estabelecido.</p> <p>O acordo de gestão operacional prevê que o BCTL é responsável pelo concurso e pela seleção dos gestores de investimento externos. A seleção é baseada nos parâmetros para o mandato de investimento definido pelo Ministério das Finanças. A Lei do Fundo Petrolífero também especifica os requisitos mínimos para a contratação de gestores externos. O Ministro das Finanças deve certificar-se de que cada gestor de investimento externo tem capital próprio, garantias e seguros suficientes; um registo sólido de desempenho operacional e financeiro; e tem referências comerciais e uma reputação do mais alto nível. O CAI aconselha o Ministro sobre se os gestores recomendados pelo BCTL são coerentes com os objetivos do mandato.</p> <p>O BCTL é também responsável pela adjudicação de outros serviços, incluindo a custódia do Fundo Petrolífero e a aquisição para o CAI. O procedimento de seleção do BCTL é rigoroso, justo e transparente e está em conformidade com as disposições substantivas das leis de Timor-Leste.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p>
<p>15. As operações e atividades dos fundos soberanos nos países de acolhimento devem ser conduzidas em conformidade com todos os requisitos regulamentares e de divulgações aplicáveis dos países em que operam.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero exige que a gestão do Fundo Petrolífero seja conduzida em conformidade com todos os requisitos regulamentares e de divulgações aplicáveis dos países em que os investimentos são efetuados.</p> <p><i>Fonte: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf</p> <p>https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf</p> <p>http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais e Declarações Financeiras do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>

Princípio	Implementação
<p>16. O quadro e os objetivos de governação, bem como a forma como a gestão do fundo soberano é operacionalmente independente do proprietário, devem ser divulgados publicamente.</p>	<p>O quadro e os objetivos de governação do Fundo Petrolífero são estabelecidos pelo Parlamento na Lei do Fundo Petrolífero. O Acordo de Gestão Operacional fornece pormenores sobre a divisão de responsabilidades entre o Ministério das Finanças e o BCTL, juntamente com acordos de responsabilização.</p> <p>A Ministra das Finanças é obrigada a pedir o parecer do CAI, um Conselho independente composto por peritos em investimento, antes de tomar qualquer decisão relacionada com a estratégia de investimento e gestão do Fundo.</p> <p>A informação sobre o quadro de governação e os objetivos é detalhada na Lei do Fundo Petrolífero e publicada no Relatório Anual do Fundo Petrolífero.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>17. As informações financeiras pertinentes relativas aos fundos soberanos devem ser divulgadas publicamente para demonstrar a sua orientação económica e financeira, a fim de contribuir para a estabilidade dos mercados financeiros internacionais e reforçar a confiança nos países beneficiários.</p>	<p>Informações sobre a alocação de ativos do Fundo Petrolífero, os seus mandatos de investimento e índices e o desempenho do investimento são publicados nos relatórios trimestrais de desempenho do BCTL e no Relatório Anual do Fundo Petrolífero e nas demonstrações financeiras auditadas. Uma lista completa das participações do Fundo Petrolífero é fornecida nas declarações financeiras do Fundo Petrolífero, que são anexadas ao Relatório Anual do Fundo Petrolífero (Anexo II - Declarações Financeiras Auditadas). Os relatórios estão disponíveis nos sites do Ministério das Finanças e do BCTL.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional Anexo 1</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais e Trimestrais do Fundo Petrolífero, Declarações Financeiras do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>III. Enquadramento de gestão dos investimentos e dos riscos</p>	
<p>18. A política de investimento do fundo soberano deve ser clara e coerente com os seus objetivos definidos, a sua tolerância ao risco e a sua estratégia de investimento, tal como estabelecida pelo proprietário ou pelo (s) órgão (s) de direção, e basear-se em princípios sólidos de gestão da carteira.</p>	<p>A política de investimento do Fundo é orientada pelas provisões na Lei do Fundo Petrolífero que definem as diretrizes de alocação de ativos, investimentos elegíveis, limites de concentração e princípios de investimento, os quais incluem a diversificação e a maximização do retorno financeiro ajustado ao risco.</p> <p>O Ministério das Finanças, em nome do Governo, determina a política de investimento, a qual é concebida para cumprir os objetivos de investimento do Fundo após ter em conta a preferência de risco do povo de Timor-Leste e quaisquer restrições sob as quais o Fundo opera. O CAI aconselha o Ministro das Finanças relativamente à estratégia de investimento. O parecer do CAI é orientado pelas suas convicções e princípios de investimento divulgados publicamente.</p>

Princípio	Implementação
<p>18.1. A política de investimento deve orientar as exposições ao risco financeiro do FRS e a eventual utilização de alavancagem.</p> <p>18.2. A política de investimento deve determinar em que medida são utilizados gestores de investimento internos e/ou externos, o âmbito das suas atividades e autoridade, bem como o processo através do qual são selecionados e o seu desempenho acompanhado.</p> <p>18.3. Deve ser divulgada publicamente uma descrição da política de investimento do fundo soberano.</p>	<p>A política de investimento é descrita no Relatório Anual do Fundo Petrolífero. O Anexo 1 do Acordo de Gestão Operacional especifica a alocação estratégica de ativos do Fundo e a carteira de referência, os parâmetros para cada um dos mandatos de investimento e onde os derivados são permitidos.</p> <p>O Ministro das Finanças, com o parecer do CAI, determina se um mandato será gerido a nível interno ou externo. O Ministério das Finanças monitoriza os mandatos geridos internamente. O processo de seleção dos gestores externos de investimentos é realizado pelo BCTL, na qualidade de gestor operacional, e baseia-se em critérios profissionais e comerciais. Os gestores externos recebem mandatos claramente definidos, incluindo o desempenho esperado, o risco e as comissões. O seu desempenho é acompanhado pelo BCTL.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Trimestrais e Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fund-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>19. As decisões de investimento do fundo soberano devem ter por objetivo maximizar os rendimentos financeiros ajustados ao risco, de forma coerente com a sua política de investimento e com base em fundamentos económicos e financeiros.</p> <p>19.1. Se as decisões de investimento estiverem sujeitas a outras considerações para além das económicas e financeiras, estas devem ser claramente definidas na política de investimento e divulgadas publicamente.</p> <p>19.2. A gestão dos activos de um fundo soberano deve ser coerente com o que é geralmente aceite como princípios sólidos de gestão de ativos.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero estabelece que a política de investimento deve aplicar os princípios de diversificação com o objetivo de maximizar os retornos financeiros ajustados ao risco após ter em conta os objetivos do Fundo, as suas restrições operacionais e a sua capacidade para suportar riscos.</p> <p>Os investimentos do Fundo Petrolífero em instrumentos de mercado financeiro <i>offshore</i> são avaliados puramente com base nestes fundamentos financeiros e obedecem a práticas sólidas de gestão de carteiras. A Lei do Fundo Petrolífero exige que os ativos do Fundo sejam investidos em obrigações com grau de investimento e em ações de mercados desenvolvidos.</p> <p>A Lei das Atividades Petrolíferas permite que o Fundo Petrolífero invista em operações petrolíferas em território nacional ou no estrangeiro, sujeito a um limite de exposição de 5%. O investimento em operações petrolíferas em 2019 é uma exceção à regra geral; para além de considerações financeiras, os objetivos de desenvolvimento económico nacional e os benefícios sociais foram tidos em conta na decisão de investimento. As regras e critérios que regem o investimento são publicados e o Ministro foi obrigado a apresentar a proposta de afetação ao Parlamento Nacional.</p> <p>Os investimentos do Fundo no mercado financeiro são segmentados em Julho 2021 numa Carteira de Liquidez e numa Carteira de Crescimento para gerir o risco de investimento durante a fase de desaccumulação do Fundo. A Carteira de Liquidez destina-se a financiar o Orçamento do Estado durante um período de três anos e é investida em ativos de baixo risco e de elevada liquidez. A Carteira de Crescimento é o segmento de longo prazo do Fundo e procura obter retornos mais elevados através de uma alocação a ações, sendo o restante investido em juros fixos.</p> <p>O Ministério das Finanças é obrigado a apresentar ao Parlamento um resumo da nova política de investimento antes de efetuar alterações à principal afetação de ativos do Fundo.</p>

Princípio	Implementação
	<p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Lei das Atividades Petrolíferas</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/13_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2019/serie_1/SERIE_I_NO_2_A.pdf</p> <p><i>Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>20. O fundo soberano não deve procurar obter ou tirar partido de informações privilegiadas ou de uma influência inadequada por parte do governo em geral para concorrer com entidades privadas.</p>	<p>A maior parte dos ativos do Fundo é investida em mercados financeiros <i>offshore</i> que são regulados e transparentes. O Fundo não tem acesso a informação privilegiada nem existe influência exercida pelo Governo na concorrência com entidades privadas.</p> <p>O objetivo do investimento do Fundo Petrolífero em operações petrolíferas em 2019 é facilitar o desenvolvimento de uma indústria petrolífera nacional. Espera-se que a sua contribuição para o desenvolvimento económico nacional venha, por sua vez, a encorajar o investimento privado em Timor-Leste.</p>
<p>21. Os fundos soberanos consideram os direitos de propriedade dos acionistas como um elemento fundamental do valor dos seus investimentos em ações. Se um fundo soberano optar por exercer os seus direitos de propriedade, deve fazê-lo de forma coerente com a sua política de investimento e proteger o valor financeiro dos seus investimentos. O fundo soberano deve divulgar publicamente a sua abordagem geral em matéria de votação de valores mobiliários de entidades cotadas, incluindo os principais fatores que orientam o seu exercício dos direitos de propriedade.</p>	<p>O BCTL, na qualidade de gestor operacional, exerce os direitos de propriedade dos acionistas do Fundo Petrolífero através da contratação do serviço de votação por procuração da Institutional Shareholder Services (ISS).</p>
<p>22. O fundo soberano deve dispor de um quadro que permita identificar, avaliar e gerir os riscos das suas operações.</p> <p>22.1. O quadro de gestão de riscos deve incluir informações fiáveis e sistemas de informação atempados, que devem permitir o acompanhamento e a gestão adequados dos riscos relevantes dentro de parâmetros e níveis aceitáveis, mecanismos de controlo e incentivo, códigos de conduta, planos de continuidade</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero requer que o Ministério das Finanças e o Gestor Operacional desenvolvam e mantenham políticas, sistemas e procedimentos para garantir que os riscos associados à implementação da estratégia de investimento são identificados, monitorizados e geridos.</p> <p>O BCTL desenvolveu um quadro de gestão de risco operacional para o Fundo Petrolífero. Este inclui um registo de riscos que identifica a secção que detém o risco e os controlos internos associados. A área de Auditoria Interna do BCTL, que é independente da sua área de gestão de investimentos, monitoriza e assegura que os procedimentos estão a ser seguidos e que existe um quadro eficaz em vigor. Todos os funcionários do BCTL estão vinculados ao seu Código de Conduta.</p> <p>O risco financeiro na estratégia do Fundo Petrolífero está incorporado na política de investimento do Fundo que é definida pelo Ministério das Finanças, especificamente</p>

Princípio	Implementação
<p>das atividades e uma função de auditoria independente.</p> <p>22.2. A abordagem geral do quadro de gestão de riscos do fundo soberano deve ser divulgada publicamente.</p>	<p>os parâmetros para o mandato global e os mandatos de investimento incluídos no Anexo 1 do Acordo de Gestão Operacional. O nível adequado de risco financeiro é avaliado durante as revisões regulares da afetação de ativos. O Ministério das Finanças é obrigado a apresentar a política de investimento ao Parlamento numa base anual como parte do Relatório Anual do Fundo Petrolífero ou antes de fazer quaisquer alterações à alocação principal de ativos do Fundo.</p> <p>O BCTL gere o mandato global, que é composto por mandatos individuais com afetações específicas. É efetuado um reequilíbrio periódico da Carteira de Crescimento e transferências da Carteira de Crescimento para a Carteira de Liquidez. O BCTL também monitoriza o cumprimento dos objetivos de risco por parte dos gestores externos. O BCTL informa o Ministério das Finanças sobre o cumprimento dos objetivos no relatório trimestral de desempenho.</p> <p>O Ministério das Finanças monitoriza o desempenho do Fundo, incluindo a sua exposição ao risco, através dos relatórios trimestrais de desempenho do BCTL. O Ministério das Finanças reporta ao Parlamento numa base anual através dos Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero, Acordo de Gestão Operacional</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Trimestrais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>23. Os ativos e os resultados dos investimentos (absolutos e em relação a eventuais parâmetros de referência) do fundo soberano devem ser medidos e comunicados ao proprietário de acordo com princípios ou normas claramente definidos.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero requer que o Gestor Operacional, o BCTL, reporte trimestralmente ao Ministério das Finanças o desempenho e as atividades do Fundo Petrolífero relativamente aos índices de referência.</p> <p>O relatório de desempenho é preparado pelo custodiante do Fundo, o JP Morgan, em conformidade com a metodologia Global Investment Performance Standards (GIPS). O relatório trimestral é publicado no prazo de 40 dias após o final de cada trimestre. Tanto o BCTL como o MF tomam a iniciativa de realizar uma conferência de imprensa presencial com as partes interessadas relevantes para coincidir com a publicação do relatório trimestral do Fundo Petrolífero.</p> <p><i>Fontes: Lei do Fundo Petrolífero</i> https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/9_2005.pdf https://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no36.pdf http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Law_2005_9_petroleum_fund_law_.pdf</p> <p><i>Relatórios Trimestrais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report https://www.mof.gov.tl/eventdetails/petroleum-fund-performance-in-the-first-quarter-2023</p>

Princípio	Implementação
<p>24. O fundo soberano deve adotar um processo de análise regular da aplicação do GAPP, ou em seu nome.</p>	<p>O Ministério das Finanças tenciona rever anualmente a implementação dos Princípios de Santiago por parte do Fundo Petrolífero e publicar os resultados da autoavaliação no Relatório Anual do Fundo Petrolífero. Esta é a décima segunda revisão. O Fundo Petrolífero conduziu a sua primeira revisão em 2010.</p> <p><i>Fonte: Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero</i> https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-anual-fundu-petroliferu-2022 https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>



Gabinete de Política e Gestão Fundo Petrolífero
Piso 10, Edifício do Ministério das Finanças, Aitarak-Laran, Dili, Timor-Leste
Tel: +670 74002006
Website: www.mof.gov.tl



Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

